



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Relatórios » » Outorga | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
14	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Aracati	GTVD	2	H	
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Acopiara	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Brejo Santo	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Campos Sales	RTVD	2	H	S
41	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Cascavel	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Cedro	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Ipueiras	RTVD	2	H	S
17	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Juazeiro do Norte	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Monsenhor Tabosa	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Quiterianópolis	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Reriutaba	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Santa Quitéria	RTVD	2	G	S
36	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Sobral	RTVD	2	H	S
46	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Tamboril	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Tauá	RTVD	2	H	S
41	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Ubajara	RTVD	2	H	S
7 E	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Aracati	TV	3	M	

Usuário: - Data: **11/11/2016** Hora: **15:33:11**

Registro **1** até **17** de **17** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD » » Relatórios » » **Outorga** | menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - TV

UF: CE

Município: Aracati

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	Aracati	16/12/2002	16/12/2017

Usuário: - Data: 11/11/2016 Hora: 15:34:31

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as anatel.gov.br/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Relatórios » » Outorga | menu ajuda

Consulta Geral - TV

Identificação do Canal PB

UF: CE
Município: Aracati
Frequência: 174 MHz a 180 MHz
Classe: C
Canal: 7 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Nome Fantasia:
Nº Estação: 637069110
Primeiro Licenciamento: 16/10/2006 13:43:35

Fistel: 50012058165
CNPJ: 04.704.007/0001-45
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 16/10/2006 13:43:35

Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50012058165

Coordenadas Geográficas do Município

Município:
Latitude: Longitude: Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul
Longitude: ° ' "

Local Específico: Coordenada pré-fixada?: Coordenada em Sítio?:

Características

Potência ERP Máxima: Ex.: 1234,5678

Canal: 7

Frequência: 179,75

Classe: Canal Educativo?: Decalagem:

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

>>Inclusão de limitações

Tipo	Dir.Inicial(graus)	Dir.Final(graus)	Altura(m)	ERP(KW)
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="checkbox"/> Nulo
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="checkbox"/> Nulo

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

SSC03/96,67/96;ATO ANATEL 19428/01;ATO Nº 56.425, DE 02/02/2006, PUBLICADO NO DOU. DE 03/03/2006. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.

Máximo: 250 Digitados: 190

Observação:

Coordenada pré-fixada 0453400;37W4612. SBTVD

Máximo: 250 Digitados: 44

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Pesquisar

Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone:

Fax:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/Efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Endereço de Correspondência

País: _____
Número do CEP: _____
Número: _____
Município: _____
Telefone: [] []
Logradouro: _____
Complemento: _____
Distrito: _____
Fax: [] []
Bairro: _____
SubDistrito: _____
Estado: _____
E-mail: []

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: []
SCRAD Técnico: []
Data Limite Instalação: []
Fistel: 50012058165
Data Publicação Contrato/Convênio: []
Número do Processo: []

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	02/04/2002	Outorga	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	18/12/2002	Aprovação de Local	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	ER	[]	21/01/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	10/04/2006	Autoriza a Alteração da Portaria de Aprovação de Local do MC	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	[]	Advertência	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	16/03/2011	Multa	Jur.
[]	[]	[]	- Seletione -	[]	[]	14/12/2012	Multa	Jur.

Característica da Estação Instalada

» Endereços

+ Estação Transmissora

+ Estúdio Principal

+ Estúdio Auxiliar

» Estação Principal

+ Antena Principal

+ Transmissor Principal

+ Linha Transmissão

» Potência Efetiva Irradiada

+ Potência Irradiada

» Estação Auxiliar

+ Antena Auxiliar

+ Transmissor Auxiliar

+ Transmissor Auxiliar 2

+ Linha de Transmissão Auxiliar

» Número do Processo e Observações Gerais

+ Num. Processo/Observações

» Responsável Técnico

+ Responsável Técnico

+ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE - CNPJ/CPF(04.704.007/0001-45)
Município/UF: ARACATI/CE
Indicativo: ZYA434

Situação: Entidade não possui débitos
Canal PB: 7
Classe PB: C

Características de Operação

Canal: []
Rede: []
Classe: []
Situação: []
Dia Início: Domingo
Dia Fim: Domingo
Hora Início: []
Hora Fim: []

Tela Inicial Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

NOTA TÉCNICA Nº 30419/2016/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Assunto: Renovação de Outorga. Período a Vencer - Exigência I.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBÁ, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagem na localidade de Aracati/CE, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 16/12/2017 a 16/12/2032.

ANÁLISE

2. Em 21 de setembro de 2015, entrou em vigência a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, que revogou os Anexos I e III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 e definiu novos procedimentos de concessões e permissões dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Assim, conforme disposto no §1º do seu art. 48, as entidades que detenham outorga inferior a doze meses, a contar da data de publicação da Portaria nº 4.335/2015, terão seus processos neste Ministério.

4. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 16/12/2032. A renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimentos anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

5. No caso da interessada, o período para apresentação se dará, portanto, até 16/12/2032. Os comandos normativos relatados e às normas vigentes sobre o assunto, deverá a entidade apresentar cópia autenticada:

DOCUMENTO	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
-----------	-----	-----	---------------	--------------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações nos moldes do anexo VI da Portaria 4.335/2015?</p> <p>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</p> <p>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</p> <p>c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</p> <p>d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa.</p> <p>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.</p> <p>Obs. para analista: requerimento deve conter todas declarações de 'a' a 'e'.</p>				
b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público, constando entre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão?				
c) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas?				
d) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos dirigentes da entidade, exceto CNH?				
e) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado?				
f) comprovante de inscrição Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade?				
g) comprovante de regularidade com o FISTEL?				
h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS?				
i) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?				
j) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei?				
k) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei?				



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

l) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura?				
m) certidão negativa de falência, concordata ou pedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica?				
n) prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade?				
o) certidões negativas dos cartórios distribuidores cíveis da Justiça Estadual e Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas? Obs.: Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, deverá ser apresentada conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor ou objeto e pé.				
p) certidões negativas dos cartórios distribuidores criminais da Justiça Estadual e Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas? Obs: Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, deverá ser apresentada conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor ou objeto e pé.				
q) certidões negativas dos cartórios distribuidores criminais da Justiça Eleitoral dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas? Obs: Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, deverá ser apresentada conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor ou objeto e pé.				
r) certidões negativas de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas?				
s) prova do cumprimento das obrigações eleitorais mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral?				
t) declaração de todos os dirigentes de que não participam da direção de outra entidade de execução de mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade a ser renovada, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967?				

6. Cabe ressaltar que os processos de renovação de outorga deverão ser instruídos, além do contrato de concessão/permissão da entidade. Assim, com vistas à assinatura do termo aditivo, deverá a interessada apresentar ainda:

- indicação do dirigente que irá assinar, bem como cópia autenticada de seu documento de procurador (se for o caso);
- original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

assinatura do contrato, no caso de procurador.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de perempção,

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Su
10:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Regi
Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 22/11/2016, às 14:58, conforme art. 3º, III, "
89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verif>
verificada pelo código **1495032** o código **AB6258B**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 1495032



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 - Brasília - DF
2027-6890

Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe
Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro
CEP: 62.800-000 / Aracati-CE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.062860/2016

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar 30419/2016/SEI-MCTIC, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de até 16/12/2017 para que essa entidade apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o número do respectivo ofício, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Registro de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 22/11/2016, às 17:36, conforme art. 3º, III, "b", da Lei nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **1495053** e o código **C67CF97**

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.062860/2016 - Nº SEI: 1495053



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:
23/11/2016 09:25:12

De:
MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:
fas@fortalnet.com.br
atendimento.completta@gmail.com
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
sara@completta.com.br

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial - Ministerio da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:
Prezado(a),

Ref: 53900.062860/2016-25

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:
Nota_Tecnica_1495032.html
Ofício_1495053.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

NOTA TÉCNICA Nº 25643/2017/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Assunto: Renovação de Outorga - Exigência I.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, C relative à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Im localidade de Aracati/CE, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 16/12/2017 a 16/12/2032.

ANÁLISE

2. Em decorrência da edição do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, faz-se necess autos com alguns documentos e declarações recentemente introduzidos no Regulamento dos 1936). Cumpre também atualizar algumas certidões de natureza tributária e fiscal, que não puderam bem como juntar ao processo o balanço patrimonial da fundação do último exercício financeiro. Por is documentação indicada na tabela abaixo:

3.

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações abaixo:

a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;

b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;

c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;

d) nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, exceto aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

b) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do DFPS; Usar Anexo II. acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

c) ato constitutivo ou estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

d) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

e) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos os dirigentes da entidade, exceto CNH.

1. Para brasileiros natos: qualquer documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador.

2. Para brasileiros naturalizados: certificado de naturalização expedido há mais de dez anos.

* A CNH e o CPF NÃO comprovam a nacionalidade do titular.



f) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, devidamente assinado por seu representante legal, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	Pendente.
g) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	Pendente.
h) comprovante de regularidade com o FISTEL;	Pendente.
i) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	Pendente.
j) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	Pendente.
k) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Pendente.
l) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Pendente.
m) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente.
n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho ;	Pendente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade a fim de contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os referidos do pleito, com a consequente declaração de preempção.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Educativa e Consignações da União, em 09/11/2017, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias M 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por Wallace Santos Pinheiro, Técnico de Nível Superior, em 09/13º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, 2367502 o código 07ABF5

Minutas e Anexos

ANEXO I REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA Fundações Privadas

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora		() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

E u , _____ inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, requer a RENOVAÇÃO DA OUTORGA relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última atualização da Resolução da Comissão Nacional de Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação para o funcionamento;
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da outorga;
- (c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;
- (d) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

- radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28/02/66;
- (e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade, quaisquer decorra foro especial;
- (f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativas sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO II
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade da renovação:		UF:	

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Nome completo:	
Nº de registro no CREA:	
E-mail de contato:	

Eu, _____ inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de profissional habilitado contratado da pessoa jurídica a _____, para fins de renovação da outorga relativa ao serviço, localidade _____, apresento este LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA _____, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes em anexo.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização concedida;
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim ou por representante legal da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, com sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do profissional habilitado

De acordo.

Assinatura do representante legal

ANEXO

FORMULÁRIO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA					
LOCALIZAÇÃO					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas geográficas:	Latitude		Canal/ Frequência:		
	Longitude		Classe:		
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS					
Sistema irradiante:	Fabricante:				
	Modelo:				
	Polarização: () Horizontal () Vertical () Circular				
	Azimute de orientação (ºNV):				
	Nº de elementos:				
Altura do centro geométrico até a base da torre (solo): _____ metros.					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Linha de transmissão principal:		Fabricante:
		Modelo:
Transmissor principal:		Fabricante:
		Modelo:
		Potência de operação (kW):
		Homologação:
Transmissor auxiliar (se houver):		Fabricante:
		Modelo:
		Potência de operação (kW):
		Homologação:
Possui algum equipamento de gravação de áudio?		
ESTÚDIO		
Endereço:		
Município:		UF:
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS		
(a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado em nome da entidade contratante.		

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 2367507

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 48296/2017/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe (04.704.007/0001-45)
Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro
CEP: 62.800-000 / Aracati-CE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.062860/2016

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o processo nº 25643/2017/SEI-MCTIC, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data da presente, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de arquivamento do caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o número do respectivo ofício, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços oferecidos, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, a partir de 01/01/2018, a Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por correio. Conforme referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.000, de 1º de janeiro de 2015, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, faça-o imediatamente através do botão de cadastro disponível no link <http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo>.



Documento assinado eletronicamente por Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Registro de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 09/11/2017, às 14:46, conforme art. 3º, II, "b", da Lei nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código de verificação 2067545.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 48296/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 5390
- Nº SEI: 2367545



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:
20/11/2017 15:48:40

De:
MCTIC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:
fas@fortalnet.com.br
atendimento.completta@gmail.com
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
sara@completta.com.br

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:
Prezado(a),

Ref: 53900.062860/2016-25
Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:
Oficio_2367545.html
Nota_Tecnica_2367507.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Vale do Jaguaribe

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:45:08 do dia 27/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/10/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www.leg.br/autenticidade-assinatura/camara-reg-br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

<https://www.leg.br/autenticidade-assinatura/camara-reg-br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45

Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/09/2022 a 23/10/2022

Certificação Número: 2022092401101581046202

Informação obtida em 27/09/2022 10:47:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

<http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certidão nº: 32207402/2022

Expedição: 27/09/2022, às 10:48:41

Validade: 26/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.704.007/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.704.007/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2001
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R ADOLFO CAMINHA	NÚMERO 247	COMPLEMENTO *****	
CEP 62.800-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATI	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO MMC.29@HOTMAIL.COM		TELEFONE (85) 3041-2339	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/09/2022 às 10:49:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 04.704.007/0001-45
NOME EMPRESARIAL: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA
Qualificação: 16-Presidente

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME BISMARCK
Qualificação: 10-Diretor

Nome/Nome Empresarial: GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO
Qualificação: 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 27/09/2022 às 10:50 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



BOM DIA
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.704.007/0001-45									
FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DÉBORA VALENTE GURGEL BARBOSA	423.648.333-53	FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 27/09/2022

Hora: 10:40:14

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Id solicitação: 57dbaad13efce

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Vale do Jaguaribe	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 3421-2284	E-mail: fas@fortalnet.com.br
CNPJ: 04.704.007/0001-45	Número do Fistel: 50012058165
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/12/2002	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 16/12/2017	
Observações: SSC03/96,67/96;ATO ANATEL 19428/01;ATO Nº 56.425, DE 02/02/2006, PUBLICADO NO DOU. DE 03/03/2006. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: PRAÇA ADOLFO CAMINHA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: PRACA ADOLFO CAMINHA; 247	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Aracati	UF: CE

Parâmetros Técnicos			
Canal: 7	Frequência: 177 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.7853kW
HCI: 40 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2



Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 637069110	Número Indicativo: ZYA434
Data Último Licenciamento: 16/10/2006	Número da Licença: 000001/2006-CE

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 4° 33' 59.00" S	Longitude: 37° 46' 13.00" W	Cota da base: 7.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008170200352	Modelo: LD61K0
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF - 7/8	Fabricante: KMP		
Comprimento da Linha: 42.00 m	Atenuação: 1.50 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 06DDMO-3LL	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 5.85 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 330 °	Polarização: Horizontal	HCI: 40 m	ERP Máxima: 0.79 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	5°: 0	10°: 0.97	15°: 0	20°: 0.89	25°: 0	30°: 1.41	35°: 0	40°: 1.01	45°: 0	50°: 0.44	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.23	75°: 0	80°: 0.98	85°: 0	90°: 2.16	95°: 0	100°: 3.22	105°: 0	110°: 5.15	115°: 0
120°: 9.63	125°: 0	130°: 14.02	135°: 0	140°: 20.09	145°: 0	150°: 25.99	155°: 0	160°: 29.84	165°: 0	170°: 25.99	175°: 0
180°: 9.63	185°: 0	190°: 5.15	195°: 0	200°: 3.22	205°: 0	210°: 2.16	215°: 0	220°: 0.98	225°: 0	230°: 0.23	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0.49	255°: 0	260°: 0.75	265°: 0	270°: 0.79	275°: 0	280°: 0.81	285°: 0	290°: 0.81	295°: 0
300°: 0.79	305°: 0	310°: 0.75	315°: 0	320°: 0.48	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.42	345°: 0	350°: 1.08	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF - 7/8	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 63.00 m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.79 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	0	Decreto	MC	01/04/2002	02/04/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	SSCE	17/12/2002	18/12/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	366	Decreto Legislativo	MC	28/11/2002	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000076592002	32627	Ato	ER	03/01/2003	21/01/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	125	Portaria	SSCE	06/04/2006	10/04/2006	Autoriza a Alteração de Aprovação de Local	Técnico
9999	31	Despacho	MC	22/01/2010		Advertência	Jurídico
9999	566	Portaria	MC	04/11/2010	16/03/2011	Multa	Jurídico
9999	636	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento



CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA (Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº 53900.062860/2016-25
Interessada/Outorgada Fundação Vale do Jaguaribe
CNPJ nº 04.704.007/0001-45
Município Aracati
Estado Ceará
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga 15/12/2017

Período da outorga a ser renovado 16/12/2017 a 16/12/2032

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☒ **Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.**
☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.
☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

- ☐ Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação)
☐ Instituição de Educação Superior de Natureza Privada
☒ **Fundação de Direito Privado**

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia Atualizar	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	Ata 24/05/2016 SEI 2500311 fls. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021 Atualizar
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por todo o período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
e) a pessoa jurídica atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
f) a pessoa jurídica não exerce serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Pendente	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	() Sim (X) Não () Não se aplica	Pendente	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Não se aplica	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 6º, inciso I, alínea "c", do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl. 6 Atualizar	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Estatuto SEI 2500311 fls. 6 a 27 Ata 24/05/2016 SEI 2500311 fls. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021 Atualizar	Art. 113, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 52.795, de 1963	Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 10.775, de 2021.



4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão ou registro competente em que estejam arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	() Sim (X) Não se aplica	Pendente	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	() Sim (X) Não se aplica	SEI 2500311 44 a 49	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963. - Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	() Sim (X) Não se aplica	Não se aplica	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz ou o caso, da filial.	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10418853 4 Emitida em 27/09/2022	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não se aplica	Federal SEI 2500311 38 Válida até 20/12/2017 Vencida Atualizar Estadual SEI 2500311 40 Válida até 19/01/2018 Vencida Atualizar Municipal SEI 2500311 42 Válida até 28/01/2018 Vencida Atualizar	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10418853 1 Válida até 27/10/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10418853 11 Válida até 23/10/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10418853 11 Válida até 26/03/2023	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.

pfc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de residência e de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (iii) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou () Não se aplica	() Sim (X) Não () Não se aplica	Pendente	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.				
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	() Sim (X) Não () Não se aplica	Pendente	- Art. 29, §§ 7º e 10, da Portaria 2.524/2021/MCTIC	Autorização de uso de radiofrequência vencida

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprovam a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino no Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 2500311 Atualizar	Art. 326, caput e 6º da Portaria 3.238/2018	Não constam registro no e-MEC e RG/CPF do representante legal.

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não está em conformidade com o disposto na legislação, sendo necessário nova instrução processual.

Analizado por:	Data:
Nome Donizetti José dos Santos Cargo Engenheiro	27 de setembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por Donizetti José dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações, em 27/09/2022, às 14:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código A068DA39

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 10419139



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 24666/2022/MCOM

Brasília, 27 de setembro de 2022

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe
Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45
Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro
CEP: 62800-000 / Aracati-CE

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações das que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist.
2. Para prosseguir com a avaliação, principalmente se possível o deferimento (aprovação) do pedido, necessário que seja apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

- I - **Requerimento (conforme Anexo)**, nos termos do art. 31, caput e § 1º da Portaria nº 3.238/2019.
O requerimento precisa estar assinado pelo representante legal da pessoa jurídica.
- II - **Declaração de conformidade** dentro dos termos do art. 113, inciso XI do Decreto nº 52.795/1963.
As declarações precisam estar assinadas apenas pelo representante legal da pessoa jurídica.
- III - **Cerção simplificada ou documento equivalente** emitida pelo órgão de registro competente, em que constem arquivados os atos da pessoa jurídica, conforme previsto no art. 113, inciso XI do Decreto nº 52.795/1963.
Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.
- IV - **Ata da Assembleia de eleição da diretoria que está atualmente em exercício** que elegeu os atuais dirigentes, conforme previsto no Art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.
Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.
- V - **Comprovação de Nacionalidade Brasileira, Maioridade (idade igual ou acima de 18 anos) e ter inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**, conforme previsto no art. 222, § 1º, da Constituição Federal.

(X) TODOS os dirigentes da entidade;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Para realizar a comprovação, serão aceitos quaisquer dos seguintes documentos: Cédula de identidade (RG), certidão de nascimento, casamento, carteira de reservista; carteira profissional; carteira de trabalho e previdência social, quando expedido há mais de dez anos ou passaporte.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autêntica.

VI - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação** nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10º da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, § 4.º da Lei nº 4.117 de 1962, será comprovada por meio de emissão de nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para o processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando do licenciamento.

VII - **Cópia do instrumento jurídico firmado com a União de Ensino Superior** nos termos do art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018 e cópia do documento de identidade do representante legal, caso o convênio foi firmado;

3. Destaco também que se tentou obter todos os documentos exigidos para instruir o processo de renovação, não foi possível se obter todas, caso seja(m) enviada(s) a(s) indicada(s) abaixo, cópia simples (xerox) e cópia autêntica (célere (rápida) a análise do pedido de renovação:

I - **Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital)** da entidade, nos termos do art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795/1963.

4. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber respostas eletrônicas. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/InicioCADSEI.jspx>, e também nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

5. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é: Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

6. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI nº 8330983), para agilizar o trâmite.

7. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da ciência desta notificação, para que esta entidade entenda necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado. Caso o atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações.

8. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria nº 6.686 de 2016, de D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique dos Santos Costa Pereira**, Analista Técnico-Administrativo, em 28/09/2022, às 15:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 2020.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **10419325** e o código **EF74425**

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal;

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10419139;

Anexo - Modelo de Requerimento de Renovação do Anexo IV da Portaria nº 3238/2018 - SEI 10120454;

Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24666/2022/MCOM - Processo nº 53900.062860/2016-25 - Nº S

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

04.704.007/0001-45

Razão Social

Pesquisar

			10 ▾	⏪	⏩	1 / 1
Razão Social	↕	CNPJ	↕	Emails		
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE		04.704.007/0001-45		MMC.29@HOTMAIL.COM, atendimento@brigidalima@completta.com.br		
			10 ▾	⏪	⏩	1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:
29/09/2022 09:09:44

De:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Para:
MMC.29@HOTMAIL.COM
atendimento@completta.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
brigidalima@completta.com.br

Assunto:
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:
Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati-CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 24666/2022/SEI-MCOM processo nº 53900.062860/2016-25.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Para mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas.

Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

Anexos:
Anexo VI Portaria_3238_de_20_junho_2018.pdf
MANUAL_CADSEI.pdf
Oficio_10419325.html
Checklist_10419139.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.704.007/0001-45 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 24/08/2001</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO R ADOLFO CAMINHA</div>	<div>NÚMERO 247</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 62.800-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO ARACATI</div>	<div>UF CE</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO MMC.29@HOTMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (85) 3041-2339</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2001</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 31/03/2023 às 16:02:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 04704007000145

Emitida às 15:54:23 do dia 31/03/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mibreg-autenticidade-assinatura.camara-reg.br/en/150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

<https://mibreg-autenticidade-assinatura.camara-reg.br/en/150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45
Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/03/2023 a 12/04/2023

Certificação Número: 2023031401081072431901

Informação obtida em 31/03/2023 16:04:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certidão nº: 13665173/2023

Expedição: 31/03/2023, às 16:05:26

Validade: 27/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.704.007/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CNPJ: 04.704.007/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:38:18 do dia 27/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/04/2023.

Código de controle da certidão: **F52F.9B4E.9188.5955**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202308996654

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 04704007000145
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 31/03/2023 ÀS 16:10:09
VÁLIDA ATÉ 30/05/2023

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[t-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145](https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145)

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA

Nº 0000000257

Razão Social

FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000450143

C.N.P.J.: 04704007000145

Bairro

CENTRO

CEP

62800000

Localizado R ADOLFO CAMINHA, 247 - - ARACATI-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

17456 - FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Endereço

R ADOLFO CAMINHA, 247

Documento

C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

CENTRO ARACATI-CE CEP: 62800000

No. Requerimento

0000000257/2023

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão, de responsabilidade do contribuinte acima identificado, CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe em aberto nesta prefeitura quaisquer débitos tributários e não tributários municipais.

ARACATI-CE, 01 DE MARÇO DE 2023

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 29/05/2023

COD. VALIDAÇÃO 0000000257



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2023 0000000257

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

DATA DE EMISSÃO: 01/03/2023

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 29/05/23
ARACATI-CE, 01 DE MARÇO DE 2023

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET

em 03/04/23 às 11:39:17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Id solicitação: 57dbaad13efce

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Vale do Jaguaribe	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 3421-2284	E-mail: fas@fortalnet.com.br
CNPJ: 04.704.007/0001-45	Número do Fistel: 50012058165
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/12/2002	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 16/12/2017	
Observações: SSC03/96,67/96;ATO ANATEL 19428/01;ATO Nº 56.425, DE 02/02/2006, PUBLICADO NO DOU. DE 03/03/2006. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: PRAÇA ADOLFO CAMINHA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: PRACA ADOLFO CAMINHA; 247	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Aracati		UF: CE	

Parâmetros Técnicos			
Canal: 7	Frequência: 177 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.7853kW
HCI: 40 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 637069110						Número Indicativo: ZYA434					
Data Último Licenciamento: 16/10/2006						Número da Licença: 000001/2006-CE					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 4° 33' 59.00" S				Longitude: 37° 46' 13.00" W				Cota da base: 7.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 008170200352						Modelo: LD61K0					
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA						Potência de Operação: 1.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF - 7/8						Fabricante: KMP					
Comprimento da Linha: 42.00 m		Atenuação: 1.50 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: 06DDMO-3LL						Fabricante: IDEAL ANTENAS					
Ganho: 5.85 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Horizontal		HCI: 40 m		ERP Máxima: 0.79 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 1.62	5º: 0	10º: 0.97	15º: 0	20º: 0.89	25º: 0	30º: 1.41	35º: 0	40º: 1.01	45º: 0	50º: 0.44	55º: 0
60º: 0	65º: 0	70º: 0.23	75º: 0	80º: 0.98	85º: 0	90º: 2.16	95º: 0	100º: 3.22	105º: 0	110º: 5.15	115º: 0
120º: 9.63	125º: 0	130º: 14.02	135º: 0	140º: 20.09	145º: 0	150º: 25.99	155º: 0	160º: 29.84	165º: 0	170º: 25.99	175º: 0
180º: 9.63	185º: 0	190º: 5.15	195º: 0	200º: 3.22	205º: 0	210º: 2.16	215º: 0	220º: 0.98	225º: 0	230º: 0.23	235º: 0
240º: 0	245º: 0	250º: 0.49	255º: 0	260º: 0.75	265º: 0	270º: 0.79	275º: 0	280º: 0.81	285º: 0	290º: 0.81	295º: 0
300º: 0.79	305º: 0	310º: 0.75	315º: 0	320º: 0.48	325º: 0	330º: 0	335º: 0	340º: 0.42	345º: 0	350º: 1.08	355º: 0
Coordenadas por radial											
0º: Lat - Lon -	5º: Lat - Lon -	10º: Lat - Lon -	15º: Lat - Lon -	20º: Lat - Lon -	25º: Lat - Lon -	30º: Lat - Lon -	35º: Lat - Lon -	40º: Lat - Lon -	45º: Lat - Lon -	50º: Lat - Lon -	55º: Lat - Lon -
60º: Lat - Lon -	65º: Lat - Lon -	70º: Lat - Lon -	75º: Lat - Lon -	80º: Lat - Lon -	85º: Lat - Lon -	90º: Lat - Lon -	95º: Lat - Lon -	100º: Lat - Lon -	105º: Lat - Lon -	110º: Lat - Lon -	115º: Lat - Lon -
120º: Lat - Lon -	125º: Lat - Lon -	130º: Lat - Lon -	135º: Lat - Lon -	140º: Lat - Lon -	145º: Lat - Lon -	150º: Lat - Lon -	155º: Lat - Lon -	160º: Lat - Lon -	165º: Lat - Lon -	170º: Lat - Lon -	175º: Lat - Lon -
180º: Lat - Lon -	185º: Lat - Lon -	190º: Lat - Lon -	195º: Lat - Lon -	200º: Lat - Lon -	205º: Lat - Lon -	210º: Lat - Lon -	215º: Lat - Lon -	220º: Lat - Lon -	225º: Lat - Lon -	230º: Lat - Lon -	235º: Lat - Lon -
240º: Lat - Lon -	245º: Lat - Lon -	250º: Lat - Lon -	255º: Lat - Lon -	260º: Lat - Lon -	265º: Lat - Lon -	270º: Lat - Lon -	275º: Lat - Lon -	280º: Lat - Lon -	285º: Lat - Lon -	290º: Lat - Lon -	295º: Lat - Lon -
300º: Lat - Lon -	305º: Lat - Lon -	310º: Lat - Lon -	315º: Lat - Lon -	320º: Lat - Lon -	325º: Lat - Lon -	330º: Lat - Lon -	335º: Lat - Lon -	340º: Lat - Lon -	345º: Lat - Lon -	350º: Lat - Lon -	355º: Lat - Lon -
Distância por radial											
0º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF - 7/8	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 63.00 m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.79 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	0	Decreto	MC	01/04/2002	02/04/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	SSCE	17/12/2002	18/12/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	366	Decreto Legislativo	MC	28/11/2002	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000076592002	32627	Ato	ER	03/01/2003	21/01/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	125	Portaria	SSCE	06/04/2006	10/04/2006	Autoriza a Alteração de Aprovação de Local	Técnico
9999	31	Despacho	MC	22/01/2010		Advertência	Jurídico
9999	566	Portaria	MC	04/11/2010	16/03/2011	Multa	Jurídico
9999	636	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento





home



datastore



network



map



Logout

Canais Excluidos

Error

Autorização de uso de radiofrequência
vencida, favor entrar em contato com a Anatel.

Fechar





BOM DIA

João Carlos da Silva

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

internet | tela | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.704.007/0001-45											
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DÉBORA VALENTE GURGEL BARBOSA	223.648.333-53	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati

Usuário: anatel\joaocarlos.mc - João Carlos da Silva

Data: 03/04/2023

Hora: 11:53:42

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.097, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018; e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 413/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607588.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Área Especial nº 2, s/n, Região Administrativa II, Bairro Setor Leste Gama, em Brasília, no Distrito Federal, mantida pela União Educacional do Planalto Central S.A., com sede em Brasília, no Distrito Federal (CNPJ 00.720.144/0001-12).

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.098, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017; e em atendimento à Nota nº 02767/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, constante no Processo SEI nº 00732.003301/2019-49, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 527/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201703103.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Avenida Luís Eduardo Magalhães, nº 1.305, Bairro Candeias, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, mantida pela Fainor Faculdade Independente do Nordeste Ltda (cód. 1163), com sede no mesmo município e estado (CNPJ 03.262.477/0001-33).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.099, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 833/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201716722.

Art. 2º Fica credenciada a Escola Superior de Educação - ESJUS, a ser instalada na Avenida Miguel Perrelle, s/n, Bairro Castelo, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantida pela ESJUS - Escola Superior de Justiça Ltda.-ME (CNPJ 09.126.059/0001-03).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.100, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 789/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201805900.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Nossa Senhora do Socorro, a ser instalada na Avenida Auxiliar I, Cj Fernando Collor de Melo, nº 116, Bairro Taíçoca, no município de Nossa Senhora do Socorro, no estado de Sergipe, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda., com sede à Rua Conselheiro Saraiva, Edifício 15 de Julho, 1º andar, bairro Comércio, no município de Salvador, no estado da Bahia (CNPJ 07.714.798/0001-82).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.101, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 808/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201715810.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Amparense - UNIFIA para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rodovia SP 95, Km 1, Município de Itapetininga, no Estado de São Paulo.

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.102, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 883/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201715009.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Latino-americana - FLAM para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Estrada dos Fernandes, nº 2.680, Bairro Mirante do Arujá, no município de Arujá, no estado de São Paulo, mantida pela Jovens da Verdade Associação Civil, (CNPJ 53.083.077/0001-39).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.103, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 791/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608395.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Guairacá - FAG para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua XV de Novembro, nº 7.050, Centro, no município de Guarapuava, no estado do Paraná, mantida pela SESG - Sociedade de Educação Superior Guairacá Ltda., (CNPJ 06.060.722/0001-18).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.104, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 703/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201003406.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Universo Goiânia, por transformação da Faculdade Universo Goiânia, com sede na Rua 1058, nº 185, Setor Sul, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Associação Saldado de Oliveira de Educação e Cultura, com sede no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro (CNPJ 28.638.393/0001-82).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.105, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 810/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201716172.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Vale do Jaguaribe Mossoró, a ser instalada na Rua Prudente de Moraes, nº 976, Bairro Santo Antônio, no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda., com sede no Município Aracati, no Estado do Ceará (CNPJ 00.138.864/0001-74).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.106, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 289/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710864.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), com sede na Avenida Adolfo Timóteo da Silva, nº 433, Bairro Brasil Novo, no Município de Coromandel, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educacional de Coromandel, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 03.327.571/0001-23).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA (Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº 3900.062860/2016-25
Interessada/Outorgada Fundação Vale do Jaguaribe
CNPJ nº 04.704.007/0001-45
Município Aracati
Estado Ceará
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga 15/12/2017

Período da outorga a ser renovado 16/12/2017 a 16/12/2032

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☒ (X) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.
☐ () Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.
☐ () Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

- ☐ () Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação)
☐ () Instituição de Educação Superior de Natureza Privada
☒ (X) Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 3 e 4 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia SEI 10490067 Pág.s 7 a 9 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia em 24/10/2022	fls. 3 e 4 Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	Ata de Eleição SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por todo o período;	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 SEI 10490067 Pág. 8 Item (d)	Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 SEI 10490067 Pág. 8 Item (e)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 SEI 10490067 Pág. 8 Item (f)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal direta ou indireta;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 SEI 10490067 Pág. 8 Item (g)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 SEI 10490067 Pág. 8 Item (h)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não exerce serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10490067 Pág. 8 Item (i)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 SEI 10490067 Pág. 8 Item (j)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10490067 Pág. 8 Item (l)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
i) inexistir parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não se aplica	Não se aplica	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 602 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da intercomunicação, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10418853 fl. 6 SEI 10841105	- Art. 12 do Decreto nº 236, de 1967 Ata de Eleição SEI 10490067 Págs. 12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026	



Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	() Sim (X) Não se aplica	Estatuto SEI 2500311 fls. 6 a 27 Ata 24/05/2016 SEI 2500311 fls. 29 e 30 - Art. 113, inciso II Mandato do Decreto nº 24/05/2016 nº 52.795, de 1963. 24/05/2021 SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026	Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão ou registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10490067 Págs.18 e 19 22/07/2022	Art. 113, inciso II do Decreto nº - 52.795, de 1963.
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	() Sim (X) Não se aplica	SEI 2500311 fls. 44 a 49	Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963. Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	() Sim (X) Não se aplica	Não se aplica	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz ou, o caso, da filial.	(X) Sim () Não se aplica	SEI 10418853 fl. 4 Emitida em 27/09/2022 SEI 10839273 Pág. 1 Emitida em 31/03/2023	Art. 113, inciso V do Decreto nº - 52.795, de 1963.
		Federal SEI 2500311 fl. 38 Válida até 20/12/2017 SEI 10490067 Pág. 28 Válida até 18/03/2023 SEI 10839273 Pág. 1 Válida até 25/04/2023	



8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; () Não se aplica	(X) Sim () Não	<p>Estadual SEI 2500311 fl. 40 Válida até 19/01/2018 SEI 10490067 Pág. 30 Válida até 23/12/2022 SEI 10839273 Pág. 2 Válida até 30/05/2023</p> <p>Municipal SEI 2500311 fl. 42 Válida até 28/01/2018 SEI 10490067 Pág. 32 Válida até 23/01/2023 SEI 10839273 Págs. 3 e 4 Válida até 29/05/2023</p>	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº - 52.795, de 1963.
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.	(X) Sim () Não	SEI 10418853 fl.1 Válida até 27/10/2022 SEI 10839273 Pág. 2 PENDENTE	Art. 113, inciso VII do Decreto nº - 52.795, de 1963.
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	(X) Sim () Não	SEI 10418853 fl.2 Válida até 23/10/2022 SEI 10839273 Pág. 3 Válida até 12/04/2023	Art. 113, inciso VII do Decreto nº - 52.795, de 1963.
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não	SEI 10418853 fl.3 Válida até 26/03/2023 SEI 10839273 Pág. 4 Válida até 27/09/2023	Art. 113, inciso IX do Decreto nº - 52.795, de 1963.
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de residência de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (iii) Carteira de Trabalho - CT; Carteira Profissional; Carteira de Trabalho - Previdência Social - CTPS; ou () Não se aplica passaporte.	(X) Sim () Não	SEI 10490067 Págs. 21 e 22 Glaucia Barbosa Pinheiro Maia Representante Legal SEI 10490067 Pág.23 Guilherme Bismarck Diretor Vice Presidente SEI 10490067 Pág. 24 Germana Vasconcelos Pinheiro Diretor Tesoureiro	Ata de Eleição SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026 - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 10839282 Págs. 1 e 40, da Portaria 2.524/2021/MC PENDENTE	Art. 29, §§ 7º e 8º, da Portaria 2.524/2021/MC Autorização de uso de radiofrequência vencida, favor manter contato com a Anatel.
--	---	--	--

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino no Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 2500311 SEI 104900676 Pág. 26 Validade até PENDENTE	fl. 32 art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	SEI 10841090 Portaria e-Mec

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não está em conformidade com o disposto na legislação, sendo necessário nova instrução processual.

Analizado por:	Data:
Nome: João Carlos da Silva Cargo: Engenheiro de Telecomunicações	03 de abril de 2023



Documento assinado eletronicamente por João Carlos da Silva, Engenheiro de Telecomunicações, em 03/04/2023, às 16:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código 10839282 e o código 206518.

Referência: Process o nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 10839282

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Comunicação Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Estatal

OFÍCIO Nº 8767/2023/MCOM

Brasília, 03 de abril de 2023

À Senhora

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati - CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações que houve análise do pedido de outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist.
2. Para prosseguir com a avaliação, principalmente se possível o deferimento (aprovação) do pedido, necessário que seja apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação** nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10º da Lei nº 4.117 de 1962 e Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, § 4º da Lei nº 4.117 de 1962, será comprovada mediante emissão de novo licenciamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para o processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando houver licenciamento.

obs.: exigência necessária pois o documento de licenciamento apresentado em 16 de dezembro de 2017.

II - **Cópia do instrumento jurídico firmado com o Conselho de Ensino Superior** nos termos do art. 16º, caput e §§ 5º e 6º da Lei nº 3.238/2018; contendo inclusive o prazo de validade do instrumento.

3. Destaco também que se tentou obter todos os documentos para instruir o processo de renovação, não foi possível se obter todas, caso seja(m) enviada(s) a(s) indicada(s) abaixo, cópia simples (xerox) e cópia autenticada (rápida) a análise do pedido de renovação:

I - **Certidão Negativa da Anatel** em relação à existência de processos de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel, nos termos do art. 52.795/1963;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

4. Informa, ainda, que já está disponível o sistema que possibilita o encaminhamento e recebimento de documentos na forma eletrônica. Mais informações: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-mc>

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da emenda (nº 25), para agilizar o trâmite.

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, para esta emenda entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado. Caso contrário, o atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações.

7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.686, de 10/05/2023, D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por André Sampaio de Paiva, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 10/05/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, verificando o código de verificação 10841764 e o código 972AE743.

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal.

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10839289;

.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 10841764

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatório Consultar ▾ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

04.704.007/0001-45

Razão Social

10 ▾			1-4	<<
Razão Social	CNPJ	Emails		
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	MMC.29@HOTMAIL.COM, ater brigidalima@completta.com.br		
10 ▾			1-4	<<

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:
16/05/2023 10:27:27

De:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Para:
MMC.29@HOTMAIL.COM
atendimento@completta.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
brigidalima@completta.com.br

Assunto:
envio de correspondencia Oficial dos Ministerio das Comunicações

Mensagem:
À Senhora

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 8767/2023/SEI-MCOM processo nº 53900.062860/2016-25

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério da Comunicação, a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-comunicacao>)

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível criar um, seguindo o seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:
Outros_origem_externa_10906586_04.704.0070001_45.jpg
Checklist_10839289.html
Oficio_10841764.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 04704007000145

Emitida às 09:47:44 do dia 06/07/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45
Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/07/2023 a 04/08/2023

Certificação Número: 2023070601065761055051

Informação obtida em 06/07/2023 09:51:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CNPJ: 04.704.007/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:54:25 do dia 06/07/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 02/01/2024.

Código de controle da certidão: **F1DC.D85B.524F.5130**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202317716618

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 04704007000145
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 06/07/2023 ÀS 09:59:44
VÁLIDA ATÉ 04/09/2023

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[t-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145](https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145)

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

**CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO VALE
DO JAGUARIBE PARA EXECUTAR O
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SOM E
IMAGENS, COM FINS EXCLUSIVAMENTE
EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE
ARACATI, ESTADO DO CEARÁ .**

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano dois mil e dois, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Juarez Quadros do Nascimento, e a FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, CGC 04.704.007/0001-45, representada por sua Diretora Presidente, Gláucia Barbosa Pinheiro Maia, RG 2.242.988 – SSP/DF, CPF 209.514.693-04, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2002, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, Estado do Ceará, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Vale do Jaguaribe o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Aracati, Estado do Ceará, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização



expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

i) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

j) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;

l) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

m) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

n) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

o) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

p) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;



- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- l) manter em dia os registros da programação.
- m) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.



Cláusula 8ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 9ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.


Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

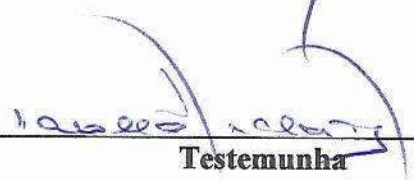
Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Concessionária


Testemunha


Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 360, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCADORA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiacú, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 198, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiacú, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 361, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ARCC, ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 58, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação, a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso III, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 362, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE LENÇÓIS PAULISTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 234, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 363, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DO CANTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 225, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação de Moradores da Praia do Canto a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 364, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL SOTEROPOLITANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 300, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Assistencial Soteropolitana a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 365, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza o CENTRO BENEFICENTE DE COMBATE A TUBERCULOSE E MALÁRIA DE ESPERANTINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 650, de 25 de outubro de 2001, que autoriza o Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2002**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 5, de 1º de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 174/2002)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 367, DE 2002**

Aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 4, de 5 de dezembro de 2001, que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 368, DE 2002**

Aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 5, de 5 de dezembro de 2001, que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 175/2002)

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, que "dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de dezembro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de novembro de 2002.
Senador RAMEZ TEBET
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

(Of. El. nº 172/2002)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002, que "altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de dezembro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de novembro de 2002.
Senador RAMEZ TEBET
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

(Of. El. nº 173/2002)

04.704.0007/0001-45

Rua Carolina Sucupira, 208 - Aldeota -
Fortaleza/CE - CEP: 60.140-120





XV - EMISSORA A VOZ DE CATANDUVA LTDA., a partir de 27 de dezembro de 1996, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 995, de 5 de dezembro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987 (Processo nº 53830.000847/96);

XVI - FUNDAÇÃO PADRE KOLBE DE RÁDIO E TELEVISÃO, a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Mauá, Estado de São Paulo, outorgada originariamente ao Sistema Mauá de Comunicação Ltda., conforme Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto de 25 de agosto de 1998, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001536/98);

XVII - L & C RÁDIO EMISSORAS LTDA., a partir de 7 de dezembro de 1997, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.001414/97);

XVIII - RÁDIO ARAGUAIA LTDA., a partir de 5 de abril de 1998, na cidade de Araguaia, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e renovada pelo Decreto de 30 de julho de 1992 (Processo nº 53670.000019/98);

XIX - RÁDIO CIDADE AM DE VOTUPORANGA LTDA., a partir de 7 de fevereiro de 1999, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 83.052, de 17 de janeiro de 1979, e renovada pelo Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 045, de 1990, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 1990 (Processo nº 53830.002705/98);

XX - RÁDIO DIÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., a partir de 20 de janeiro de 1998, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à TV Fronteira Paulista Ltda., conforme Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e transferida pelo Decreto de 18 de julho de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 30.001487/97);

XXI - RÁDIO EMISSORA DA BARRA LTDA., a partir de 8 de junho de 1996, na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 334, de 26 de maio de 1966, e renovada pelo Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986 (Processo nº 53830.000138/97);

XXII - RÁDIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA., a partir de 20 de outubro de 1997, na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à L & C Rádio Emissoras Ltda., pela Portaria nº 1.090, de 14 de outubro de 1977, renovada, pelo Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001476/97);

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Imprensa Nacional

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe de Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO

Coordenadora de Jornais Oficiais

Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

XXIII - RÁDIO ICATU LTDA., a partir de 10 de novembro de 1998, na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, à Rádio Icatu FM Ltda., autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 153, de 31 de julho de 1995 (Processo nº 53830.002085/98);

XXIV - RÁDIO JORNAL DE NHANDEARA LTDA., a partir de 19 de fevereiro de 1996, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 194, de 12 de fevereiro de 1976, renovada pelo Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987 (Processo nº 53830.001488/95);

XXV - RÁDIO JORNAL DE BARRETOS OM LTDA., a partir de 22 de fevereiro de 1998, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53830.000175/98);

XXVI - RÁDIO REPÚBLICA DE MORRO AGUDO LTDA., a partir de 23 de dezembro de 1997, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987 (Processo nº 53830.001549/97);

XXVII - RÁDIO PRINCESA MONTE AZUL LTDA., a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.001603/98);

XXVIII - SISTEMA MERIDIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA., a partir de 16 de abril de 1996, na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 95, de 14 de abril de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 189, de 5 de agosto de 1986, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.000234/96);

Art. 2º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, os seguintes serviços de radiodifusão sonora:

I - em onda tropical: RÁDIO ARAGUAIA LTDA., a partir de 25 de abril de 1997, na cidade de Araguaia, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.869, de 29 de setembro de 1988 (Processo nº 53670.000455/96);

II - em onda curta: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, a partir de 6 de janeiro de 1998, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987 (Processo nº 53830.001408/97);

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 6 de dezembro de 1997, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, outorgada à TELEVISÃO PRINCESA DO OESTE DE CAMPINAS LTDA., pelo Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982 (Processo nº 53830.001812/97);

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de abril de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 1º DE ABRIL DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.869, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art.

Instituição de Educação Superior

Endereço

DETALHES DA IES

ATO REGULATÓRIO

GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

PROCESSOS E-MEC

OCORRÊNCIAS

RECLAMAÇÕES

PERGUNTAS FREQUENTES



MANTENEDORA

Mantenedora: (901) UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA VALE DO JAGUARIBE LTDA

CNPJ: 00.138.864/0001-74

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Representante Legal: ANTONIO HENRIQUE DUMMAR ANTERO (DIRETOR GERAL)



IES

Nome da IES - Sigla: (1350) Centro Universitário Multiversa do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE - UNIJAGUARIBE
Em Supervisão - Determinação de Providências: Despacho N. 42/2020

Situação: Ativa

Endereço: Rodovia CE-040, Km 138

Nº:

Complemento: FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE

CEP: 62800-000

Bairro: Aeroporto

Município: Aracati

UF: CE

Telefone: 8834219757

Fax: (88) 3421.9760



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solatio Brasil Gestão de Projetos LTDA-ME
Empreendimento: Central Geradora Solar Fotovoltaica Paranaíba 01 a 07
Processo n.º 01401.000296/2017-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Central Geradora Solar Fotovoltaica Paranaíba 01 a 07
Arqueólogo Coordenador: Lennon Oliveira Mattos
Arqueólogo de campo: Lennon Oliveira Mattos
Apoio Institucional: Museu de História do Pantanal (MUHPAN) - Fundação Barbosa Rodrigues
Área de Abrangência: Municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: KKW Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Vale das Águas II
Processo n.º 01506.007089/2016-82
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Vale das Águas II.
Arqueólogo coordenador: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano- Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Seleta meio Ambiente Ltda
Empreendimento: CTR - Sales de Oliveira
Processo n.º 01506.006878/2016-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Ampliação do Aterro Sanitário - CTR - Sales de Oliveira
Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars Hering
Arqueóloga de Campo: Jaqueline da Silva Belletti
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sales de Oliveira, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Parnaíba Gás Natural S.A.
Empreendimento: SPE Alpha Santa Maria empreendimentos imobiliários Ltda
Processo n.º 01512.003294/2015-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Residencial Estância dos Montes Condomínio I
Arqueólogo Coordenador: Jorge Luiz de Oliveira Viana
Apoio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - (LEPAARQ) / Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Área de Abrangência: Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: CELESC-Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão 138 kv Biguaçu-Tijucas-Canelinha
Processo n.º 01510.00063/2016-11
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da Linha de Transmissão 138 kv Biguaçu-Tijucas-Canelinhas
Arqueóloga coordenadora: Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Arqueólogo de campo: Paulo Antônio Dantas de Blasis
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - GRUPEP- Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Área de Abrangência: Municípios de Biguaçu, Tijucas e Canelinha, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Milton Carvalho de Freitas - ME
Empreendimento: Milton Carvalho de Freitas
Processo n.º 01506.004778/2016-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação e Exploração da Jazida e Infraestrutura Milton Carvalho de Freitas
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Elnathan Nicolas Lima da Costa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Araçatuba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
Empreendimento: Distrito Industrial Lagoa Santa
Processo n.º 01514.005965/2016-37
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Distrito Industrial Lagoa Santa
Arqueólogo Coordenador: Márcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Em-CAALE - Prefeitura de Lagoa Santa
Abrangência: Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de Implantação do Residencial Parque Barcelona
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Rafaela Regina Pascuti Leal
Área de Abrangência: Município de Bauru, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE MAIO DE 2017

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I- Permissão n.º 08, Anexo I, Seção 1, pag. 89, Portaria n.º 25/2017 publicada no D.O.U em 23/05/2016, em nome do arqueólogo Almir do Carmo Bezerra, referente ao processo n.º 01502.000616/2016-68 "Programas de Monitoramento e Resgate Arqueológico na área de Implantação da Linha de Transmissão 230 kv Sapeaçu/Santo Antonio de Jesus C3", tendo em vista solicitação do arqueólogo.

II-Permissão n.º 09, Anexo I, Seção 1, pag.89 da Portaria n.º 25/2017 publicada no D.O.U em 23/05/2016, em nome do arqueólogo Almir do Carmo Bezerra, referente ao processo n.º 01502.000615/2016-13 "Programa de Monitoramento e Resgate Arqueológico na área de Implantação da Linha de Transmissão 500 kv Camaçari IV/Sapeaçu", tendo em vista solicitação do arqueólogo.

DANIELI HELENCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 12, de 17 de maio de 2016, Seção 1, Anexo IV, Página16, Autorização n.º 6, de 20/05/2017, onde se lê: "Enquadramento IN: Nível IV", leia-se: "Enquadramento IN: Nível III".

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 673, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer n.º 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC n.º 201503282, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas na sede da instituição e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Art. 3º O reconhecido de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa n.º 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

ORDEM	CÓDIGO	POLO
1	23927	Rua Dom Pedro II, N 625 - Vila Nova - Cubatão/São Paulo
2	1045765	Rua Vigário João José Rodrigues, N634 - Centro - Jundiá/São Paulo
3	2006315	Rua Treze de Junho, Galeria GG, Salas 816 e 817 - 207 - Centro Norte - Chibabá/M
4	2006293	Rua Mirambava, n.º 156, Bairro Centro - Suzano/São Paulo
5	2001804	Rua Antônio Soares, N 127 - Jardim Soares - Sorocaba/SP
6	23601	Rua Capitão Salomão, N 89 - Centro - São Paulo/São Paulo
7	23647	Rua Espártaco, N 613 Térreo - Vila Romana - São Paulo/SP
8	2006282	Rua Minas Bogasian, N 308 - Centro - Osasco/São Paulo
9	2001797	Rua Heloisa Penteado, N 327 - Vila Esperança - São Paulo/São Paulo
10	23557	Rua Professora Terezinha Arruda Campos, N175 - VI. Boldrin - Santa Bárbara d'O
11	1045761	Rua Benjamim Constant, 28, N163 - Centro - Amparo/São Paulo
12	2001785	Rua Italo Adami, N 1450 - Jardim Anita - Itaquaquecetuba/São Paulo
13	10341	Rua das Acácias Amarelas, N95 - Jardim das Margaridas - Salvador/Bahia
14	2001783	Avenida Sete de Setembro, N624 - Barra Funda - Leme/São Paulo
15	9861	Rua Otelo Augusto Ribeiro, N411 - Guaianases - São Paulo/São Paulo
16	12773	Rua Tereza Nogueira, N91 - Centro - Lauro de Freitas/Bahia
17	28425	Rua Coronel João de Oliveira Melo, 654, Vila Antonieta, São Paulo/São Paulo
18	2006292	Rua Vinte e Quatro de Maio, N85 - Centro - São Paulo/São Paulo

PORTAR

O MINIST

suas atribuições, ten
de maio de 2006, na
2007 e no Parecer n
Conselho Nacional
MEC n.º 20110847
Instituição e de se
cional com a legis
Art. 1º Fic
(FVJ), com sede na
município de Aracat
cação e Cultura Val
Art. 2º O
pelo prazo de 4 (qua
3 de janeiro de 201
10.870, de 19 de ma
nº 5.773, de 9 de
Art. 3º Es
blicação.

PORTAR

O MINIST

suas atribuições, ten
de maio de 2006, na
2007, na Resolução
Câmara de Educaç
conforme consta do
formidade do Regim
Desenvolvimento In
Art. 1º Fica
talada na Rua Padre
nício de São Luís,
tos e Soluções Tecn
Art. 2º O
prazo de 3 (três) a
3 de janeiro de 201
19 de maio de 2004
de 9 de maio de 2
Art. 3º Es
blicação.

PORTAR

O MINIST

suas atribuições, ten
de maio de 2006, na
2007 e no Parecer n
Conselho Nacional
MEC n.º 20120983
Instituição e de se
cional com a legis
Art. 1º Fic
na modalidade a c
(UNICID), com sed
Tatuapé, no munic
pela SECID, Socied
sede no mesmo m
Art. 2º As
volvidas na sede d
lacionados no anex
Art. 3º O
pelo prazo de 5 (cin
3 de janeiro de 201
10.870, de 19 de ma
nº 5.773, de 9 de
Art. 4º Es
blicação.



Autenticidade eletrônica: após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-8423-4b2d-bf58-9e8cf2e284

21	Rua Porangaba, nº 1030, Bairro Vila Industrial, Município de Araçatuba, Estado de São Paulo
22	Rua Nº 28, nº 844, Bairro Centro, Município de Barretos, Estado de São Paulo.
23	Rua Coronel Afonso Ferreira, nº 174, Bairro Santa Terezinha, Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo
24	Rua Sales de Oliveira, nº 271, Bairro Castelo, Município de Campinas, Estado de São Paulo
25	Avenida Mato Grosso, Nº900, Bairro Indaia, Município de Caragatutuba, Estado de São Paulo
26	Praça Joaquim Vilela, Nº360, Bairro São Benedito, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo
27	Rua Senador Dantas, nº 284, Bairro Centro, Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo
28	Avenida Santo Antonio, Maria Claret, Nº1724, Bairro Cidade Claret, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo
29	Rua Coronel Fernando Prestes, nº 236, Bairro Centro, Município de Santo André, Estado de São Paulo
30	Rua da Cultura, nº 252, Bairro Jardim Santa Catarina, Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo
31	Rua Martin Francisco, nº 636, Bairro Santa Cecília, Município de São Paulo, Estado de São Paulo
32	Rua Barão do Rio Branco, Nº59, Bairro Jardim Esplanada, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo
33	Quadra 602 Sul, Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 17, Plano Diretor Sul, Município de Palmas, Estado de Tocantins

PORTARIA Nº 685, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 570/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201414023, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque (FACCSR), com sede na Rua Padre Marçal, Nº 30, Bairro Centro, Município de São Roque, Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Ensino Superior de São Roque, com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenhadas na sede da instituição.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 686, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 705/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201414558, e diante da conformidade do Estatuto da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhanguera) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida João Cândido de Oliveira, nº 115, bairro Cidade Jardim, no município de Goiânia, estado de Goiás, mantido pela Associação Goiana de Ensino, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenhadas em sua sede e no polo de apoio presencial com atividades presenciais obrigatórias na sede da instituição e no polo de apoio presencial Unidade Goiânia Cidade Jardim Bairro - Avenida João Cândido de Oliveira, 115 Cidade Jardim. Goiânia - GO.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 687, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 823/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201502455, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Itaitia (FACIT), a ser instalada na Rua Professor Otávio Terceiro de Farias, nº 147, bairro Afonso Walter, no município de Santa Quitéria, estado do Ceará, pelo Instituto de Educação Profissional e Superior do Sertão (IDESSC), com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 26 de maio de 2017

Nos termos do art. 2da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o art. 1º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o art. 1º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o art. 1º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

ANEXO

ORDEM	CÓDIGO	POLO
1	23927	Rua Dom Pedro II, Nº625 - Vila Nova - Cubatão/São Paulo
2	1045765	Rua Vigário João José Rodrigues, Nº634 - Centro - Jundiá/São Paulo
3	2006315	Rua Treze de Junho, Galeria GG, Salas 816 e 817 - Centro Norte - Cuiabá/MT
4	2006293	Rua Mirambava, nº 156, Bairro Centro - Suzano/São Paulo
5	2001804	Rua Antônio Soares, Nº 127 - Jardim Soares - Sorocaba/SP
6	23601	Rua Capitão Salomão, Nº 89 - Centro - São Paulo/São Paulo
7	23647	Rua Espártaco, Nº 613 Térreo - Vila Romana - São Paulo/SP
8	2006282	Rua Minas Bogasian, Nº 308 - Centro - Osasco/São Paulo
9	2001797	Rua Heloisa Penteado, Nº 327 - Vila Esperança - São Paulo/São Paulo
10	23557	Rua Professora Terezinha Arruda Campos, Nº175 - VI. Boldrin - Santa Bárbara d'Oeste/SP
11	1045761	Rua Benjamim Constant, 28, Nº163 - Centro - Amparo/São Paulo
12	2001785	Rua Ítalo Adami, Nº 1450 - Jardim Anita - Itaquaquecetuba/São Paulo
13	10341	Rua das Acácias Amarelas, Nº95 - Jardim das Margaridas - Salvador/Bahia
14	2001783	Avenida Sete de Setembro, Nº624 - Barra Funda - Leme/São Paulo
15	9861	Rua Otelo Augusto Ribeiro, Nº411 - Guaianases - São Paulo/São Paulo
16	12773	Rua Tereza Nogueira, Nº91 - Centro - Lauro de Freitas/Bahia
17	28425	Rua Coronel João de Oliveira Melo, 654, Vila Antonieta, São Paulo/São Paulo
18	2006292	Rua Vinte e Quatro de Maio, Nº85 - Centro - São Paulo/São Paulo
19	2006288	Rua João Pereira, Nº 387 - Lapa - São Paulo/São Paulo
20	18467	Rua Teopompo de Vasconcelos, Nº57 - Vila Advana - São José dos Campos/São Paulo
21	14891	Rua Vereador Juarez Rios de Vasconcelos, Nº37 - Centro - Diadema/São Paulo
22	2001794	Rua Ruy Barbosa, Nº 325 - Centro - São Bernardo do Campo/São Paulo
23	12209	Rua Gabriel Piza, Nº 475 - Santana - São Paulo/São Paulo
24	23950	Brasília Luz, 229, Santo Amaro, Nº229 - Santo Amaro - São Paulo/São Paulo
25	2006820	Rua São Sebastião, Nº 37 - Vila Monteiro - Piracicaba/São Paulo
26	2006818	Rua Dr José Eduardo Vieira Palma, Nº13 - Centro - Cravinhos/São Paulo
27	1049267	Avenida Professor Manoel José Pedrosi, Nº1894 - Parque Bahia - Cotia/São Paulo
28	1050148	Rua Direta da Piedade, Nº2 - Piedade - Salvador/Bahia
29	10230	Rodovia Augusto Montenegro, Loteamento Morada Nova II - Q2, Nº1 - Coqueiro - B. do Brasil/SP
30	2006318	Rua Ladeira dos Galés, Nº29 - Brotas - Salvador/Bahia
31	23653	Rua Geraldo Correia, Nº 351 - Vila Santa Isabel - São Paulo/São Paulo
32	2006297	Avenida Gal. Pedro Leon Schneider, Nº134 - Santana - São Paulo/São Paulo
33	2006817	Rua Rui Barbosa, Nº 29 - Centro - Franco da Rocha/São Paulo
34	23516	Rua Pedro Moreira, Centro, Nº24 - Salto de Pirapora - Salto de Pirapora/São Paulo
35	2001807	Rua São Benedito, Nº 594 - Vila Aparecida - Boituva/São Paulo
36	2006300	Avenida Horácio Neto, Nº561 - Jd. Samambaia - Atibaia/São Paulo
37	2006294	Rua Gama Rodrigues, Nº 148 - Centro - Guaratinguetá/São Paulo
38	16970	Rua Piratininga, Nº 241 - Barcelona - São Caetano do Sul/São Paulo
39	14589	Rua Barena, Nº 177 - Itaim Paulista - São Paulo/São Paulo
40	17283	Avenida General Leite de Castro, Nº650 - Jardim Pádua - São Paulo/São Paulo
41	2001831	Rua Tuim, Nº 1017 - sem bairro - São Paulo/São Paulo
42	2001781	Rua José Mendes Júnior, Nº213 - Centro - Santa Rosa de Viterbo/São Paulo
43	9860	Rua Comendador Elias Zarzur, Nº301 - Santo Amaro - São Paulo/São Paulo
44	2006290	Avenida Frei Pacifico Wagner, Nº653 - Centro - Caragatutuba/São Paulo
45	2001852	Av. Embaixador Pedro de Toledo, Nº96 - Centro - Itanhaém/São Paulo

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 102/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da FAINIC - Faculdades Integradas NIC, a ser instalada na Rua Santo Amaro, nº 80, bairro da Glória, anexo da Real Benemerita Beneficência Portuguesa - Santa Teresa, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela FAINIC - Faculdades Eneas Resque Ltda., com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de

pervisão da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 103/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de



RESOLUÇÃO N.º 02/2023 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.

Alteração do nome da IES do
Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe - UNIJAGUARIBE.

O Reitor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE,
no uso de suas atribuições legais e regimentais considerando o Art. 11º, § 1º do
Regimento Geral desta IES e na qualidade de Presidente do Conselho Superior
- CONSU desta IES,

Considerando a publicação da Portaria 1.073, publicada no dia 29 de
dezembro de 2021 no Diário Oficial da União -DOU;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o nome da IES do Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, para Centro Universitário Multiversa do Jaguaribe
- UNIJAGUARIBE.

Art. 2º. Fica definido o nome da Instituição como Centro Universitário
Multiversa do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE.

Art. 2º. Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que a
presente produza seus efeitos.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.


Gabinete do Reitor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe -
UNIJAGUARIBE, em 02 de dezembro de 2023.



Antonio Henrique Dummar Antero
Reitor


Representante Legal - União de Educação e Cultura do Vale do Jaguaribe Ltda





BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [tela](#) | [menu ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor											
Nome Sócio/Diretor: GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Diretor (SÓCIA GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Aracati		
RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Sócio	19600	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Aracati		

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo

Data: 11/07/2023

Hora: 15:16:15



BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor											
Nome Sócio/Diretor: GUILHERME BISMARCK											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo Data: 11/07/2023 Hora: 15:15:29



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [intranet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [tiane.mc - Tiane Aimi Severo](#)

Data: [11/07/2023](#)

Hora: [15:04:07](#)



Data de Envio:
03/08/2023 09:34:09

De:
MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Para:
cgfm@mcom.gov.br

Assunto:
Consulta CGFM

Mensagem:
Processo nº: 53900.062860/2016-25
Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (TV educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Vale do Jaguaribe, CNPJ nº 04.704.007/0001-45 que transmite programas de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre outorga de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Donizetti José dos Santos

2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

2.4 monica.sousa@mcom.gov.br associada a servidora Monica Cabral de Sousa

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos
(12)98171-0771
URSP MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

RE: Consulta CGFM

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 03/08/2023 10:13

Para: coroc <coroc@mcom.gov.br>

Cc: **COPEC <COPEC@mcom.gov.br>**; Donizetti José dos Santos <donizetti.santos@mcom.gov.br>; Heitor dos Santos C Pereira <heitor.pereira@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de Fundação Vale do Jaguaribe, CNPJ nº 04.704.007/0001-45 que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati estado do Ceará, responder ao processo nº 53000.030728/2010-11, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 3 de agosto de 2023 09:34

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (TV educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Vale do Jaguaribe, CNPJ nº 04.704.007/0001-45 que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto versar sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

demaís, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQKAGFiZjM1ODM0LTQxNWQ0NDZMS1iMGJ4LWU1NzZlZDcyYjg2NQQAHiqlCOUN3hOqiiRy2hBG0... 1/2

efc150e1-9803-4b2d-bf54-b6e8c12e2ac1

- 2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.
- 2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Donizetti José dos Santos
- 2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira
- 2.4 monica.sousa@mcom.gov.br associado a servidora Monica Cabral de Sousa

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos

(12)98171-0771

URSP_MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkAGFiZjM1ODM0LTQxNWQ0NDk2MS1iMGJ4LWU1NzZlZDcyYjg2NQQAHAjqlC0UN3hOqiiRy2hBG0... 2/2

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

CPF

CPF

CPF

CPF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 04.704.007/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/08/2001
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO
R ADOLFO CAMINHA

NÚMERO
247

COMPLEMENTO

CEP
62.800-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ARACATI

UF
CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MMC.29@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(85) 3041-2339

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/08/2001

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CNPJ: 04.704.007/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n^o 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n^o 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:33:56 do dia 20/11/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/05/2024.

Código de controle da certidão: **CB1A.2CD6.E54D.E584**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
20/11/2023CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
18/02/2024

NOME: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

CNPJ/CPF: 04.704.007/0001-45

LOGRADOURO: ACAMPAMENTO Rua Marizinha de Seixas

NÚMERO: 83

COMPLEMENTO: AA

BAIRRO: Cohab

CEP: 37443000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BAEPENDI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000708490241



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[fazenda.mg.gov.br/sol/ctrl/SOL/CDT/DETALHE_746?descServico=Solicitar+Certid%E3o+de+D%E9bitos+Tribut%E1rios&numProto...](http://www.fazenda.mg.gov.br/sol/ctrl/SOL/CDT/DETALHE_746?descServico=Solicitar+Certid%E3o+de+D%E9bitos+Tribut%E1rios&numProto...) 1/1

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Vale do Jaguaribe

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:03:25 do dia 20/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45
Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/11/2023 a 15/12/2023

Certificação Número: 2023111606264580194264

Informação obtida em 20/11/2023 08:30:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://www.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certidão nº: 65551123/2023

Expedição: 20/11/2023, às 08:31:42

Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.704.007/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



NOME/RAZÃO SOCIAL Fundacao Vale do Jaguaribe				CNPJ 04704007000145	
Nº DA ESTAÇÃO 1000985935	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 4° 33' 59.00" S	LONGITUDE 37° 46' 13.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Adolfo Caminha, nº 247.				DISTRITO	
BAIRRO Centro				MUNICÍPIO Aracati	UF CE

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 02/04/2032

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Aracati UF: CE

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 473 MHz CANAL: 14

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 10

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYP483

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Aracati NUMPROCESSO:

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Adolfo Caminha BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Aracati UF: CE

NUMERO: 247 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: TE7040H-1K-250D

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 0.200 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 029691300528 MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF TELECOM MODELO: IFSLDH-6-360-14

POLARIZAÇÃO: Horizontal

DESCRIÇÃO: GANHO: 9.82 dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 44 m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 180 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: BEAM TILT: .00 graus

POLARIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO: GANHO: dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 20/11/2023 10:12:22



Emitido Em
09/03/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcY1xTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjU1YjRkMjU3>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Id solicitação: 57dbab802f340

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Vale do Jaguaribe	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 3421-2284	E-mail: fas@fortalnet.com.br
CNPJ: 04.704.007/0001-45	Número do Fistel: 50411173308
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/12/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 02/04/2032	
Observações: Ato nº 8.262, de 14/12/2011, publicado no DOU. de 16/12/2011.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Aracati	UF: CE

Parâmetros Técnicos			
Canal: 14	Frequência: 473 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 1.2826kW
HCI: 44 m	Pareamento: 29934	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



23/10/11 27

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Informações Gerais	
Número da Estação: 1000985935	Número Indicativo: ZYP483
Data Último Licenciamento: 09/03/2023	Número da Licença: 53500.341736/2022-84

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 4° 33' 59.00" S	Longitude: 37° 46' 13.00" W	Cota da base: 10 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 029691300528	Modelo: TE7040H-1K-250D
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.200 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 49 m	Atenuação: 2.55 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFSLDH-6-360-14	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 9.82 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 180 °	Polarização: Horizontal	HCI: 44 m	ERP Máxima: 1.28 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.84	5°: 0.88	10°: 0.94	15°: 1.04	20°: 1.15	25°: 1.25	30°: 1.31	35°: 1.33	40°: 1.3	45°: 1.23	50°: 1.15	55°: 1.05
60°: 0.95	65°: 0.88	70°: 0.82	75°: 0.78	80°: 0.77	85°: 0.78	90°: 0.82	95°: 0.87	100°: 0.92	105°: 0.97	110°: 1.01	115°: 1.04
120°: 1.03	125°: 1	130°: 0.93	135°: 0.84	140°: 0.72	145°: 0.6	150°: 0.47	155°: 0.35	160°: 0.24	165°: 0.15	170°: 0.07	175°: 0.03
180°: 0	185°: 0.01	190°: 0.03	195°: 0.1	200°: 0.18	205°: 0.3	210°: 0.42	215°: 0.56	220°: 0.69	225°: 0.81	230°: 0.92	235°: 0.98
240°: 1.02	245°: 1.03	250°: 1.01	255°: 0.97	260°: 0.92	265°: 0.86	270°: 0.8	275°: 0.76	280°: 0.73	285°: 0.73	290°: 0.75	295°: 0.79
300°: 0.85	305°: 0.93	310°: 1.01	315°: 1.1	320°: 1.16	325°: 1.19	330°: 1.19	335°: 1.14	340°: 1.06	345°: 0.98	350°: 0.91	355°: 0.86

Coordenadas por radial											
0°: Lat 4°24'46.5" S Lon 37°46'13" W	5°: Lat 4°25'50.02" S Lon 37°45'30.09" W	10°: Lat 4°25'22.91" S Lon 37°44'41.73" W	15°: Lat 4°25'5.32" S Lon 37°43'49.58" W	20°: Lat 4°25'1.98" S Lon 37°42'12.77" W	25°: Lat 4°25'25.36" S Lon 37°41'26.41" W	30°: Lat 4°25'44.07" S Lon 37°40'44.23" W	35°: Lat 4°26'10.86" S Lon 37°39'31.05" W	40°: Lat 4°26'44.83" S Lon 37°38'36.16" W	45°: Lat 4°27'18.23" S Lon 37°38'49.51" W	50°: Lat 4°27'57.73" S Lon 37°37'39.18" W	55°: Lat 4°28'33.9" S Lon 37°36'27.34" W
60°: Lat 4°29'15.59" S Lon 37°38'0.69" W	65°: Lat 4°30'1.44" S Lon 37°37'42.09" W	70°: Lat 4°30'53.23" S Lon 37°37'41.14" W	75°: Lat 4°31'38.4" S Lon 37°37'26.84" W	80°: Lat 4°32'25.48" S Lon 37°37'21.23" W	85°: Lat 4°33'12.45" S Lon 37°37'19.82" W	90°: Lat 4°33'58.94" S Lon 37°36'58.74" W	95°: Lat 4°34'45.44" S Lon 37°37'19.79" W	100°: Lat 4°35'19.26" S Lon 37°38'36.16" W	105°: Lat 4°35'57.41" S Lon 37°38'49.51" W	110°: Lat 4°36'32.25" S Lon 37°39'10.49" W	115°: Lat 4°37'10.38" S Lon 37°39'21.19" W
120°: Lat 4°37'47.79" S Lon 37°39'35.36" W	125°: Lat 4°38'26.91" S Lon 37°39'49.09" W	130°: Lat 4°38'59.24" S Lon 37°40'13.97" W	135°: Lat 4°39'36" S Lon 37°40'34.86" W	140°: Lat 4°40'25.89" S Lon 37°40'47.26" W	145°: Lat 4°40'52.72" S Lon 37°41'22.33" W	150°: Lat 4°41'20.5" S Lon 37°41'57.24" W	155°: Lat 4°41'32.45" S Lon 37°42'40.84" W	160°: Lat 4°42'2.52" S Lon 37°43'16.41" W	165°: Lat 4°42'25.19" S Lon 37°43'56.91" W	170°: Lat 4°42'44.43" S Lon 37°44'40.04" W	175°: Lat 4°43'14.12" S Lon 37°45'24.27" W
180°: Lat 4°43'20.99" S Lon 37°46'13" W	185°: Lat 4°43'14.12" S Lon 37°47'1.73" W	190°: Lat 4°43'3.11" S Lon 37°47'49.27" W	195°: Lat 4°42'43.51" S Lon 37°48'34.02" W	200°: Lat 4°42'24.81" S Lon 37°49'17.72" W	205°: Lat 4°41'49.64" S Lon 37°49'53.21" W	210°: Lat 4°42'9.79" S Lon 37°50'57.32" W	215°: Lat 4°41'19.91" S Lon 37°51'22.78" W	220°: Lat 4°40'40.42" S Lon 37°51'50.98" W	225°: Lat 4°39'19.23" S Lon 37°51'34.32" W	230°: Lat 4°37'49.14" S Lon 37°50'48.19" W	235°: Lat 4°36'43.56" S Lon 37°50'50.88" W
240°: Lat 4°36'15.34" S Lon 37°50'9.92" W	245°: Lat 4°35'54.23" S Lon 37°50'20.94" W	250°: Lat 4°35'32.25" S Lon 37°50'30.07" W	255°: Lat 4°35'9.56" S Lon 37°50'37.25" W	260°: Lat 4°34'46.34" S Lon 37°50'42.41" W	265°: Lat 4°34'27.71" S Lon 37°50'51.42" W	270°: Lat 4°33'58.98" S Lon 37°50'51.38" W	275°: Lat 4°33'27.77" S Lon 37°50'52.10" W	280°: Lat 4°32'55.98" S Lon 37°50'52.11" W	285°: Lat 4°32'16.48" S Lon 37°50'52.36" W	290°: Lat 4°31'32.17" S Lon 37°50'52.57" W	295°: Lat 4°31'5.6" S Lon 37°50'52.95" W
300°: Lat 4°30'52.84" S Lon 37°51'36.41" W	305°: Lat 4°30'30.89" S Lon 37°51'11.11" W	310°: Lat 4°29'50.54" S Lon 37°50'51'10" W	315°: Lat 4°29'25.68" S Lon 37°50'47.15" W	320°: Lat 4°29'2.9" S Lon 37°50'22.21" W	325°: Lat 4°28'11.29" S Lon 37°50'37'50" W	330°: Lat 4°27'34.97" S Lon 37°49'55.39" W	335°: Lat 4°27'8.52" S Lon 37°49'24.99" W	340°: Lat 4°26'35.57" S Lon 37°48'54.88" W	345°: Lat 4°25'46.55" S Lon 37°48'25.35" W	350°: Lat 4°24'54.89" S Lon 37°47'49.23" W	355°: Lat 4°24'43.87" S Lon 37°47'1.71" W

Distância por radial											
0°: 17.07	5°: 15.16	10°: 16.19	15°: 17.07	20°: 17.65	25°: 17.5	30°: 17.65	35°: 17.65	40°: 17.5	45°: 17.5	50°: 17.36	55°: 17.5



60°: 17.5	65°: 17.36	70°: 16.77	75°: 16.77	80°: 16.63	85°: 16.48	90°: 17.07	95°: 16.48	100°: 14.28	105°: 14.14	110°: 13.84	115°: 13.99
120°: 14.14	125°: 14.43	130°: 14.43	135°: 14.72	140°: 15.6	145°: 15.6	150°: 15.75	155°: 15.45	160°: 15.89	165°: 16.19	170°: 16.48	175°: 17.21
180°: 17.36	185°: 17.21	190°: 17.07	195°: 16.77	200°: 16.63	205°: 16.04	210°: 17.5	215°: 16.63	220°: 16.19	225°: 13.99	230°: 11.06	235°: 8.86
240°: 8.42	245°: 8.42	250°: 8.42	255°: 8.42	260°: 8.42	265°: 10.18	270°: 10.03	275°: 11.06	280°: 11.21	285°: 12.23	290°: 13.26	295°: 12.67
300°: 11.5	305°: 11.21	310°: 11.94	315°: 11.94	320°: 11.94	325°: 13.11	330°: 13.7	335°: 13.99	340°: 14.58	345°: 15.75	350°: 17.07	355°: 17.21

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.28 kW


Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536500009092001	0000	Decreto	PR	01/04/2002	02/04/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
535600040062014	777	Despacho	MC	19/11/2014	04/12/2014	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536500009092001	11	Decreto	PR	01/04/2002	02/04/2002	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
536500009092001	366	Decreto Legislativo	CN	28/11/2002	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000276122009	31	Despacho	MC	22/01/2010		Advertência	Jurídico
530000307282010	566	Portaria	MC	04/11/2010	16/03/2011	Multa	Jurídico
530000467832011	636	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jurídico
530000493332012	2726	Portaria	MC	28/12/2012	03/06/2013	Consignação de TVD	Jurídico
530000493332012	8239	Ato	ORLE	24/12/2013	27/12/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535600040062014	777	Despacho	MC	19/11/2014	04/12/2014	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
530000493332012 45	317	Ato	MCTIC	03/12/2019	26/02/2020	Outros Atos Jurídico	Jurídico
53500.008832/202 1-32	1085	Ato	ORLE	18/02/2021	19/03/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	






BOM DIA

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.704.007/0001-45											
FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DÉBORA VALENTE GURGEL BARBOSA	223.648.333-53	FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 20/11/2023

Hora: 09:04:24



BOM DIA
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 209.514.693-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Diretor (SÓCIA GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Sócio	19600	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Aracati

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 20/11/2023

Hora: 09:05:22



BOM DIA

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 618.825.853-72											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 20/11/2023

Hora: 09:06:40



BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [intranet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo Data: 11/07/2023 Hora: 15:04:07



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA



Nº 0000000782

Razão Social

FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000450143

C.N.P.J.: 04704007000145

Bairro

CENTRO

CEP

62800000

Localizado R ADOLFO CAMINHA, 247 - - ARACATI-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

17456 - FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Endereço

R ADOLFO CAMINHA, 247

Documento

C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

CENTRO ARACATI-CE CEP: 62800000

No. Requerimento

0000000782/2023

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão, de responsabilidade do contribuinte acima identificado, CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe em aberto nesta prefeitura quaisquer débitos tributários e não tributários municipais.

ARACATI-CE, 31 DE AGOSTO DE 2023

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 28/11/2023

COD. VALIDAÇÃO 0000000782



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS



VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2023 / 0000000782

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

DATA DE EMISSÃO: 31/08/2023

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 28/11/23
ARACATI-CE, 31 DE AGOSTO DE 2023

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET
em 20/11/23 às 13:58:05



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA
Fundação de Direito Privado

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Interessada/Outorgada: Fundação Vale do Jaguaribe

CNPJ nº04.704.007/0001-45

MunicípioAracati

EstadoCeará

Data de recebimento da notificação (90 dias): 15/12/2017 OU não se aplica

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 15/12/2017

Período da outorga a ser renovado: 16/12/2017 a 16/12/2032

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10490067 pg. 7 a 9 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia 24/10/2022	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795/ de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 11088878 11088883 nº 11088892) assinada pelos atuais diretores; 1º requerimento apresentado: 2500311 pg . 3 e 4 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia 15/12/2017

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
2. Ata registrada;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10490067 pg.12, 13 e 14 Mandato 24/05/2021 24/05/2026	- Arts. 112 e 113 do Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795/ de 1963.	Atas anteriores: 2500311 pg. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021
3. Certidão emitida pelo órgão de registro;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10490067 pg.18 e 19 22/07/2022	- Art. 113, inciso II do Decreto nº - 52.795, de 1963.	
4. Comprovante de nacionalidade dos dirigentes;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Diretora Presidente 10490067 pg. 21 e 22 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia Diretor Vice Presidente 10490067 Pág.23 Guilherme Bismarck Diretor Tesoureiro 10490067 Pg. 24 Germana Vasconcelos Pinheiro	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Documentos da IES	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação da instituição de natureza privada com o Município onde o serviço é executado;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10916946 pg. 6 Vigência do Instrumento Indeterminado	- Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	
6. Documento de identificação do representante da IES;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10916946 pg. 9	- Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	
7. Comprovante de credenciamento junto ao Meec;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006038	- Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
8. CNPJ ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 1 Emitida em 20/11/2022	Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Certidão da Fazenda Federal ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 2 Válida até 18/05/2024	Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Certidão da Fazenda Estadual ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 3 Válida até 18/02/2024	Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
11. Certidão da Fazenda Municipal ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11224401 pg. 1 Válida até 28/11/2023	Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
12. Fistel ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 4 Válida até 20/12/2023	Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
13. FGTS ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 5 Válida até 15/12/2023	Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
14. Justiça do Trabalho ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 6 Válida até 18/05/2024	Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
15. Decreto Presidencial - Pasta jurídica, DOU ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006320 pg. 6 Decreto de 01/04/2002 publicado no DOU em 02/04/2002		- (Pasta jurídica, DOU); Portaria de Renovação nº NNNN de DD/MM/AAAA publicado no DOU em DD/MM/AAAA
16. Decreto Legislativo/Presidencial - Pasta jurídica, DOU ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006320 pg. 5 Decreto Legislativo nº 366 de 28/11/2002 publicado no DOU em 29/11/2002		- (Pasta jurídica, DOU); Decreto Legislativo de Renovação nº NNNN de DD/MM/AAAA publicado no DOU em DD/MM/AAAA
17. Contrato com a União - Pasta jurídica, DOU ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006320 pg. 1 a 4 Extrato do Contrato de 11/12/2002 publicado no DOU em 16/12/2002		
18. Licença de funcionamento da estação - Mosaico - Licenciamento ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223369 Emitida em 09/03/2023 Válida até 02/04/2032	-Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
19. Relatório do Canal - Mosai	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223376	-	-
20. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11044281	-	-
21. Limites - Siacco;	() Sim () Não () Não se aplica	11223473 Atualizar	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.

Analisado por:	Data:
Nome Donizetti José dos Santos Cargo Engenheiro de Telecomunicações	20/11/2023



Documento assinado eletronicamente por Donizetti José dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações, em 21/11/2023, às 08:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código 11223229 o código 45309556

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 11223229

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.062860/2016-25.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS PARA O JUIZADO DE 1ª INSTÂNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administra vo trata de pedido formulado pela Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 06.286.000/0001-00, com o objetivo de renovar a outorga para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins educativos, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, município de Aracá, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, por meio do ofício de encaminhamento da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a Portaria nº 17 de setembro de 2015, publicada no Diário da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão de radiodifusão em frequência modulada de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A En dade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCOM via Correspondência Eletrônica (1515632).
3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu os Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto nº 10.775, de 20 de junho de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2023, e a Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, e a Portaria nº 14.775, de 14/7/2023, foi necessária nova instrução processual, conforme a Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).
4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epígrafe, a En dade foi no encaminhamento da complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:
 - a) Checklist (10419139) concluído pelo envio do Ofício nº 24666/2022/MCOM (10419325), encaminhado via Correspondência Eletrônica (10423545);
 - b) Checklist (10839289) concluído pelo envio do Ofício nº 8767/2023/MCOM (10841764), encaminhado via Correspondência Eletrônica (10906602).
5. Por fim, em se Checklist Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".
6. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

7. De acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o prazo de concessão de Telecomunicações (CBT), o prazo da concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins educativos, renovada por períodos sucessivos iguais a 15 anos mediante autorização do Poder Executivo, formalizada por decreto, assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, posteriormente homologada pelo meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme o art. 113, § 2º da Constituição Federal de 1988, e no art. 113, § 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu os Serviços de Radiodifusão (RSR).
8. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento das condições previstas na Lei nº 4.117, de 1962, na Lei nº 5.785, de 1972, no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no Decreto nº 52.795, de 1963.
9. De acordo com os arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963, o exame dos pedidos de concessão, em consideração, entre outros, da documentação apresentada, aos autos, dos documentos comprobatórios de trabalho da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 113, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente emitido pelo órgão de registro competente em que estejam arquivados os atos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da legislação pertinente; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante o Fisco, por meio da apresentação de nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes do quadro societário ou diretores de outras pessoas jurídicas exerce atividade de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas que exerçam atividade de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo ou que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos de foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, pelo crime de corrupção ativa ou passiva, de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 135, de 1975.

10. Além disso, como forma de evitar a criação de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, os processos de renovação serão igualmente avaliados se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção ao disposto no [art. 236, da Lei nº 5.785, de 1972](#).

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão exclusivamente educativa, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 5). O Decreto nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31-A, § 12 do Decreto nº 366, de 28 de novembro de 2002, a publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Com o formulário de Radiodifusão apresentada o pedido de renovação em 15/12/2017, acompanhado da documentação exigida até então. De acordo com o [art. 5º, da Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas em obter a outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término da outorga, seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado dentro do prazo legalmente estabelecido.

13. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 16/12/2017, a Fundação Vale do Jaguaribe continua executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver a decisão de renovação, conforme prevê o [art. 3º, da Lei nº 5.785, de 1972](#).

14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e funcionários, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação anexa (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a oportunidade de protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos, conforme disposto no [art. 6º, da Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente no parágrafo 3º. Isso igualmente evita a formalização de solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atrasos, o que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento.

§ 2º Quando o fato não imputável ao solicitante não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, o fato poderá ser comprovado mediante declaração escrita assinada pelo solicitante, sob pena de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não são obrigados a apresentar de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de anulação da outorga pelo Ministério das Comunicações não ocorre pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do [art. 236, da Lei nº 5.785, de 1972](#).

17. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado da documentação exigida, em 15/12/2017, dentro do prazo legalmente estabelecido. De acordo com o [art. 5º, da Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas em obter a outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término da outorga, seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado dentro do prazo legalmente estabelecido.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

18. A Interessada e os seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), conforme consulta (11223473) realizada no Sistema de (SIACCO), em 20/11/2023.

Pessoa Jurídica (Entidade)

Nome	CNPJ	Serviço	UF	Município	Quantidade no Siacco	Limite Legal Máximo	Base Legal	Status da Análise	Observação
Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	TV	CE	Jaguaribe	1 (uma)	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

Pessoas Físicas (Diretores/Dirigentes)

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Glaucia Barbosa Pinheiro Maia	209.514.693-04	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretora Presidente	TV	CE	Aracati	1 (uma)	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem
Glaucia Barbosa Pinheiro Maia	209.514.693-04	Rádio FM de Aracati Ltda	07.402/0001-87	Sócia Diretora Presidente	FM	CE	Aracati	1 (uma)	6 (seis) Local	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 1, alínea "a"	OK	Não Tem

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Guilherme Bismarck	18.825.853-72	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretor Vice Presidente	TV	CE	Aracati	1 (uma)	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Germana Vasconcelos Pinheiro	002.002.753-41	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretora Tesoureira	TV	CE	Aracati	1 (uma)	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

19. Observa-se, segundo dados extraídos do SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão de sons e imagens exclusivamente educativos, na seguinte localidade: Aracati, estado do Ceará.

20. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da entidade de radiodifusão superior conforme parágrafo 1º do art. 134 da Constituição Federal e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi encaminhado para o setor jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10916946, fls. 6 a 8), atendendo-se, dessa forma, à exigência legal.

21. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11223376), não foi verificada a aplicação de penalidade ao serviço de radiodifusão em desfavor da Outorgada. Ademais, consultou-se a Coordenação-Geral de Monitoramento e Apuração de Infrações (CGMA) (informou não estar em trâmite processo de aplicação de penalidade cabível seja a de cassação).

22. Observa-se que constam autos de execução de dívidas em nome da entidade perante os órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias. Ademais, não há inscrição em dívida ativa pela Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em razão da ausência de irregularidade em nome da entidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Fisco das Telecomunicações. Colacionou-se, ainda, o trabalho (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

23. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, é óbice ao deferimento da renovação da outorga.

24. Salienda-se que, dada a entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que altera o art. 3º da Lei nº 4.717, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos de validade da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está com o licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a s

Art. 16. As em dades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características do projeto técnico de instalação da qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira no término do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As em dades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para o processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, é comprovada pela emissão da nova licença para funcionamento da estação.

25. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade outorgada deve apresentar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira no término do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja necessidade de renovação, será necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento. Para tanto, a Interessada deve solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme a Lei nº 4.117, de 1962.

27. Nesse contexto, consultado o Sistema Mosaico (11223369), verificou-se que a Interessada teve licença para funcionamento da estação, emitida em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

28. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento da outorga.

29. Oportunamente, destaca-se que, antes da assinatura da outorga prevista pelo art. 11º da Lei nº 52.795, de 1962, os efeitos legais decorrentes da deliberação do Congresso Nacional deverão ser atualizados com documentos que certifiquem a situação regular da Interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 52.795, de 1962.

CONCLUSÃO

30. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) remessa dos autos ao Gabinete do Senhor Ministro das Comunicações, para análise da regularidade do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do art. 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- b) posterior remessa dos autos ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação, nos termos do art. 5º, da Lei nº 5.785, de 1972; e
- c) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação da outorga, a Presidência da República para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos ao Gabinete de Comunicação Social Eletrônica, para a atualização dos dados e documentação de radiodifusão.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

32. Posteriormente, ~~entrevistados~~ ~~seus autos~~ ~~nesta unidade administrativa~~ ~~até que este Ministério das Comunicações~~ ~~seja~~ ~~no ficado~~ ~~acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 192, do~~ ~~Constituição Federal de 1988~~ ~~após~~ ~~o~~ ~~processo~~ ~~deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações~~

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Espina Barbosa Duarte**, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 08/12/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denizette Lopes dos Santos**, Engenheira de Telecomunicações, em 08/12/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 08/12/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **11263922** e o código **4829EDEA**.

Minutas e Anexos

Checklist (11223229);

Minuta de Decreto Presidencial (11263897); e

Minuta de Exposição de Motivos (11263904).

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263922



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA DE DECRETO PRESIDENCIAL

DECRETO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2023.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** uso das atribuições que lhe conferem o art. 84º art. 2º, caput, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1962, consta no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no art. 1º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, a concessão outorgada à F. Jaguaribe, inscrita no nº 04.704.007/0001-45, no Decreto nº 1º de abril de 2002, cancelado pela Lei nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16/05/2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de s. educa vos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T,, no canal 14 do Ceará.

Parágrafo único A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, _____ de _____ de _____; _____º da Independência e _____º da República.

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Leônia Barbosa Duarte**, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 08/12/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielle dos Santos**, Engenheira de Telecomunicações, em 08/12/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 08/12/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Kaufel Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 01/01/2024, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código 6862950

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263897



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860, presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº ____/____, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de dez (10) anos, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, em 29 de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366 de 2002, publicado em 29/11/2002, e, com a Lei nº 10.972 de 2004, publicada em 16/12/2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem fins lucrativos, a radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.
- Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 23 da Constituição, submeto o presente processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

@NOME DO MINISTRO@
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Eliana Barbosa Duarte**, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 08/12/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielito dos Santos**, Engenheiro de Telecomunicações, em 08/12/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 08/12/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Kaufel Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 01/01/2024, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código E4BCE29

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263904

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53900.062860/2016-25

Interessado: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

Assunto: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS PARA AÇÃO EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 21991 (11263922), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Remessa dos autos à Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, para análise jurídica do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do [art. 73, de 10 de fevereiro de 1993](#);

b) Posterior remessa dos autos ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

c) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação da outorga, encaminhamento dos autos à Casa Civil da Presidência da República para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Pede-se ainda que sejam encaminhados os autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, em vigor-se os autos nesta unidade administrativa que este Ministério das Comunicações seja no ficado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do [art. 228, parágrafo 1º, da Constituição Federal](#), a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Kauffel Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 01/01/2024, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [§ 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, verificando o código de verificação **1287024** e o código de controle **1004E30**.

Minutas e Anexos

Minuta de Decreto Presidencial (11263897)

Minuta de Exposição de Motivos (11263904)

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11287024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45854/2024/MCOM

Brasília, 02 de janeiro de 2024

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)

Senhor Consultor Jurídico,

De ordem, cumprimentando-o, faço referência à **Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)**, a qual trata de pedido formulado pela Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001, outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivos de interesse social, sob o regime de concessão, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/11/2023 a 15/11/2024, conforme consta no FISTEL nº 50411173308, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/11/2023 a 15/11/2024.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, em 02/01/2024, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, verificando o código **11297566** e o código **BF0483B**.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11297566

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORAS exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

I – Renovação da outorga do **serviço de radiodifusão e imagens** fins exclusivamente **educativos** localidade de **Aracati**, estado do **Ceará**, referente ao período de **16/12/2017 a 16/12/2032** desse da **FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE**.

II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)** viu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **sem embargo de serem observadas as exigências constantes dos parágrafo deste parecer.**

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado *ex officio* pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no **§ 1º do seu art. 48** da **Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015**, entidade denominada **FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE** objetivando à renovação da outorga do **serviço de radiodifusão e imagens**, com fins exclusivamente **educativos** localidade de **Aracati**, estado do **Ceará**, referente ao período de **16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)**, da Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE

(...)

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, com a Lei nº 13.424/2017, de 2017, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação foi apresentado fora do prazo legalmente estabelecido.



outorga foi apresentado **tempestivamente**;

3. Considerando a **tempestividade** requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica **"pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga"**

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no **art. 11, inciso I, Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1965** e no **art. 11, inciso IV, Anexo II do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2020** (Opinião Consultiva Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da **Lei nº 9.784/99**, que regula o **processo administrativo da Administração Pública Federal** e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. **A duas** porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. **A três** porque, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União** assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspectos de ordem pública deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opiniões e recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento"

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela **Lei nº 13.424/2017**, que alterou as **Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/2020**, e pelo **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão sonora e de sons e imagens** do **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. **Constituição Federal de 1988**, na **alínea "a" do inciso XII** de seu **art. 21**, que **"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão de [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"**.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão** nos termos do **art. 22, IV, in fine** da **Constituição Federal**, tendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto do **Lei nº 4.117/1962** Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu **art. 33**, que **"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"**.

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223**, **caput e parágrafos**, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, **"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"**.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII** da **Carta Republicana de 1988**, pelo qual o Poder Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações**, nas previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67º**, **"o direito a renovação decorre do cumprimento do contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das condições técnicas, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público"**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

15. A questão também é abordada no **art. 2º da Lei nº 5.785/1972**, preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão **"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Ra dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"**.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º do art. 33** do diploma legal em questão, com a redação dada pela **Lei nº 13.424/2017** **prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, períodos sucessivos e iguais"**.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, **Lei nº 5.785/1972** determina que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo **durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga**, dada a redação, dada ao **art. 4º da Lei nº 13.424/2017**, complementa, prevê o **§ 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972** **caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"**.

18. Já o **art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** **"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, ren declarando-a peremptória"**. A regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967**, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, qual, por força do **art. 23, II, da Lei nº 14.600 de junho de 2023** é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795/1963**, instituiu o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus **arts. 112 e 113 (II)**, **define dos pedidos de renovação de outorga**ará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023**, com a edição da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**, saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo **Título, Capítulo I**, por seu turno, relativo à **renovação da outorga** dispõe:

"TÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I
DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a **renovação do prazo da concessão ou da permissão** requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, encaminhar o requerimento de **renovação** constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) do Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de **renovação** no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na **renovação** noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o **renovação**, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de **renovação** prazos previstos no caput e no § 2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada, e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de 15 dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de **renovação**, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, I)

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão sonora e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprova a renovação da entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos a outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, para observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências necessárias para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)** entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023** nas normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo **deferimento** presente processo de renovação da outorga do **serviço de radiodifusão sonora e de imagens**, em fins exclusivamente **educativos** localidade de **Aracati**, Estado do **Ceará**, referente ao período de **16 de dezembro de 2016 a 16 de dezembro de 2032** interesse da **FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE**.

24. Segundo informou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)** a outorga em questão foi conferida com a edição do **Decreto nº 11 de abril de 2002** publicado no DOU de 02/04/2002 (**11006320 pg. 6** e do **Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002** publicado no DOU de 29/11/2002 (**11006320 pg. 5** o **Extrato do Contrato** publicado no DOU de **16/12/2002** (**11006320 pg. 1 a 4**)

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do **prazo de validade da outorga de publicação** do **Extrato do Contrato** observância aos preceitos previstos no **art. 31-A, § 12[1] do Decreto nº 52.795, de 1963**

26. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o período de **2017 a 2032** serviu a SECOE tratar-se de processo instaurado **ex officio** em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no **§ 1º** do seu **art. 48[2]** **Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015** e **34[3]** a mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em **15/12/2016** (**250031**) isando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no **art. 4º caput da Lei nº 5.785, de 1972** que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, **in casu**, entre **16/12/2016 e 16/12/2017**

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (**SUPER 11223229**)

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113[4] Regulamento de Serviços de Radiodifusão** recentemente alterado pelo **Decreto nº 10.775/2021** entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021** estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório **[2]**.

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio da Portaria nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de junho de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento. "

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos pela autoridade competente em consideração à validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e § 1º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do processo em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às partes. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério da Justiça e do Poder Judiciário Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, do art. 186 do Decreto nº 52.795, de 1963

32. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de 250031, acompanhado das declarações previstas no art. 11, inciso XI do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 e 10.775/2021, também a certidão simplificada do documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067)

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473)

34. Em observância ao art. 134, caput, §§ 4º e 5º, Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376) formando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281)

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou:

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401)

- certidão da Receita Federal (11223214) Caixa Econômica Federal (11223214) Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214) comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214) atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.



38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020** alterou o **Decreto nº 52.795/1963** de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023**.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (**art. 36, § 3º Lei nº 4.117/1962** como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme **art. 6º parágrafo único Lei nº 4.117, de 1962**, comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (**11223369**), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em **09/03/2023** em validade até **02/04/2032**.

42. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer fato que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.**

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

44. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada, em conformidade com o que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão** junto a este Ministério, no qual **"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao serviço objeto da renovação"**.

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o **inciso XIII do art. 5º da Lei 8.666/93** a qual **"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"**.

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] "Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão o formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo de validade, acompanhado da documentação prevista no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estejam arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada;
c) nenhuma das pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido pelo limite pela legislação;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, por crime de improbidade administrativa, conforme a Lei Complementar nº 64, de 1990."

[1] "Art. 31-A. Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica contratada deverá:
(...)"

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)"

[2] "Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria."

[3] Art. 33. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Comissão de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ; e

III - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação e apresentar a documentação e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga.

[4] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação para a outorga: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada;
c) nenhuma das pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido pelo limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação no estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema receptor; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto no inciso I e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente no vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é obrigatória para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a necessidade de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, do Decreto nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.
4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 25 de janeiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00045/2023, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de dezesseis (16) meses, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALÉRIO JAGUARIBE nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto Presidencial nº 10.000, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 2002, publicado em 29 de novembro de 2002, e contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223 da Constituição Federal, submeto o presente processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84º, inciso IV, e 141º, inciso I, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 2015, e no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 10.000, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALÉRIO JAGUARIBE nº 04.704.007/0001-45, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Parágrafo único A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e pelas leis e regulamentos subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; º da Independência e º da República.



Documento assinado eletronicamente por José Carlos dos Santos Rezende, Ministro de Estado das Comunicações, em 05/02/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, da Lei nº 11.343, de 27 de setembro de 2006, e no art. 2º, inciso I, do Decreto nº 10.000, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, e contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **11331560** o código **4CB23C8**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11331560

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46589/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 75/2024 (11331560)

Senhora Chefe de Gabinete,
De acordo com disposto no Parecer nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGS (0630854), caminho
a Exposição de Motivos nº 75/2024 (11331560), para apreciação e as providências subsequentes.
Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 11/01/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 11.331/2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, verificando o código de verificação **11331572** e o código de controle **8230580E**.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11331572



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46912/2024/MCOM

Brasília, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11331560)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Parecer nº 00045/2024/CONJUR/AGU, em 05/02/2024, em Brasília, Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 75/2024(11331560), para conhecimento e providência.
Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, Assistente, em 05/02/2024, às 18:36, conforme horário de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **A2B7AC85**.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11358786

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Brasília, 7 de Fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 2002, publicado em 29 de novembro de 2002, e, conforme contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

DECRETO DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; º da Independência e º da República.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO
SONORA, com fins exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

I – Renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, conforme NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de serem observadas as exigências constantes dos parágrafos 44 e 45 deste parecer.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Trata-se de processo administrativo instaurado ex officio pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no § 1º do seu art. 48 da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, em nome da entidade denominada FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE (...)

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31- A, § 12 do Decreto nº 52.795, de 1963, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado tempestivamente." (destacamos)

3. Considerando a tempestividade do requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica "pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga" (grifamos).

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.



7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à



renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus arts. 112 e 113 [1], o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, republicada com a edição da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo Título I, Capítulo I, por seu turno, relativo à renovação da outorga, assim dispõe:

"TÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo da concessão ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput) art. 34, I)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018,

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)



II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023, e demais normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do presente processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

24. Segundo informou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a outorga em questão foi conferida com a edição do Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5), tendo o Extrato do Contrato sido publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4).

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do prazo de validade da outorga a data de publicação do citado Extrato do Contrato, em observância aos preceitos previstos no art. 31-A, § 12[1], do Decreto nº 52.795, de 1963.

26. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o período de 2017 a 2032, observou a SECOE tratar-se de processo instaurado ex officio em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no § 1º do seu art. 48[2] da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, c/c os arts. 33 e 34[3] da mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em 15/12/2017 (2500311), visando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no art. 4º, caput da Lei nº



5.785, de 1972 , que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, in casu, entre 16/12/2016 e 16/12/2017.

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 11223229).

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 [4] do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n° 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório[2].

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:
" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica n° 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria n° 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício n° 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto n° 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto n° 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias n° 3.238, de 2018, e n° 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom n° 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica n° 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação ' está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.' ” (destacamos)

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei n° 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em



decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795, de 1963.”

32. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga (2500311), acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473).

34. Em observância ao art. 134, caput e §§ 4º e 5º, da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, instruindo o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8 .

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281).

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou :

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401);
- certidão da Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de



instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (11223369), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

42. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

44. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação".

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] “Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990."

[1] "Art. 31-A. Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica apta à contratação deverá:

(...)

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)" (destacamos)



[2] “Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria.”

[3] Art. 33. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ; e

III - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação do requerimento e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga.”

[4] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;(Incluído



pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b) III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)



§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.
4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4452/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.062860/2016-25.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SID, para outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 08/02/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 11.364/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 11364907 ou o código 76906E6B.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11364907



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Sistemas Interactivos

 Menu Principal ▼

SRD»» Relatórios»» **Outorga** | menu ajuda

Tela Inicial	Resultado da Consulta
--------------	-----------------------

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
14	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Aracati	GTVD	2	H	
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Acopiara	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Brejo Santo	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Campos Sales	RTVD	2	H	S
41	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Cascavel	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Cedro	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Ipueiras	RTVD	2	H	S
17	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Juazeiro do Norte	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Monsenhor Tabosa	RTVD	2	H	S
39	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Quiterianópolis	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Reriutaba	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Santa Quitéria	RTVD	2	G	S
36	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Sobral	RTVD	2	H	S
46	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Tamboril	RTVD	2	H	S
40	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Tauá	RTVD	2	H	S
41	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Ubajara	RTVD	2	H	S
7 E	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	CE	Aracati	TV	3	M	

Usuário: - Data: 11/11/2016 Hora: 15:33:11

Registro 1 até 17 de 17 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] 

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

nas anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaIstagem.asp

https://infoleg-adjefp0014de-asm1matura.cam.ac.uk/cgi-bin/ef015de-1a803-4b2d-mb4-b6e8m2e2ac1

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD » » Relatórios » » **Outorga** | menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - TV

UF: CE

Município: Aracati

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	Aracati	16/12/2002	16/12/2017

Usuário: - Data: 11/11/2016 Hora: 15:34:31

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as anatel.gov.br/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://moodle.anatel.gov.br/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp?token=1a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Certidão emitida via internet (1493626)

CEL 55900:062660/2016-25 / pg. 2



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Relatórios » » **Outorga** | menu ajuda

Consulta Geral - TV

Identificação do Canal PB

UF: CE
Município: Aracati
Frequência: 174 MHz a 180 MHz
Classe: C
Canal: 7 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Nome Fantasia:
Nº Estação: 637069110
Primeiro Licenciamento: 16/10/2006 13:43:35

Fistel: 50012058165
CNPJ: 04.704.007/0001-45
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 16/10/2006 13:43:35

Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50012058165

Coordenadas Geográficas do Município

Município:
Latitude: Longitude: Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul

Longitude: ° ' "

Local Específico:

Coordenada pré-fixada?: Não

Coordenada em Sítio?: Não

Características

Potência ERP Máxima: Ex.: 1234,5678

Canal: 7

Frequência: 179,75

Classe: -

Canal Educativo?:

Decalagem: Sem Decalagem

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

>>Inclusão de limitações

Tipo	Dir.Inicial(graus)	Dir.Final(graus)	Altura(m)	ERP(KW)
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> Nulo
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> Nulo

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

SSC03/96,67/96;ATO ANATEL 19428/01;ATO Nº 56.425, DE 02/02/2006, PUBLICADO NO DOU. DE 03/03/2006. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.

Máximo: 250 Digitados: 190

Observação:

Coordenada pré-fixada 0453400;37W4612. SBTVD

Máximo: 250 Digitados: 44

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Pesquisar

Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone:

Fax:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Endereço de Correspondência

País: _____
 Número do CEP: _____
 Número: _____
 Município: _____
 Telefone: [] []
 Logradouro: _____
 Complemento: _____
 Distrito: _____
 Fax: [] []
 Bairro: _____
 SubDistrito: _____
 Estado: _____
 E-mail: _____

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: []
 SCRAD Técnico: []
 Data Publicação Contrato/Convênio: []
 Data Limite Instalação: []
 Número do Processo: []
 Fistel: 50012058165

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	02/04/2002	Outorga	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	18/12/2002	Aprovação de Local	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	ER ▾	[]	21/01/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	10/04/2006	Autoriza a Alteração da Portaria de Aprovação de Local do MC	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	[]	Advertência	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	16/03/2011	Multa	Jur. ▾
[]	[]	- Seletione -	[]	[]	14/12/2012	Multa	Jur. ▾

Característica da Estação Instalada

» Endereços

+ Estação Transmissora

+ Estúdio Principal

+ Estúdio Auxiliar

» Estação Principal

+ Antena Principal

+ Transmissor Principal

+ Linha Transmissão

» Potência Efetiva Irradiada

+ Potência Irradiada

» Estação Auxiliar

+ Antena Auxiliar

+ Transmissor Auxiliar

+ Transmissor Auxiliar 2

+ Linha de Transmissão Auxiliar

» Número do Processo e Observações Gerais

+ Num. Processo/Observações

» Responsável Técnico

+ Responsável Técnico

+ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE - CNPJ/CPF(04.704.007/0001-45)
 Município/UF: ARACATI/CE
 Indicativo: ZYA434

Situação: Entidade não possui débitos
 Canal PB: 7
 Classe PB: C

Características de Operação

Canal: []
 Rede: []
 Classe: []
 Situação: []
 Dia Início: Domingo ▾
 Dia Fim: Domingo ▾
 Hora Início: []
 Hora Fim: []

Tela Inicial Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

Certidão emitida via internet (1493626)

SEI 55900.002660/2016-25 / pg. 4

NOTA TÉCNICA Nº 30419/2016/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.062860/2016-25**

Assunto: **Renovação de Outorga. Período a Vencer - Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, CNPJ nº 04.704.007/0001-45, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati/CE, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 16/12/2017 a 16/12/2032.

ANÁLISE

2. Em 21 de setembro de 2015, entrou em vigência a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, que revogou os Anexos I e III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 e definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões e permissões dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Assim, conforme disposto no §1º do seu art. 48, as entidades que detenham outorga cuja vigência se encerre em prazo inferior a doze meses, a contar da data de publicação da Portaria nº 4.335/2015, terão seus processos de renovação instaurados de ofício por este Ministério.

4. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 16/12/2017, e que as entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento a esta Pasta durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

5. No caso da interessada, o período para apresentação se dará, portanto, até **16/12/2017**. Sendo assim, em observância aos comandos normativos relatados e às normas vigentes sobre o assunto, deverá a entidade apresentar os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

DOCUMENTO	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s)
-----------	-----	-----	---------------	-------------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações nos moldes do anexo VI da Portaria 4.335/2015?</p> <p><i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i></p> <p><i>d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa.</i></p> <p><i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.</i></p> <p><i>Obs. para analista: requerimento deve conter todas declarações de 'a' a 'e'.</i></p>				
b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão?				
c) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas?				
d) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos dirigentes da entidade, exceto CNH				
e) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado?				



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 30419 (1495052)

SLF 95906:062000/2016-25 / pg. 6

efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

f) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade?				
g) comprovante de regularidade com o FISTEL?				
h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS?				
i) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?				
j) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei?				
k) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei?				
l) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura?				
m) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica?				
n) prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade?				
o) certidões negativas dos cartórios distribuidores cíveis da <u>Justiça Estadual</u> e <u>Justiça Federal</u> dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas? Obs.: Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, deverão ser apresentadas conjuntamente respectiva certidão de inteiro teor do objeto e pé.				

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 30419 (1495052)

SLF 95906:062000/2016-25 / pg. 7

<p>p) certidões negativas dos cartórios distribuidores criminais da <u>Justiça Estadual</u> e <u>Justiça Federal</u> dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas?</p> <p>Obs: Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgamento, deverá ser apresentada conjuntamente respectiva certidão de inteiro teor ou objeto e pé.</p>				
<p>q) certidões negativas dos cartórios distribuidores <u>criminais da Justiça Eleitoral</u> dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas?</p> <p>Obs: Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgamento, deverá ser apresentada conjuntamente respectiva certidão de inteiro teor ou objeto e pé</p>				
<p>r) certidões negativas de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas?</p>				
<p>s) prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral?</p>				
<p>t) declaração de todos os dirigentes de que não participam da direção de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade a ser renovada, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967?</p>				

6. Cabe ressaltar que os processos de renovação de outorga deverão ser instruídos, além dos documentos acima citados, com o contrato de concessão/permissão da entidade. Assim, com vistas à assinatura do termo aditivo ao contrato e correta instrução do feito, deverá a interessada apresentar ainda:

- indicação do dirigente que irá assinar, bem como cópia autenticada de seu documento de identidade e CPF, ou do procurador (se for o caso);
- original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

CONCLUSÃO

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

7. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, apresente os referidos documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de perempção, até o dia **16/12/2017**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Ramos de Nível Superior**, em 16/11/2016, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 16/11/2016, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1495032** código CRC **AAD3258B**

Referências: processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 1495032



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/sef150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62.800-000 / Aracati-CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.0**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 30419/2016/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de até 16/12/2017 para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício** para habilitar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis**, Coordenador do **Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/12/2017 às 17:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício 44312 (1493836)

SEI 39900.002860/2016-25 / pg. 10

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1495053** código CRC **C6E75F97**

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.062860/2016-25 - Nº SEI: 1495053



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício 44312 (1495053)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 11

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:

23/11/2016 09:25:12

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

fas@fortalnet.com.br
atendimento.completta@gmail.com
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
sara@completta.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministerio da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.062860/2016-25

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_1495032.html
Oficio_1495053.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Renovação da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 25643/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.062860/2016-25**

Assunto: **Renovação de Outorga - Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, CNPJ nº 04.704.007/0001-45, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati/CE, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 16/12/2017 a 16/12/2032.

ANÁLISE

2. Em decorrência da edição do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, faz-se necessário complementar a instrução dos autos com alguns documentos e declarações recentemente introduzidos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795, de 1936). Cumpre também atualizar algumas certidões de natureza tributária e fiscal, que não puderam ser expedidas diretamente por meio eletrônico, bem como juntar ao processo o balanço patrimonial da fundação do último exercício financeiro. Por isso, solicita-se que a interessada providencie a documentação indicada na tabela abaixo:

3.

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 25643 (2567567)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 13

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações abaixo:</p> <p>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</p> <p>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</p> <p>c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</p> <p>d) nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</p> <p>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no <u>art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u></p>	<p>Pendente.</p> <p>OBS.: Usar Anexo I.</p>
<p>b) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;</p>	<p>Pendente.</p> <p>OBS.: Usar Anexo II.</p>
<p>c) ato constitutivo ou estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público dentro seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;</p>	<p>Pendente.</p>



d) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Pendente.
e) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos dirigentes da entidade, exceto CNH 1. Para brasileiros natos: apresentar documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador. 2. Para brasileiros naturalizados: documento de naturalização expedido há mais de dez anos. * A CNH e o CPF NÃO comprovam a nacionalidade do titular.	Pendente.
f) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, devidamente assinado por seu representante legal, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	Pendente.
g) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	Pendente.
h) comprovante de regularidade com o FISTEL;	Pendente.
i) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	Pendente.
j) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	Pendente.
k) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Pendente.
l) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Pendente.



m) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente.
n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho ;	Pendente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os referidos documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de preempção.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis**, Coordenador do **Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/11/2017, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Santos Pinheiro**, Técnico de Nível Superior, em 09/11/2017, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2367507** código CRC **FF77ABF5**

Minutas e Anexos

ANEXO I REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA Fundações Privadas

IDENTIFICAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada.
- (c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado.
- (d) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios s, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

1967.

(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput** inciso XXXIII, da Constituição;

(h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, **caput** inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.](#)

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO II
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
Localidade da renovação:		UF:

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	
Nome completo:	
Nº de registro no CREA:	
E-mail de contato:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de profissional habilitado contratado da pessoa jurídica acima qualificada, venho encaminhar este **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA** para fins de renovação da outorga relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes do ANEXO deste laudo.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última concedida pelo Ministério; e
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente na vistoria realizada nas instalações da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do profissional habilitado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Assinatura do representante legal

ANEXO

FORMULÁRIO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA					
LOCALIZAÇÃO					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas geográficas:		Latitude	Canal/ Frequência:		
		Longitude	Classe:		
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS					
Sistema irradiante:	Fabricante:				
	Modelo:				
	Polarização: () Horizontal () Vertical () Circular () Elíptica				
	Azimute de orientação (°NV):				
	Nº de elementos:				
	Altura do centro geométrico até a base da torre (solo): _____ metros.				
Linha de transmissão principal:	Fabricante:				
	Modelo:				
Transmissor principal:	Fabricante:				
	Modelo:				
	Potência de operação (kW):				
	Homologação:				
Transmissor auxiliar (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Potência de operação (kW):				
	Homologação:				
Possui algum equipamento de gravação de áudio?					
ESTÚDIO					



ÇO:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Município:

UF:

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

(a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado contratado e pelo representante legal da entidade contratante.

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 2367507



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 48296/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe (04.704.007/0001-45)
Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro
CEP: 62.800-000 / Aracati-CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.0**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 25643/2017/SEI-MCTIC** à sua Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, para facilitar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Colegiado Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico** ao sistema eletrônico do CADSEI.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2a11> / pg. 22

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2a11

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis**, Coordenador do **Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 05/11/2017, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2367545** código CRC **5C9CA585**

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 48296/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.062860/2016-25 - Nº SEI: 2367545



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício 48296 (2367545)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 23

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:

20/11/2017 15:48:40

De:

MCTIC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

fas@fortalnet.com.br
atendimento.completta@gmail.com
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
sara@completta.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.062860/2016-25

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2367545.html
Nota_Tecnica_2367507.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Vale do Jaguaribe

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:45:08 do dia 27/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/10/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

X5-D00-BE-AF-DIO-IVE-SANAL-7-ATACAT-CE (10418833)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 25

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45

Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/09/2022 a 23/10/2022

Certificação Número: 2022092401101581046202

Informação obtida em 27/09/2022 10:47:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

X8 DOG DE ARQ O TVE CANAL 7 - ARACATI-CE (10416855)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 26

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certidão nº: 32207402/2022

Expedição: 27/09/2022, às 10:48:41

Validade: 26/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.704.007/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

X5 DOO DE APOIO TVE CANAL 7 - ARACATI-CE (10416833)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 27

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.704.007/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2001
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R ADOLFO CAMINHA	NÚMERO 247	COMPLEMENTO *****	
CEP 62.800-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATI	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO MMC.29@HOTMAIL.COM		TELEFONE (85) 3041-2339	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/09/2022 às 10:49:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

RS DOU DE APOIO TVE CANAL 7 - ARACATI-CE (10416835) SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 28

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 04.704.007/0001-45
NOME EMPRESARIAL: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA
Qualificação: 16-Presidente

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME BISMARCK
Qualificação: 10-Diretor

Nome/Nome Empresarial: GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO
Qualificação: 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 27/09/2022 às 10:50 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

X5 DOU DE APOIO TVE CANAL 7 - ARACATI-CE (10416889)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 29

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



BOM DIA
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.704.007/0001-45									
FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DÉBORA VALENTE GURGEL BARBOSA	423.648.333-53	FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 27/09/2022

Hora: 10:40:14

Id solicitação: 57dbaad13efce

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Vale do Jaguaribe	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 3421-2284	E-mail: fas@fortalnet.com.br
CNPJ: 04.704.007/0001-45	Número do Fistel: 50012058165
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/12/2002	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 16/12/2017	
Observações: SSC03/96,67/96;ATO ANATEL 19428/01;ATO Nº 56.425, DE 02/02/2006, PUBLICADO NO DOU. DE 03/03/2006. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: PRAÇA ADOLFO CAMINHA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: PRACA ADOLFO CAMINHA; 247	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Aracati	UF: CE

Parâmetros Técnicos			
Canal: 7	Frequência: 177 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.7853kW
HCI: 40 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2



22/10/09:10 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 31

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 637069110	Número Indicativo: ZYA434
Data Último Licenciamento: 16/10/2006	Número da Licença: 000001/2006-CE

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 4° 33' 59.00" S	Longitude: 37° 46' 13.00" W	Cota da base: 7.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008170200352	Modelo: LD61K0
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF - 7/8	Fabricante: KMP		
Comprimento da Linha: 42.00 m	Atenuação: 1.50 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 06DDMO-3LL	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 5.85 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 330 °	Polarização: Horizontal	HCI: 40 m	ERP Máxima: 0.79 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	5°: 0	10°: 0.97	15°: 0	20°: 0.89	25°: 0	30°: 1.41	35°: 0	40°: 1.01	45°: 0	50°: 0.44	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.23	75°: 0	80°: 0.98	85°: 0	90°: 2.16	95°: 0	100°: 3.22	105°: 0	110°: 5.15	115°: 0
120°: 9.63	125°: 0	130°: 14.02	135°: 0	140°: 20.09	145°: 0	150°: 25.99	155°: 0	160°: 29.84	165°: 0	170°: 25.99	175°: 0
180°: 9.63	185°: 0	190°: 5.15	195°: 0	200°: 3.22	205°: 0	210°: 2.16	215°: 0	220°: 0.98	225°: 0	230°: 0.23	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0.49	255°: 0	260°: 0.75	265°: 0	270°: 0.79	275°: 0	280°: 0.81	285°: 0	290°: 0.81	295°: 0
300°: 0.79	305°: 0	310°: 0.75	315°: 0	320°: 0.48	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.42	345°: 0	350°: 1.08	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF - 7/8	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 63.00 m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.79 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	0	Decreto	MC	01/04/2002	02/04/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	SSCE	17/12/2002	18/12/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	366	Decreto Legislativo	MC	28/11/2002	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000076592002	32627	Ato	ER	03/01/2003	21/01/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	125	Portaria	SSCE	06/04/2006	10/04/2006	Autoriza a Alteração de Aprovação de Local	Técnico
9999	31	Despacho	MC	22/01/2010		Advertência	Jurídico
9999	566	Portaria	MC	04/11/2010	16/03/2011	Multa	Jurídico
9999	636	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento



CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº 000.062860/2016-25

Interessada/Outorgada: Fundação Vale do Jaguaribe

CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Município: Aracati

Estado: Ceará

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 16/12/2017

Período da outorga a ser renovado: 16/12/2017 a 16/12/2032

Tipo de outorga a ser renovada:

(X) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

() Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

() Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

(X) Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 3 e 4 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia Atualizar	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	- Ata 24/05/2016 SEI 2500311 fls. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021 Atualizar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "c"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Pendente	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Pendente	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10418853 fl.6 Atualizar	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist: 10/11/2025

SEI 33500.002660/2016-25 / pg. 36

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Estatuto SEI 2500311 fls. 6 a 27 Ata 24/05/2016 SEI 2500311 fls. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021 Atualizar	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Pendente	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 2500311 fls. 44 a 49	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.



7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl. 4 Emitida em 27/09/2022	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	() Sim (X) Não () Não se aplica	Federal SEI 2500311 fl. 38 Válida até 20/12/2017 Vencida Atualizar Estadual SEI 2500311 fl. 40 Válida até 19/01/2018 Vencida Atualizar Municipal SEI 2500311 fl. 42 Válida até 28/01/2018 Vencida Atualizar	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl. 1 Válida até 27/10/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl.2 Válida até 23/10/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl.3 Válida até 26/03/2023	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	() Sim (X) Não () Não se aplica	Pendente	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	() Sim (X) Não () Não se aplica	Pendente	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	- Autorização de uso de radiofrequência vencida

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 32 Atualizar	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	Não constam registro no e-MEC e RG/CPF do representante legal.

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não está em conformidade com o disposto na legislação, sendo necessário nova instrução processual.

Analisado por:	Data:
-----------------------	--------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist 10/19/19

SEI 33500.002660/2016-25 / pg. 39

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Nome Donizetti José dos Santos
Cargo Engenheiro

27 de setembro
de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos Engenheiro de Telecomunicações** em 27/09/2022, às 14:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10419139** código CRC **A068DA39**

Referência processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 10419139



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 24666/2022/MCOM

Brasília, 27 de setembro de 2022.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati-CE

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10419139).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja a apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - **Requerimento (conforme Anexo)**, do art. 31, caput e § 1º da Portaria nº 3.238/2018.

O requerimento precisa estar assinado pelo representante legal da pessoa jurídica.

II - **Declaração de conformidade dentro outras**, do art. 113, inciso XI do Decreto nº 52.795/1963.

As declarações precisam estar assinadas apenas pelo representante legal da entidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício 24666 (10419325)

SEI 53906.002800/2016-25 / pg. 41

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

III - **Certidão simplificada ou documento equivalente**, emitido pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, conforme previsto no art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795/1963.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.

IV - **Ata da Assembleia de eleição da diretoria que está atualmente em vigor**, isto é, que elegeu os atuais dirigentes, conforme previsto no Art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada;

V - **Comprovação de Nacionalidade brasileira, Maioridade (idade acima de 18 anos) e ter inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF**, conforme previsto no art. 222, § 1º, da Constituição Federal:

(X) TODOS os dirigentes da entidade;

Para realizar a comprovação deve ser enviado serão aceitos os quaisquer um dos seguintes documentos: Cédula de identidade (RG); certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; carteira profissional; carteira de trabalho e previdência social; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos ou passaporte.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.

VI - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação de rádio**, conforme do art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

VII - **Cópia do instrumento jurídico firmado com Instituição de Ensino Superior**, nos termos do art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018 e cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;

3. Destaco também que se tentou obter de ofício alguns certidões exigidas para instruir o processo de renovação. Como não foi possível se obter todas, caso seja(m) enviada(s) a(s) indicada(s) abaixo, cópia simples (xerox ou fotocópia), isto tornará mais célere (rápida) a análise do pedido de renovação:

I - **Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal e distrital**, na sede da entidade, nos termos do art. 113, inciso VI do Decreto nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício 24866 (10419325)

SEI 53506.062866/2016-25 / pg. 42

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

4. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).
5. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.
6. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.062860/2016-25), para agilizar o trâmite.
7. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.
8. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.686, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa**, **Perito Técnico-Administrativo** em 28/09/2022, às 15:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10419325** código CRC **E7744425**

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos e entregues pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10419139;

Anexo - Modelo de Requerimento de Renovação do Anexo IV da Portaria 0123258/2018 - SEI 53900.062860/2016-25;

Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



EMERSON SILVA VIANA

Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Razão Social

Pesquisar

10 ▼ 1 1 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	MMC.29@HOTMAIL.COM, atendimento@completta.com.br, rodolfo@mouraeribeiro.adv.br, bismarck.maia@gmail.com, brigidalima@completta.com.br
10 ▼ 1 1 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/efc/150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

(origem externa) CADSEI CNPJ 04.704.007/0001-45 (10425546)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 45

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:

29/09/2022 09:09:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <sei@mcom.gov.br>

Para:

MMC.29@HOTMAIL.COM
atendimento@completta.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
brigidalima@completta.com.br

Assunto:

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati-CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 24666/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.062860/2016-25.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:



ação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

Anexos:

Anexo_VI_Portaria_3238_de_20_junho_2018.pdf

MANUAL_CADSEI.pdf

Oficio_10419325.html

Checklist_10419139.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.704.007/0001-45 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 24/08/2001</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO R ADOLFO CAMINHA</div>	<div>NÚMERO 247</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 62.800-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO ARACATI</div>	<div>UF CE</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO MMC.29@HOTMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (85) 3041-2339</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2001</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 31/03/2023 às 16:02:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 04704007000145

Emitida às 15:54:23 do dia 31/03/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](#)

Assinada via Internet CNPJ - FISTEL - FGTS - TRABALHISTA (10839237)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45
Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/03/2023 a 12/04/2023

Certificação Número: 2023031401081072431901

Informação obtida em 31/03/2023 16:04:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certidão nº: 13665173/2023

Expedição: 31/03/2023, às 16:05:26

Validade: 27/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.704.007/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 51

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CNPJ: 04.704.007/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n^o 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n^o 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:38:18 do dia 27/10/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 25/04/2023.

Código de controle da certidão: **F52F.9B4E.9188.5955**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Atua via Internet | Fazenda Federal - Estadual e Municipal (1689278)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 52

efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202308996654

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 04704007000145
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 31/03/2023 ÀS 16:10:09
VÁLIDA ATÉ 30/05/2023

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[t-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145](https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145)

Atida via Internet - Fazendas - Federal - Estadual e Municipal (10839273)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 53



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA

Nº 0000000257

Razão Social

FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000450143

C.N.P.J.: 04704007000145

Bairro

CENTRO

CEP

62800000

Localizado R ADOLFO CAMINHA, 247 - - ARACATI-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

17456 - FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Endereço

R ADOLFO CAMINHA, 247

Documento

C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

CENTRO ARACATI-CE CEP: 62800000

No. Requerimento

0000000257/2023

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão, de responsabilidade do contribuinte acima identificado, CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe em aberto nesta prefeitura quaisquer débitos tributários e não tributários municipais.

ARACATI-CE, 01 DE MARÇO DE 2023

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 29/05/2023

COD. VALIDAÇÃO 0000000257



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2023 0000000257

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

DATA DE EMISSÃO: 01/03/2023

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 29/05/23
ARACATI-CE, 01 DE MARÇO DE 2023

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET

em 03/04/23 às 11:39:17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Id solicitação: 57dbaad13efce

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Vale do Jaguaribe	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 3421-2284	E-mail: fas@fortalnet.com.br
CNPJ: 04.704.007/0001-45	Número do Fistel: 50012058165
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/12/2002	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 16/12/2017	
Observações: SSC03/96,67/96;ATO ANATEL 19428/01;ATO Nº 56.425, DE 02/02/2006, PUBLICADO NO DOU. DE 03/03/2006. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: PRAÇA ADOLFO CAMINHA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: PRACA ADOLFO CAMINHA; 247	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Aracati	UF: CE

Parâmetros Técnicos			
Canal: 7	Frequência: 177 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.7853kW
HCI: 40 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 637069110						Número Indicativo: ZYA434					
Data Último Licenciamento: 16/10/2006						Número da Licença: 000001/2006-CE					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 4° 33' 59.00" S				Longitude: 37° 46' 13.00" W				Cota da base: 7.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 008170200352						Modelo: LD61K0					
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA						Potência de Operação: 1.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF - 7/8						Fabricante: KMP					
Comprimento da Linha: 42.00 m		Atenuação: 1.50 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms				
Antena Principal											
Modelo: 06DDMO-3LL						Fabricante: IDEAL ANTENAS					
Ganho: 5.85 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Horizontal		HCl: 40 m		ERP Máxima: 0.79 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 1.62	5º: 0	10º: 0.97	15º: 0	20º: 0.89	25º: 0	30º: 1.41	35º: 0	40º: 1.01	45º: 0	50º: 0.44	55º: 0
60º: 0	65º: 0	70º: 0.23	75º: 0	80º: 0.98	85º: 0	90º: 2.16	95º: 0	100º: 3.22	105º: 0	110º: 5.15	115º: 0
120º: 9.63	125º: 0	130º: 14.02	135º: 0	140º: 20.09	145º: 0	150º: 25.99	155º: 0	160º: 29.84	165º: 0	170º: 25.99	175º: 0
180º: 9.63	185º: 0	190º: 5.15	195º: 0	200º: 3.22	205º: 0	210º: 2.16	215º: 0	220º: 0.98	225º: 0	230º: 0.23	235º: 0
240º: 0	245º: 0	250º: 0.49	255º: 0	260º: 0.75	265º: 0	270º: 0.79	275º: 0	280º: 0.81	285º: 0	290º: 0.81	295º: 0
300º: 0.79	305º: 0	310º: 0.75	315º: 0	320º: 0.48	325º: 0	330º: 0	335º: 0	340º: 0.42	345º: 0	350º: 1.08	355º: 0
Coordenadas por radial											
0º: Lat - Lon -	5º: Lat - Lon -	10º: Lat - Lon -	15º: Lat - Lon -	20º: Lat - Lon -	25º: Lat - Lon -	30º: Lat - Lon -	35º: Lat - Lon -	40º: Lat - Lon -	45º: Lat - Lon -	50º: Lat - Lon -	55º: Lat - Lon -
60º: Lat - Lon -	65º: Lat - Lon -	70º: Lat - Lon -	75º: Lat - Lon -	80º: Lat - Lon -	85º: Lat - Lon -	90º: Lat - Lon -	95º: Lat - Lon -	100º: Lat - Lon -	105º: Lat - Lon -	110º: Lat - Lon -	115º: Lat - Lon -
120º: Lat - Lon -	125º: Lat - Lon -	130º: Lat - Lon -	135º: Lat - Lon -	140º: Lat - Lon -	145º: Lat - Lon -	150º: Lat - Lon -	155º: Lat - Lon -	160º: Lat - Lon -	165º: Lat - Lon -	170º: Lat - Lon -	175º: Lat - Lon -
180º: Lat - Lon -	185º: Lat - Lon -	190º: Lat - Lon -	195º: Lat - Lon -	200º: Lat - Lon -	205º: Lat - Lon -	210º: Lat - Lon -	215º: Lat - Lon -	220º: Lat - Lon -	225º: Lat - Lon -	230º: Lat - Lon -	235º: Lat - Lon -
240º: Lat - Lon -	245º: Lat - Lon -	250º: Lat - Lon -	255º: Lat - Lon -	260º: Lat - Lon -	265º: Lat - Lon -	270º: Lat - Lon -	275º: Lat - Lon -	280º: Lat - Lon -	285º: Lat - Lon -	290º: Lat - Lon -	295º: Lat - Lon -
300º: Lat - Lon -	305º: Lat - Lon -	310º: Lat - Lon -	315º: Lat - Lon -	320º: Lat - Lon -	325º: Lat - Lon -	330º: Lat - Lon -	335º: Lat - Lon -	340º: Lat - Lon -	345º: Lat - Lon -	350º: Lat - Lon -	355º: Lat - Lon -
Distância por radial											
0º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF - 7/8	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 63.00 m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.79 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	0	Decreto	MC	01/04/2002	02/04/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	SSCE	17/12/2002	18/12/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	366	Decreto Legislativo	MC	28/11/2002	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000076592002	32627	Ato	ER	03/01/2003	21/01/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	125	Portaria	SSCE	06/04/2006	10/04/2006	Autoriza a Alteração de Aprovação de Local	Técnico
9999	31	Despacho	MC	22/01/2010		Advertência	Jurídico
9999	566	Portaria	MC	04/11/2010	16/03/2011	Multa	Jurídico
9999	636	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento





home



datastore



network



map



Logout

Canais Excluidos

Error

Autorização de uso de radiofrequência
vencida, favor entrar em contato com a Anatel.

Fechar





BOM DIA
João Carlos da Silva

Sistemas Interactivos

 Menu Principal ▼

SIACCO»» Consultas Gerais» **Consolidado Participação e Composição** | internet teia | menu ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.704.007/0001-45											
FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
DÉBORA VALENTE GURGEL BARBOSA	23.648.338-53	FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	09.514.693-04	FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati

Usuário: [anatel@joaocarlos.mc](#) - João Carlos da Silva

Data: 03/04/2023

Hora: 11:53:42



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[ijacco/ Novo_Siaccio/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp](http://www.ijacco.com.br/Novo_Siaccio/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp)

<https://legis.sinec.org/legislacoes/consolidador/anteprojeto/composicao/legislacao/leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/erc150e1-ab03-4b2d-0>

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 60

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.097, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 413/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607588.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Área Especial nº 2, s/n, Região Administrativa II, Bairro Setor Leste Gama, em Brasília, no Distrito Federal, mantida pela União Educacional do Planalto Central S.A., com sede em Brasília, no Distrito Federal (CNPJ 00.720.144/0001-12).

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.098, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e em atendimento à Nota nº 02767/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, constante no Processo SEI nº 00732.003301/2019-49, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 527/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201703103.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Avenida Luís Eduardo Magalhães, nº 1.305, Bairro Candeias, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, mantida pela Fainor Faculdade Independente do Nordeste Ltda (cód. 1163), com sede no mesmo município e estado (CNPJ 03.262.477/0001-33).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.099, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 833/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201716722.

Art. 2º Fica credenciada a Escola Superior de Educação - ESJUS, a ser instalada na Avenida Miguel Perrelle, s/n, Bairro Castelo, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantida pela ESJUS - Escola Superior de Justiça Ltda.-ME (CNPJ 09.126.059/0001-03).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.100, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 789/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201805900.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Nossa Senhora do Socorro, a ser instalada na Avenida Auxiliar I, Cj Fernando Collor de Melo, nº 116, Bairro Taíçoca, no município de Nossa Senhora do Socorro, no estado de Sergipe, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda., com sede à Rua Conselheiro Saraiva, Edifício 15 de Julho, 1º andar, bairro Comércio, no município de Salvador, no estado da Bahia (CNPJ 07.714.798/0001-82).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.101, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 808/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201715810.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Amparense - UNIFA para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rodovia SP 95, Km 1, M t i i i d A t d d Sã P l t i d l

Portaria Normativa e-MEC nº 1084/1990

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.102, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 883/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201715009.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Latino-americana - FLAM para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Estrada dos Fernandes, nº 2.680, Bairro Mirante do Arujá, no município de Arujá, no estado de São Paulo, mantida pela Jovens da Verdade Associação Civil, (CNPJ 53.083.077/0001-39).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.103, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 791/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608395.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Guairacá - FAG para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua XV de Novembro, nº 7.050, Centro, no município de Guarapuava, no estado do Paraná, mantida pela SESG - Sociedade de Educação Superior Guairacá Ltda., (CNPJ 06.060.722/0001-18).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.104, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 703/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201003406.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Universo Goiânia, por transformação da Faculdade Universo Goiânia, com sede na Rua 1058, nº 185, Setor Sul, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Associação Saldado de Oliveira de Educação e Cultura, com sede no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro (CNPJ 28.638.393/0001-82).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.105, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 810/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201716172.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Vale do Jaguaribe Mossoró, a ser instalada na Rua Prudente de Moraes, nº 976, Bairro Santo Antônio, no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda., com sede no Município Aracati, no Estado do Ceará (CNPJ 00.138.864/0001-74).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 2.106, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 289/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710864.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), com sede na Avenida Adolfo Timóteo da Silva, nº 433, Bairro Brasil Novo, no Município de Coromandel, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educacional de Coromandel, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 03.327.571/0001-23).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº 000.062860/2016-25

Interessada/Outorgada: Fundação Vale do Jaguaribe

CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Município: Cracati

Estado: Ceará

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 16/12/2017

Período da outorga a ser renovado: 16/12/2017 a 16/12/2032

Tipo de outorga a ser renovada:

(X) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

() Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

() Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

(X) Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fls. 3 e 4 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia SEI 10490067 Pág.s 7 a 9 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia em 24/10/2022	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	- Ata de Eleição SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist - Verificação (10833289)

SEI 00000.062860/2016-25 / pg. 62

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "c" SEI 10490067 Pág. 8 Item (d)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "d" SEI 10490067 Pág. 8 Item (e)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "e" SEI 10490067 Pág. 8 Item (f)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "f" SEI 10490067 Pág. 8 Item (g)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "g" SEI 10490067 Pág. 8 Item (h)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 10490067 Pág. 8 Item (i)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 4 "h" SEI 10490067 Pág. 8 Item (j)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 10490067 Pág. 8 Item (l)	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl.6 SEI 10841105	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	Ata de Eleição SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist Verificação (10835289)

SEI 55906-062860/2016-25 / pg. 64

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Estatuto SEI 2500311 fls. 6 a 27 Ata 24/05/2016 SEI 2500311 fls. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021 SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10490067 Págs.18 e 19 22/07/2022	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 2500311 fls. 44 a 49	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.



7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl. 4 Emitida em 27/09/2022 SEI 10839237 Pág. 1 Emitida em 31/03/2023	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Federal SEI 2500311 fl. 38 Válida até 20/12/2017 SEI 10490067 Pág. 28 Válida até 18/03/2023 SEI 10839273 Pág. 1 Válida até 25/04/2023 Estadual SEI 2500311 fl. 40 Válida até 19/01/2018 SEI 10490067 Pág. 30 Válida até 23/12/2022 SEI 10839273 Pág. 2 Válida até 30/05/2023 Municipal SEI 2500311 fl. 42 Válida até 28/01/2018 SEI 10490067 Pág. 32 Válida até 23/01/2023 SEI 10839273 Págs. 3 e 4 Válida até 29/05/2023	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl.1 Válida até 27/10/2022 SEI 10839237 Pág. 2 PENDENTE	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl.2 Válida até 23/10/2022 SEI 10839237 Pág. 3 Válida até 12/04/2023	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist Checklist - Verificação (10833289)

SEI 55506-062860/2016-25 / pg. 66

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10418853 fl.3 Válida até 26/03/2023 SEI 10839237 Pág. 4 Válida até 27/09/2023	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10490067 Págs. 21 e 22 Glaucia Barbosa Pinheiro Maia Representante Legal SEI 10490067 Pág.23 Guilherme Bismarck Diretor Vice Presidente SEI 10490067 Pág. 24 Germana Vasconcelos Pinheiro Diretor Tesoureiro	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	Ata de Eleição SEI 10490067 Págs.12 e 13 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 10839282 Págs. 1 e 4 PENDENTE	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	- Autorização de uso de radiofrequência vencida, favor manter contato com a Anatel.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 2500311 fl. 32 SEI 10490067 Pág. 26 Validade até PENDENTE	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	SEI 10841090 Portaria e-Mec

Observações Adicionais
Não há



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist Checklist - Verificação (10833289)

SEI 55500-062860/2016-25 / pg. 67

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Conclusão

A documentação apresentada **não está em conformidade** com o disposto na legislação, sendo necessário nova instrução processual.

Analizado por:

Data:

Nome: João Carlos da Silva

Cargo: Engenheiro de Telecomunicações

03 de abril de 2023



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos da Silva**, Engenheiro de Telecomunicações, em 03/04/2023, às 16:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10839289** código CRC **23CF5518**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 10839289



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist Checklist - Verificação (10839289)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 68

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Comunicação Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 8767/2023/MCOM

Brasília, 03 de abril de 2023.

À Senhora

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati – CE

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10839289).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação** de rádio, nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

obs.: exigência necessária pois o documento de licenciamento apresentado encontra-se vencido desde 16 de dezembro de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício 8767-Exigências (40641704)

SEI53506:062860/2016-25 / pg. 69

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

II - **Cópia do instrumento jurídico firmado com Instituição de Ensino** nos termos do art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018; contendo inclusive o prazo de validade do instrumento jurídico.

3. Destaco também que se tentou obter de ofício alguns certidões exigidas para instruir o processo de renovação. Como não foi possível se obter todas, caso seja(m) enviada(s) a(s) indicada(s) abaixo, cópia simples (xerox ou fotocópia), isto tornará mais célere (rápida) a análise do pedido de renovação:

I - **Certidão Negativa da Anatel** em relação à entidade para comprovar a regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel, nos termos do art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795/1963;

4. Informo, ainda, que já está disponível o sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.062860/2016-25), para agilizar o trâmite.

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.

7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria nº 6.686, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, Coordenador de Pós-Outorga e **Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 09/09/2022 às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10841764** código CRC **972AE743**

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos e entregues pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10839289;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b668cf2e2ac1>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



JOÃO PAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

04.704.007/0001-45

Razão Social

Pesquisar

10 ▼ < << 1 / 1 >> >>		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	MMC.29@HOTMAIL.COM, atendimento@completta.com.br, rodolfo@mouraeribeiro.adv.br, bismarck.maia@gmail.com, brigidalima@completta.com.br
10 ▼ < << 1 / 1 >> >>		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://antefeg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

https://antefeg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 72

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:

16/05/2023 10:27:27

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Para:

MMC.29@HOTMAIL.COM
atendimento@completta.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
bismarck.maia@gmail.com
brigidalima@completta.com.br

Assunto:

envio de correspondencia Oficial dos Ministerio das Comunicações

Mensagem:

À Senhora

Representante Legal da Fundação Vale do Jaguaribe

Inscrição no CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Rua Adolfo Caminha, nº 247 - Centro

CEP: 62800-000 / Aracati CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 8767/2023/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.062860/2016-25

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Atenciosamente,

Anexos:

Outros__origem_externa__10906586_04.704.0070001_45.jpg

Checklist_10839289.html

Oficio_10841764.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 04704007000145

Emitida às 09:47:44 do dia 06/07/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

X8-DOC DE ATIVO CANAL 7 - ANATEL (1699888) - SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 75

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45
Razão Social: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE
Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/07/2023 a 04/08/2023

Certificação Número: 2023070601065761055051

Informação obtida em 06/07/2023 09:51:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

X8-D00-BE-AR-010-TVE-CANAL-7-ARACATI-CE-(10995888)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CNPJ: 04.704.007/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n^o 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n^o 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:54:25 do dia 06/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/01/2024.

Código de controle da certidão: **F1DC.D85B.524F.5130**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202317716618

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 04704007000145
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 06/07/2023 ÀS 09:59:44
VÁLIDA ATÉ 04/09/2023

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[t-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145](http://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=04704007000145)

X8 DCC DE APÓC-TVE CANAL 7 - APAGAT-CE (16998888)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 78

**CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO VALE
DO JAGUARIBE PARA EXECUTAR O
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SOMS E
IMAGENS, COM FINS EXCLUSIVAMENTE
EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE
ARACATI, ESTADO DO CEARÁ .**

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano dois mil e dois, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Juarez Quadros do Nascimento, e a FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, CGC 04.704.007/0001-45, representada por sua Diretora Presidente, Gláucia Barbosa Pinheiro Maia, RG 2.242.988 – SSP/DF, CPF 209.514.693-04, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2002, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, Estado do Ceará, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Vale do Jaguaribe o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Aracati, Estado do Ceará, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização



expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

i) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

j) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;

l) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

m) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

n) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

o) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

p) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;



- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- l) manter em dia os registros da programação.
- m) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.



Cláusula 8ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 9ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.


Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

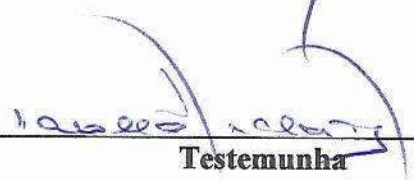
Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Concessionária


Testemunha


Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 360, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCADORA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiacú, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 198, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiacú, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 361, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ARCC, ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 58, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação, a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso III, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 362, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE LENÇÓIS PAULISTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 234, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 363, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DO CANTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 225, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação de Moradores da Praia do Canto a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 364, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL SOTEROPOLITANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 300, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Assistencial Soteropolitana a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 365, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza o CENTRO BENEFICENTE DE COMBATE A TUBERCULOSE E MALÁRIA DE ESPERANTINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 650, de 25 de outubro de 2001, que autoriza o Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2002**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 174/2002)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 367, DE 2002**

Aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere ao Decreto s/nº, de 5 de dezembro de 2001, que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 368, DE 2002**

Aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere ao Decreto s/nº, de 5 de dezembro de 2001, que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 175/2002)

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, que "dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de dezembro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de novembro de 2002.
Senador RAMEZ TEBET
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

(Of. El. nº 172/2002)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002, que "altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de dezembro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de novembro de 2002.
Senador RAMEZ TEBET
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

(Of. El. nº 173/2002)

04.704.0007/0001-45

Rua Carolina Sucupira, 208 - Aldeota -
Fortaleza/CE - CEP: 60.140-120





XV - EMISSORA A VOZ DE CATANDUVA LTDA., a partir de 27 de dezembro de 1996, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 995, de 5 de dezembro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987 (Processo nº 53830.000847/96);

XVI - FUNDAÇÃO PADRE KOLBE DE RÁDIO E TELEVISÃO, a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Mauá, Estado de São Paulo, outorgada originariamente ao Sistema Mauá de Comunicação Ltda., conforme Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto de 25 de agosto de 1998, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001536/98);

XVII - L & C RÁDIO EMISSORAS LTDA., a partir de 7 de dezembro de 1997, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.001414/97);

XVIII - RÁDIO ARAGUAIA LTDA., a partir de 5 de abril de 1998, na cidade de Araguaia, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e renovada pelo Decreto de 30 de julho de 1992 (Processo nº 53670.000019/98);

XIX - RÁDIO CIDADE AM DE VOTUPORANGA LTDA., a partir de 7 de fevereiro de 1999, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 83.052, de 17 de janeiro de 1979, e renovada pelo Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 045, de 1990, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 1990 (Processo nº 53830.002705/98);

XX - RÁDIO DIÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., a partir de 20 de janeiro de 1998, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à TV Fronteira Paulista Ltda., conforme Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e transferida pelo Decreto de 18 de julho de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 30.001487/97);

XXI - RÁDIO EMISSORA DA BARRA LTDA., a partir de 8 de junho de 1996, na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 334, de 26 de maio de 1966, e renovada pelo Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986 (Processo nº 53830.000138/97);

XXII - RÁDIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA., a partir de 20 de outubro de 1997, na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à L & C Rádio Emissoras Ltda., pela Portaria nº 1.090, de 14 de outubro de 1977, renovada, pelo Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53830.001476/97);

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Imprensa Nacional

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe de Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO

Coordenadora de Jornais Oficiais

Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

XXIII - RÁDIO ICATU LTDA., a partir de 10 de novembro de 1998, na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, à Rádio Icatu FM Ltda., autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 153, de 31 de julho de 1995 (Processo nº 53830.002085/98);

XXIV - RÁDIO JORNAL DE NHANDEARA LTDA., a partir de 19 de fevereiro de 1996, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 194, de 12 de fevereiro de 1976, renovada pelo Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987 (Processo nº 53830.001488/95);

XXV - RÁDIO JORNAL DE BARRETOS OM LTDA., a partir de 22 de fevereiro de 1998, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53830.000175/98);

XXVI - RÁDIO REPÚBLICA DE MORRO AGUDO LTDA., a partir de 23 de dezembro de 1997, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987 (Processo nº 53830.001549/97);

XXVII - RÁDIO PRINCESA MONTE AZUL LTDA., a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988 (Processo nº 53830.001603/98);

XXVIII - SISTEMA MERIDIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA., a partir de 16 de abril de 1996, na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 95, de 14 de abril de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 189, de 5 de agosto de 1986, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.000234/96);

Art. 2º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, os seguintes serviços de radiodifusão sonora:

I - em onda tropical: RÁDIO ARAGUAIA LTDA., a partir de 25 de abril de 1997, na cidade de Araguaia, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 96.869, de 29 de setembro de 1988 (Processo nº 53670.000455/96);

II - em onda curta: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, a partir de 6 de janeiro de 1998, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987 (Processo nº 53830.001408/97);

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 6 de dezembro de 1997, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, outorgada à TELEVISÃO PRINCESA DO OESTE DE CAMPINAS LTDA., pelo Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982 (Processo nº 53830.001812/97);

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de abril de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 1º DE ABRIL DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 53.670, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.869, de 29 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.680, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.831, de 28 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 96.764, de 23 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.112, de 31 de agosto de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.681, de 13 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 94.837, de 3 de setembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 96.782, de 27 de setembro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 97.492, de 8 de fevereiro de 1989, e no art. 2º do Decreto nº 93.435, de 16 de outubro de 1986, e no art. 2º do Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 80.723, de 10 de novembro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 81.409, de 27 de fevereiro de 1978, e no art. 2º do Decreto nº 79.284, de 16 de fevereiro de 1977, e no art. 2º do Decreto nº 87.663, de 5 de outubro de 1982, e no art. 2º do Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987, e no art. 2º do Decreto nº 95.586, de 5 de janeiro de 1988, e no art. 2º do Decreto nº

Instituição de Educação Superior

Endereço

DETALHES DA IES

ATO REGULATÓRIO

GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

PROCESSOS E-MEC

OCORRÊNCIAS

RECLAMAÇÕES

PERGUNTAS FREQUENTES



MANTENEDORA

Mantenedora: (901) UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA VALE DO JAGUARIBE LTDA

CNPJ: 00.138.864/0001-74

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Representante Legal: ANTONIO HENRIQUE DUMMAR ANTERO (DIRETOR GERAL)



IES

Nome da IES - Sigla: (1350) Centro Universitário Multiversa do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE - UNIJAGUARIBE
Em Supervisão - Determinação de Providências: Despacho N. 42/2020

Situação: Ativa

Endereço: Rodovia CE-040, Km 138

Nº:

Complemento: FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE

CEP: 62800-000

Bairro: Aeroporto

Município: Aracati

UF: CE

Telefone: 8834219757

Fax: (88) 3421.9760



04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solatio Brasil Gestão de Projetos LTDA-ME
Empreendimento: Central Geradora Solar Fotovoltaica Paranaíba 01 a 07
Processo n.º 01401.000296/2017-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Central Geradora Solar Fotovoltaica Paranaíba 01 a 07
Arqueólogo Coordenador: Lennon Oliveira Mattos
Arqueólogo de campo: Lennon Oliveira Mattos
Apoio Institucional: Museu de História do Pantanal (MUHPAN) - Fundação Barbosa Rodrigues
Área de Abrangência: Municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: KKW Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Vale das Águas II
Processo n.º 01506.007089/2016-82
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Vale das Águas II.
Arqueólogo coordenador: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano- Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Seleta meio Ambiente Ltda
Empreendimento: CTR - Sales de Oliveira
Processo n.º 01506.006878/2016-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Ampliação do Aterro Sanitário - CTR - Sales de Oliveira
Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars Hering
Arqueóloga de Campo: Jaqueline da Silva Belletti
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sales de Oliveira, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Parnaíba Gás Natural S.A.
Empreendimento: SPE Alpha Santa Maria empreendimentos imobiliários Ltda
Processo n.º 01512.003294/2015-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Residencial Estância dos Montes Condomínio I
Arqueólogo Coordenador: Jorge Luiz de Oliveira Viana
Apoio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - (LEPAARQ) / Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Área de Abrangência: Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: CELESC-Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão 138 kv Biguaçu-Tijucas-Canelinha
Processo n.º 01510.00063/2016-11
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da Linha de Transmissão 138 kv Biguaçu-Tijucas-Canelinhas
Arqueóloga coordenadora: Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Arqueólogo de campo: Paulo Antônio Dantas de Blasis
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - GRUPEP- Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Área de Abrangência: Municípios de Biguaçu, Tijucas e Canelinha, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Milton Carvalho de Freitas - ME
Empreendimento: Milton Carvalho de Freitas
Processo n.º 01506.004778/2016-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação e Exploração da Jazida e Infraestrutura Milton Carvalho de Freitas
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Elnathan Nicolas Lima da Costa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Araçatuba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
Empreendimento: Distrito Industrial Lagoa Santa
Processo n.º 01514.005965/2016-37
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Distrito Industrial Lagoa Santa
Arqueólogo Coordenador: Márcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Em-CAALE - Prefeitura de Lagoa Santa
Abrangência: Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de Implantação do Residencial Parque Barcelona
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Rafaela Regina Pascuti Leal
Área de Abrangência: Município de Bauru, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE MAIO DE 2017

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I- Permissão n.º 08, Anexo I, Seção 1, pag. 89, Portaria n.º 25/2017 publicada no D.O.U em 23/05/2016, em nome do arqueólogo Almir do Carmo Bezerra, referente ao processo n.º 01502.000616/2016-68 "Programas de Monitoramento e Resgate Arqueológico na área de Implantação da Linha de Transmissão 230 kv Sapeaçu/Santo Antonio de Jesus C3", tendo em vista solicitação do arqueólogo.

II-Permissão n.º 09, Anexo I, Seção 1, pag.89 da Portaria n.º 25/2017 publicada no D.O.U em 23/05/2016, em nome do arqueólogo Almir do Carmo Bezerra, referente ao processo n.º 01502.000615/2016-13 "Programa de Monitoramento e Resgate Arqueológico na área de Implantação da Linha de Transmissão 500 kv Camaçari IV/Sapeaçu", tendo em vista solicitação do arqueólogo.

DANIELI HELENCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 12, de 17 de maio de 2016, Seção 1, Anexo IV, Página16, Autorização n.º 6, de 20/05/2017, onde se lê: "Enquadramento IN: Nível IV", leia-se: "Enquadramento IN: Nível III".

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 673, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer n.º 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC n.º 201503282, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas na sede da instituição e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa n.º 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

ORDEM	CÓDIGO	POLO
1	23927	Rua Dom Pedro II, N 625 - Vila Nova - Cubatão/São Paulo
2	1045765	Rua Vigário João José Rodrigues, N634 - Centro - Jundiá/São Paulo
3	2006315	Rua Treze de Junho, Galeria GG, Salas 816 e 817 - Centro Norte - Chibabá/M
4	2006293	Rua Mirambava, n.º 156, Bairro Centro - Suzano/São Paulo
5	2001804	Rua Antônio Soares, N 127 - Jardim Soares - Sorocaba/SP
6	23601	Rua Capitão Salomão, N 89 - Centro - São Paulo/São Paulo
7	23647	Rua Espártaco, N 613 Térreo - Vila Romana - São Paulo/SP
8	2006282	Rua Minas Bogasian, N 308 - Centro - Osasco/São Paulo
9	2001797	Rua Heloisa Penteado, N 327 - Vila Esperança - São Paulo/São Paulo
10	23557	Rua Professora Terezinha Arruda Campos, N175 - VI. Boldrin - Santa Bárbara d'O
11	1045761	Rua Benjamim Constant, 28, N163 - Centro - Amparo/São Paulo
12	2001785	Rua Italo Adami, N 1450 - Jardim Anita - Itaquaquecetuba/São Paulo
13	10341	Rua das Acácias Amarelas, N95 - Jardim das Margaridas - Salvador/Bahia
14	2001783	Avenida Sete de Setembro, N624 - Barra Funda - Leme/São Paulo
15	9861	Rua Otelo Augusto Ribeiro, N411 - Guaianases - São Paulo/São Paulo
16	12773	Rua Tereza Nogueira, N91 - Centro - Lauro de Freitas/Bahia
17	28425	Rua Coronel João de Oliveira Melo, 654, Vila Antonieta, São Paulo/São Paulo
18	2006292	Rua Vinte e Quatro de Maio, N85 - Centro - São Paulo/São Paulo

PORTAR

O MINIST

suas atribuições, ten
de maio de 2006, na
2007 e no Parecer n
Conselho Nacional
MEC n.º 20110847
Instituição e de se
cional com a legis
Art. 1º Fic
(FVJ), com sede na
município de Aracat
cação e Cultura Val
Art. 2º O
pelo prazo de 4 (qua
3 de janeiro de 201
10.870, de 19 de ma
n.º 5.773, de 9 de
Art. 3º Es
blicação.

PORTAR

O MINIST

suas atribuições, ten
de maio de 2006, na
2007, na Resolução
Câmara de Educaç
conforme consta do
formidade do Regim
Desenvolvimento In
Art. 1º Fica
talada na Rua Padre
nício de São Luís,
tos e Soluções Tecn
Art. 2º O
prazo de 3 (três) a
3 de janeiro de 201
19 de maio de 2004
de 9 de maio de 2
Art. 3º Es
blicação.

PORTAR

O MINIST

suas atribuições, ten
de maio de 2006, na
2007 e no Parecer n
Conselho Nacional
MEC n.º 20120983
Instituição e de se
cional com a legis
Art. 1º Fic
na modalidade a c
(UNICID), com sed
Tatuapé, no munic
pela SECID (Socied
sede no mesmo m
Art. 2º As
volvidas na sede d
lacionados no anex
Art. 3º O
pelo prazo de 5 (cin
3 de janeiro de 201
10.870, de 19 de ma
n.º 5.773, de 9 de
Art. 4º Es
blicação.



Autenticidade eletrônica: após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-8423-4b2d-bf58-9e8cf2e28423

21	Rua Porangaba, nº 1030, Bairro Vila Industrial, Município de Araçatuba, Estado de São Paulo
22	Rua Nº 28, nº 844, Bairro Centro, Município de Barretos, Estado de São Paulo.
23	Rua Coronel Afonso Ferreira, nº 174, Bairro Santa Terezinha, Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo
24	Rua Sales de Oliveira, nº 271, Bairro Castelo, Município de Campinas, Estado de São Paulo
25	Avenida Mato Grosso, Nº900, Bairro Indaia, Município de Caragatutuba, Estado de São Paulo
26	Praça Joaquim Vilela, Nº360, Bairro São Benedito, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo
27	Rua Senador Dantas, nº 284, Bairro Centro, Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo
28	Avenida Santo Antonio, Maria Claret, Nº1724, Bairro Cidade Claret, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo
29	Rua Coronel Fernando Prestes, nº 236, Bairro Centro, Município de Santo André, Estado de São Paulo
30	Rua da Cultura, nº 252, Bairro Jardim Santa Catarina, Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo
31	Rua Martin Francisco, nº 636, Bairro Santa Cecília, Município de São Paulo, Estado de São Paulo
32	Rua Barão do Rio Branco, Nº59, Bairro Jardim Esplanada, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo
33	Quadra 602 Sul, Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 17, Plano Diretor Sul, Município de Palmas, Estado de Tocantins

PORTARIA Nº 685, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 570/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201414023, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque (FACCSR), com sede na Rua Padre Marçal, Nº 30, Bairro Centro, Município de São Roque, Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Ensino Superior de São Roque, com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas na sede da instituição.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 686, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 705/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201414558, e diante da conformidade do Estatuto da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhanguera) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida João Cândido de Oliveira, nº 115, bairro Cidade Jardim, no município de Goiânia, estado de Goiás, mantido pela Associação Goiana de Ensino, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas em sua sede e no polo de apoio presencial com atividades presenciais obrigatórias na sede da instituição e no polo de apoio presencial Unidade Goiânia Cidade Jardim Bairro - Avenida João Cândido de Oliveira, 115 Cidade Jardim. Goiânia - GO.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 687, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 823/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201502455, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Itaitia (FACIT), a ser instalada na Rua Professor Otávio Terceiro de Farias, nº 147, bairro Afonso Walter, no município de Santa Quitéria, estado do Ceará, pelo Instituto de Educação Profissional e Superior do Sertão (IDESSC), com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 26 de maio de 2017

Nos termos do art. 2da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o artigo da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

Nos termos do art. 2da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o artigo da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

Nos termos do art. 2da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 36/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de ensino superior na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede na Rua João Cabral, s/nº, no bairro Pirajá, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o artigo da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme consta do processo e-MEC nº 201503282.

ANEXO

ORDEM	CÓDIGO	POLO
1	23927	Rua Dom Pedro II, Nº625 - Vila Nova - Cubatão/São Paulo
2	1045765	Rua Vigário João José Rodrigues, Nº634 - Centro - Jundiá/São Paulo
3	2006315	Rua Treze de Junho, Galeria GG, Salas 816 e 817 - Centro Norte - Cuiabá/Mat
4	2006293	Rua Mirambava, nº 156, Bairro Centro - Suzano/São Paulo
5	2001804	Rua Antônio Soares, Nº 127 - Jardim Soares - Sorocaba/SP
6	23601	Rua Capitão Salomão, Nº 89 - Centro - São Paulo/São Paulo
7	23647	Rua Espártaco, Nº 613 Térreo - Vila Romana - São Paulo/SP
8	2006282	Rua Minas Bogasian, Nº 308 - Centro - Osasco/São Paulo
9	2001797	Rua Heloisa Penteado, Nº 327 - Vila Esperança - São Paulo/São Paulo
10	23557	Rua Professora Terezinha Arruda Campos, Nº175 - VI. Boldrin - Santa Bárbara d'Oes
11	1045761	Rua Benjamim Constant, 28, Nº163 - Centro - Amparo/São Paulo
12	2001785	Rua Ítalo Adami, Nº 1450 - Jardim Anita - Itaquaquecetuba/São Paulo
13	10341	Rua das Acácias Amarelas, Nº95 - Jardim das Margaridas - Salvador/Bahia
14	2001783	Avenida Sete de Setembro, Nº624 - Barra Funda - Leme/São Paulo
15	9861	Rua Otelo Augusto Ribeiro, Nº411 - Guaianases - São Paulo/São Paulo
16	12773	Rua Tereza Nogueira, Nº91 - Centro - Lauro de Freitas/Bahia
17	28425	Rua Coronel João de Oliveira Melo, 654, Vila Antonieta, São Paulo/São Paulo
18	2006292	Rua Vinte e Quatro de Maio, Nº85 - Centro - São Paulo/São Paulo
19	2006288	Rua João Pereira, Nº 387 - Lapa - São Paulo/São Paulo
20	18467	Rua Teopompo de Vasconcelos, Nº57 - Vila Advana - São José dos Campos/São Pau
21	14891	Rua Vereador Juarez Rios de Vasconcelos, Nº37 - Centro - Diadema/São Paulo
22	2001794	Rua Ruy Barbosa, Nº 325 - Centro - São Bernardo do Campo/São Paulo
23	12209	Rua Gabriel Piza, Nº 475 - Santana - São Paulo/São Paulo
24	23950	Brasílio Luz, 229, Santo Amaro, Nº229 - Santo Amaro - São Paulo/São Paulo
25	2006820	Rua São Sebastião, Nº 37 - Vila Monteiro - Piracicaba/São Paulo
26	2006818	Rua Dr José Eduardo Vieira Palma, Nº13 - Centro - Cravinhos/São Paulo
27	1049267	Avenida Professor Manoel José Pedros, Nº1894 - Parque Bahia - Cotia/São Paulo
28	1050148	Rua Direta da Piedade, Nº2 - Piedade - Salvador/Bahia
29	10230	Rodovia Augusto Montenegro, Loteamento Morada Nova II - Q2, Nº1 - Coqueiro - B
30	2006318	Rua Ladeira dos Galés, Nº29 - Brotas - Salvador/Bahia
31	23653	Rua Geraldo Correia, Nº 351 - Vila Santa Isabel - São Paulo/São Paulo
32	2006297	Avenida Gal. Pedro Leon Schneider, Nº134 - Santana - São Paulo/São Paulo
33	2006817	Rua Rui Barbosa, Nº 29 - Centro - Franco da Rocha/São Paulo
34	23516	Rua Pedro Moreira, Centro, Nº24 - Salto de Pirapora - Salto de Pirapora/São Paulo
35	2001807	Rua São Benedito, Nº 594 - Vila Aparecida - Boituva/São Paulo
36	2006300	Avenida Horácio Neto, Nº561 - Jd. Samambaia - Atibaia/São Paulo
37	2006294	Rua Gama Rodrigues, Nº 148 - Centro - Guaratinguetá/São Paulo
38	16970	Rua Piratininga, Nº 241 - Barcelona - São Caetano do Sul/São Paulo
39	14589	Rua Barena, Nº 177 - Itaim Paulista - São Paulo/São Paulo
40	17283	Avenida General Leite de Castro, Nº650 - Jardim Pádua - São Paulo/São Paulo
41	2001831	Rua Tuim, Nº 1017 - sem bairro - São Paulo/São Paulo
42	2001781	Rua José Mendes Júnior, Nº213 - Centro - Santa Rosa de Viterbo/São Paulo
43	9860	Rua Comendador Elias Zarzur, Nº301 - Santo Amaro - São Paulo/São Paulo
44	2006290	Avenida Frei Pacifico Wagner, Nº653 - Centro - Caragatutuba/São Paulo
45	2001852	Av. Embaixador Pedro de Toledo, Nº96 - Centro - Itanhaém/São Paulo

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 102/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da FAINIC - Faculdades Integradas NIC, a ser instalada na Rua Santo Amaro, nº 80, bairro da Glória, anexo da Real Benemerita Beneficência Portuguesa - Santa Teresa, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela FAINIC - Faculdades Eneas Resque Ltda., com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de

pervisão da Educação, consta do processo

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 103/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Educação Superior de Belo, município de





RESOLUÇÃO N.º 02/2023 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.

Alteração do nome da IES do
Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe - UNIJAGUARIBE.

O Reitor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE,
no uso de suas atribuições legais e regimentais considerando o Art. 11º, § 1º do
Regimento Geral desta IES e na qualidade de Presidente do Conselho Superior
- CONSU desta IES,

Considerando a publicação da Portaria 1.073, publicada no dia 29 de
dezembro de 2021 no Diário Oficial da União -DOU;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o nome da IES do Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, para Centro Universitário Multiversa do Jaguaribe
- UNIJAGUARIBE.

Art. 2º. Fica definido o nome da Instituição como Centro Universitário
Multiversa do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE.

Art. 2º. Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que a
presente produza seus efeitos.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.


Gabinete do Reitor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe -
UNIJAGUARIBE, em 02 de dezembro de 2023.



Antonio Henrique Dummar Antero
Reitor


Representante Legal - União de Educação e Cultura do Vale do Jaguaribe Ltda





BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [tela](#) | [menu ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor											
Nome Sócio/Diretor: GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Diretor (SÓCIA GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Aracati		
RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Sócio	19600	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Aracati		

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo

Data: 11/07/2023

Hora: 15:16:15



BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor											
Nome Sócio/Diretor: GUILHERME BISMARCK											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo Data: 11/07/2023 Hora: 15:15:29



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [intranet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo Data: 11/07/2023 Hora: 15:04:07



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Data de Envio:

03/08/2023 09:34:09

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (TV educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Vale do Jaguaribe, CNPJ nº 04.704.007/0001-45 que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Donizetti José dos Santos

2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

2.4 monica.sousa@mcom.gov.br associado a servidora Monica Cabral de Sousa

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos

(12)98171-0771

URSP_MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



RE: Consulta CGFM

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 03/08/2023 10:13

Para: coroc <coroc@mcom.gov.br>

Cc: **COPEC** <**COPEC@mcom.gov.br**>; Donizetti José dos Santos <donizetti.santos@mcom.gov.br>; Heitor dos Santos C Pereira <heitor.pereira@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de Fundação Vale do Jaguaribe, CNPJ nº 04.704.007/0001-45 que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati estado do Ceará, responder ao processo nº 53000.030728/2010-11, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 3 de agosto de 2023 09:34

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (TV educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Vale do Jaguaribe, CNPJ nº 04.704.007/0001-45 que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto versar sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

demais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQKAGFiZiM1ODM0LTQxNWQ0NDZMS1iMGi4LWU1NzZlZDcyYig2NQAOAHjgIC0UN3hOqiiRy2hBG0... 1/2

https://mtoleg-autenticacao-assinatura.cadastros.leg.br/ver/5000-4020-0154-0000-062860/2016-25/pg.93

efc150e1-9803-4b2d-bf54-b6e8c12e2ac1

- 2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.
- 2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Donizetti José dos Santos
- 2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira
- 2.4 monica.sousa@mcom.gov.br associado a servidora Monica Cabral de Sousa

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos

(12)98171-0771

URSP_MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkAGFiZjM1ODM0LTQxNWQ0NDk2MS1iMG14LWU1NzZlZDcyYig2NQAOAHjgIC0UN3hOqiiRy2hBG0... 2/2

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/validacao/8803-4020-0154-0066c062860/2016-25/pg.94

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

CPF

CPF

CPF

CPF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 04.704.007/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/08/2001
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO
R ADOLFO CAMINHA

NÚMERO
247

COMPLEMENTO

CEP
62.800-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ARACATI

UF
CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MMC.29@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(85) 3041-2339

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/08/2001

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE
CNPJ: 04.704.007/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:33:56 do dia 20/11/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 18/05/2024.

Código de controle da certidão: **CB1A.2CD6.E54D.E584**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Anexo CERTIDÕES (17223214)

SEI 95906:002000/2016-25 / pg. 96

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
20/11/2023CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
18/02/2024

NOME: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

CNPJ/CPF: 04.704.007/0001-45

LOGRADOURO: ACAMPAMENTO Rua Marizinha de Seixas

NÚMERO: 83

COMPLEMENTO: AA

BAIRRO: Cohab

CEP: 37443000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BAEPENDI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000708490241





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Vale do Jaguaribe

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:03:25 do dia 20/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

ANEXO CERTIDÕES (14223214) - SEP 00000:002000/2016-25 / pg. 98

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.704.007/0001-45
Razão Social: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
Endereço: R ADOLFO CAMINHA 247 / CENTRO / ARACATI / CE / 62800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/11/2023 a 15/12/2023

Certificação Número: 2023111606264580194264

Informação obtida em 20/11/2023 08:30:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf

http://www.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf - Anexo CERTIDÕES (11225214) - 803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1 - 32155306:062800/2016-25 / pg. 99

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.704.007/0001-45

Certidão nº: 65551123/2023

Expedição: 20/11/2023, às 08:31:42

Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.704.007/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

ANEXO CERTIDÕES (11226214)

SLF 55500.062800/2016-25 / pg. 100

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



NOME/RAZÃO SOCIAL Fundacao Vale do Jaguaribe				CNPJ 04704007000145	
Nº DA ESTAÇÃO 1000985935	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 4° 33' 59.00" S	LONGITUDE 37° 46' 13.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Adolfo Caminha, nº 247.				DISTRITO	
BAIRRO Centro				MUNICÍPIO Aracati	UF CE

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 02/04/2032

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Aracati UF: CE

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 473 MHz CANAL: 14

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 10

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYP483

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Aracati NUMPROCESSO:

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Adolfo Caminha BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Aracati UF: CE

NUMERO: 247 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: TE7040H-1K-250D

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 0.200 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 029691300528 MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: IF TELECOM MODELO: IFSLDH-6-360-14

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Polarização: Horizontal GANHO: 9.82 dBd

DESCRÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 180 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 44 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 20/11/2023 10:12:22



Emitido Em
09/03/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYixTQ1JcQ2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIzNjU1YjRkMjU3>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYixTQ1JcQ2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIzNjU1YjRkMjU3><https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consulta/validacao.aspx?token=U0NcYixTQ1JcQ2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIzNjU1YjRkMjU3>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Id solicitação: 57dbab802f340

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Vale do Jaguaribe	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 3421-2284	E-mail: fas@fortalnet.com.br
CNPJ: 04.704.007/0001-45	Número do Fistel: 50411173308
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/12/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 02/04/2032	
Observações: Ato nº 8.262, de 14/12/2011, publicado no DOU. de 16/12/2011.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Adolfo Caminha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 247	
Município: Aracati	UF: CE	CEP: 62800000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Aracati	UF: CE

Parâmetros Técnicos			
Canal: 14	Frequência: 473 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 1.2826kW
HCI: 44 m	Pareamento: 29934	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



23/10/11:27

https://infolegautenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Anexo Relatório do Canal (P1223376)

SEI 35500-062860/2016-25 / pg. 102

Informações Gerais	
Número da Estação: 1000985935	Número Indicativo: ZYP483
Data Último Licenciamento: 09/03/2023	Número da Licença: 53500.341736/2022-84

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 4° 33' 59.00" S	Longitude: 37° 46' 13.00" W	Cota da base: 10 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 029691300528	Modelo: TE7040H-1K-250D
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.200 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 49 m	Atenuação: 2.55 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFSLDH-6-360-14	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 9.82 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 180 °	Polarização: Horizontal	HCI: 44 m	ERP Máxima: 1.28 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.84	5°: 0.88	10°: 0.94	15°: 1.04	20°: 1.15	25°: 1.25	30°: 1.31	35°: 1.33	40°: 1.3	45°: 1.23	50°: 1.15	55°: 1.05
60°: 0.95	65°: 0.88	70°: 0.82	75°: 0.78	80°: 0.77	85°: 0.78	90°: 0.82	95°: 0.87	100°: 0.92	105°: 0.97	110°: 1.01	115°: 1.04
120°: 1.03	125°: 1	130°: 0.93	135°: 0.84	140°: 0.72	145°: 0.6	150°: 0.47	155°: 0.35	160°: 0.24	165°: 0.15	170°: 0.07	175°: 0.03
180°: 0	185°: 0.01	190°: 0.03	195°: 0.1	200°: 0.18	205°: 0.3	210°: 0.42	215°: 0.56	220°: 0.69	225°: 0.81	230°: 0.92	235°: 0.98
240°: 1.02	245°: 1.03	250°: 1.01	255°: 0.97	260°: 0.92	265°: 0.86	270°: 0.8	275°: 0.76	280°: 0.73	285°: 0.73	290°: 0.75	295°: 0.79
300°: 0.85	305°: 0.93	310°: 1.01	315°: 1.1	320°: 1.16	325°: 1.19	330°: 1.19	335°: 1.14	340°: 1.06	345°: 0.98	350°: 0.91	355°: 0.86

Coordenadas por radial											
0°: Lat 4°24'46.5" S Lon 37°46'13" W	5°: Lat 4°25'50.02" S Lon 37°45'30.09" W	10°: Lat 4°25'22.91" S Lon 37°44'41.73" W	15°: Lat 4°25'5.32" S Lon 37°43'49.58" W	20°: Lat 4°25'1.98" S Lon 37°42'56.96" W	25°: Lat 4°25'25.36" S Lon 37°42'12.77" W	30°: Lat 4°25'44.07" S Lon 37°41'26.41" W	35°: Lat 4°26'10.86" S Lon 37°40'44.23" W	40°: Lat 4°26'44.83" S Lon 37°39'31.05" W	45°: Lat 4°27'18.23" S Lon 37°38'49.51" W	50°: Lat 4°27'57.73" S Lon 37°37'39.18" W	55°: Lat 4°28'33.9" S Lon 37°36'27.34" W
60°: Lat 4°29'15.59" S Lon 37°38'0.69" W	65°: Lat 4°30'1.44" S Lon 37°37'42.09" W	70°: Lat 4°30'53.23" S Lon 37°37'41.14" W	75°: Lat 4°31'38.4" S Lon 37°37'26.84" W	80°: Lat 4°32'25.48" S Lon 37°37'21.23" W	85°: Lat 4°33'12.45" S Lon 37°37'19.82" W	90°: Lat 4°33'58.94" S Lon 37°36'58.74" W	95°: Lat 4°34'45.44" S Lon 37°37'19.79" W	100°: Lat 4°35'19.26" S Lon 37°38'36.16" W	105°: Lat 4°35'57.41" S Lon 37°38'49.51" W	110°: Lat 4°36'32.25" S Lon 37°39'10.49" W	115°: Lat 4°37'10.38" S Lon 37°39'21.19" W
120°: Lat 4°37'47.79" S Lon 37°39'35.36" W	125°: Lat 4°38'26.91" S Lon 37°39'49.09" W	130°: Lat 4°38'59.24" S Lon 37°40'13.97" W	135°: Lat 4°39'36" S Lon 37°40'34.86" W	140°: Lat 4°40'25.89" S Lon 37°40'47.26" W	145°: Lat 4°40'52.72" S Lon 37°41'22.33" W	150°: Lat 4°41'20.5" S Lon 37°41'57.24" W	155°: Lat 4°41'32.45" S Lon 37°42'40.84" W	160°: Lat 4°42'2.52" S Lon 37°43'16.41" W	165°: Lat 4°42'25.19" S Lon 37°43'56.91" W	170°: Lat 4°42'44.43" S Lon 37°44'40.04" W	175°: Lat 4°43'14.12" S Lon 37°45'24.27" W
180°: Lat 4°43'20.99" S Lon 37°46'13" W	185°: Lat 4°43'14.12" S Lon 37°47'1.73" W	190°: Lat 4°43'3.11" S Lon 37°47'49.27" W	195°: Lat 4°42'43.51" S Lon 37°48'34.02" W	200°: Lat 4°42'24.81" S Lon 37°49'17.72" W	205°: Lat 4°41'49.64" S Lon 37°49'53.21" W	210°: Lat 4°42'9.79" S Lon 37°50'57.32" W	215°: Lat 4°41'19.91" S Lon 37°51'22.78" W	220°: Lat 4°40'40.42" S Lon 37°51'50.98" W	225°: Lat 4°39'19.23" S Lon 37°51'34.32" W	230°: Lat 4°37'49.14" S Lon 37°50'48.19" W	235°: Lat 4°36'43.56" S Lon 37°50'50.88" W
240°: Lat 4°36'15.34" S Lon 37°50'9.92" W	245°: Lat 4°35'54.23" S Lon 37°50'20.94" W	250°: Lat 4°35'32.25" S Lon 37°50'30.07" W	255°: Lat 4°35'9.56" S Lon 37°50'37.25" W	260°: Lat 4°34'46.34" S Lon 37°50'42.41" W	265°: Lat 4°34'27.71" S Lon 37°50'51.42" W	270°: Lat 4°33'58.98" S Lon 37°51'38.9" W	275°: Lat 4°33'27.77" S Lon 37°52'10.83" W	280°: Lat 4°32'55.98" S Lon 37°52'11.42" W	285°: Lat 4°32'16.48" S Lon 37°52'36.71" W	290°: Lat 4°31'32.17" S Lon 37°52'57.58" W	295°: Lat 4°31'5.6" S Lon 37°52'25.95" W
300°: Lat 4°30'52.84" S Lon 37°51'36.41" W	305°: Lat 4°30'30.89" S Lon 37°51'11.11" W	310°: Lat 4°29'50.54" S Lon 37°51'10" W	315°: Lat 4°29'25.68" S Lon 37°50'47.15" W	320°: Lat 4°29'2.9" S Lon 37°50'22.21" W	325°: Lat 4°28'11.29" S Lon 37°50'17.2" W	330°: Lat 4°27'34.97" S Lon 37°49'55.39" W	335°: Lat 4°27'8.52" S Lon 37°49'24.99" W	340°: Lat 4°26'35.57" S Lon 37°48'54.88" W	345°: Lat 4°25'46.55" S Lon 37°48'25.35" W	350°: Lat 4°24'54.89" S Lon 37°47'49.23" W	355°: Lat 4°24'43.87" S Lon 37°47'1.71" W

Distância por radial											
0°: 17.07	5°: 15.16	10°: 16.19	15°: 17.07	20°: 17.65	25°: 17.5	30°: 17.65	35°: 17.65	40°: 17.5	45°: 17.5	50°: 17.36	55°: 17.5



60°: 17.5	65°: 17.36	70°: 16.77	75°: 16.77	80°: 16.63	85°: 16.48	90°: 17.07	95°: 16.48	100°: 14.28	105°: 14.14	110°: 13.84	115°: 13.99
120°: 14.14	125°: 14.43	130°: 14.43	135°: 14.72	140°: 15.6	145°: 15.6	150°: 15.75	155°: 15.45	160°: 15.89	165°: 16.19	170°: 16.48	175°: 17.21
180°: 17.36	185°: 17.21	190°: 17.07	195°: 16.77	200°: 16.63	205°: 16.04	210°: 17.5	215°: 16.63	220°: 16.19	225°: 13.99	230°: 11.06	235°: 8.86
240°: 8.42	245°: 8.42	250°: 8.42	255°: 8.42	260°: 8.42	265°: 10.18	270°: 10.03	275°: 11.06	280°: 11.21	285°: 12.23	290°: 13.26	295°: 12.67
300°: 11.5	305°: 11.21	310°: 11.94	315°: 11.94	320°: 11.94	325°: 13.11	330°: 13.7	335°: 13.99	340°: 14.58	345°: 15.75	350°: 17.07	355°: 17.21

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.28 kW


Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536500009092001	0000	Decreto	PR	01/04/2002	02/04/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
535600040062014	777	Despacho	MC	19/11/2014	04/12/2014	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536500009092001	11	Decreto	PR	01/04/2002	02/04/2002	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
536500009092001	366	Decreto Legislativo	CN	28/11/2002	29/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000276122009	31	Despacho	MC	22/01/2010		Advertência	Jurídico
530000307282010	566	Portaria	MC	04/11/2010	16/03/2011	Multa	Jurídico
530000467832011	636	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jurídico
530000493332012	2726	Portaria	MC	28/12/2012	03/06/2013	Consignação de TVD	Jurídico
530000493332012	8239	Ato	ORLE	24/12/2013	27/12/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535600040062014	777	Despacho	MC	19/11/2014	04/12/2014	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
530000493332012 45	317	Ato	MCTIC	03/12/2019	26/02/2020	Outros Atos Jurídico	Jurídico
53500.008832/202 1-32	1085	Ato	ORLE	18/02/2021	19/03/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	






BOM DIA

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.704.007/0001-45											
FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DÉBORA VALENTE GURGEL BARBOSA	223.648.333-53	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA TESOUREIRA)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 20/11/2023

Hora: 09:04:24



BOM DIA

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 209.514.693-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA	209.514.693-04	RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Diretor (SÓCIA GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati
		RADIO SINAL DE ARACATI LTDA	07.402.423/0001-87	Sócio	19600	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Aracati

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 20/11/2023

Hora: 09:05:22

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



BOM DIA

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 618.825.853-72											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GUILHERME BISMARCK	618.825.853-72	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	CE	Aracati
		FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE	04.704.007/0001-45	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	CE	Aracati

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 20/11/2023

Hora: 09:06:40



BOA TARDE
Tiane Aimi Severo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [tiane.mc](#) - Tiane Aimi Severo Data: 11/07/2023 Hora: 15:04:07



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA



Nº 0000000782

Razão Social

FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000450143

C.N.P.J.: 04704007000145

Bairro

CENTRO

CEP

62800000

Localizado R ADOLFO CAMINHA, 247 - - ARACATI-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

17456 - FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

Endereço

R ADOLFO CAMINHA, 247

Documento

C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

CENTRO ARACATI-CE CEP: 62800000

No. Requerimento

0000000782/2023

Natureza jurídica

Pessoa Juridica

CERTIDÃO

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão, de responsabilidade do contribuinte acima identificado, CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe em aberto nesta prefeitura quaisquer débitos tributários e não tributários municipais.

ARACATI-CE, 31 DE AGOSTO DE 2023

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 28/11/2023

COD. VALIDAÇÃO 0000000782



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
SECRETARIA DE FINANÇAS



VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2023 / 0000000782

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 04.704.007/0001-45

DATA DE EMISSÃO: 31/08/2023

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 28/11/23
ARACATI-CE, 31 DE AGOSTO DE 2023

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET
em 20/11/23 às 13:58:05



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA

Fundação de Direito Privado

Processo nº: 53900.062860/2016-25

Interessada/Outorgada: Fundação Vale do Jaguaribe

CNPJ nº 04.704.007/0001-45

Município: Aracati

Estado: Ceará

Data de recebimento da notificação (90 dias): se aplica

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 16/12/2017

Período da outorga a ser renovado: 16/12/2017 a 16/12/2032

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10490067 pg. 7 a 9 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia 24/10/2022	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 (Super nº 11088878 11088883 11088892) assinada pelos atuais diretores; 1º requerimento apresentado: 2500311 pg. 3 e 4 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia 15/12/2017

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
2. Ata registrada;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10490067 pg.12, 13 e 15 Mandato 24/05/2021 a 24/05/2026	- Arts. 112 e 113 do Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Atas anteriores: 2500311 pg. 29 e 30 Mandato 24/05/2016 a 24/05/2021
3. Certidão emitida pelo órgão de registro;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10490067 pg.18 e 19 22/07/2022	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Checklist 11223225

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 111

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

4. Comprovante de nacionalidade dos dirigentes;	(X) Sim () Não () Não se aplica	<p>Diretora Presidente 10490067 pg. 21 e 22 Gláucia Barbosa Pinheiro Maia</p> <p>Diretor Vice Presidente 10490067 Pág.23 Guilherme Bismarck</p> <p>Diretor Tesoureiro 10490067 Pg. 24 Germana Vasconcelos Pinheiro</p>	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	-
---	---	---	--	---

Documentos da IES	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10916946 pg. 6 a 8 Vigência do Instrumento Indeterminado	- Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	-
6. Documento de identificação do representante da IES;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10916946 pg. 9	- Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	-
7. Comprovante de credenciamento junto ao Mec - e-Mec ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006038	- Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	-

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
8. CNPJ ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 1 Emitida em 20/11/2023	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Certidão da Fazenda federal ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 2 Válida até 18/05/2024	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1> / pg. 112

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

10. Certidão da Fazenda estadual;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 3 Válida até 18/02/2024	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Certidão da Fazenda municipal;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11224401 pg. 1 e 2 Válida até 28/11/2023	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
12. Fistel ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 4 Válida até 20/12/2023	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
13. FGTS ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg. 5 Válida até 15/12/2023	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
14. Justiça do Trabalho ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223214 pg.6 Válida até 18/05/2024	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
15. Decreto Presidencial - Pasta jurídica, DOU ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006320 pg. 6 Decreto de 01/04/2002 publicado no DOU em 02/04/2002		- (Pasta jurídica, DOU); Portaria de Renovação nº nº NNNN de DD/MM/AAAA publicado no DOU em DD/MM/AAAA
16. Decreto Legislativo/Presidencial - Pasta jurídica, DOU ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006320 pg. 5 Decreto Legislativo nº 366 de 28/11/2002 publicado no DOU em 29/11/2002		- (Pasta jurídica, DOU); Decreto Legislativo de Renovação nº nº NNNN de DD/MM/AAAA publicado no DOU em DD/MM/AAAA
17. Contrato com a União - Pasta jurídica, DOU ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11006320 pg. 1 a 4 Extrato do Contrato de 11/12/2002 publicado no DOU em 16/12/2002		
18. Licença de funcionamento da estação - Mosaico - Licenciamento ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223369 Emitida em 09/03/2023 Válida até 02/04/2032	-Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1> / pg. 113

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Documentos	Conformidade	Super nº	Base Legal	Observações
19. Relatório do Canal - Mosaico ;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11223376	-	-
20. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11044281	-	-
21. Limites - Siacco ;	() Sim () Não () Não se aplica	11223473 Atualizar	- Art. 12 do Decreto- Lei nº 236, de 1967	-

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.

Analizado por:	Data:
Nome Donizetti José dos Santos Cargo Engenheiro de Telecomunicações	20/11/2023



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos Engenheiro de Telecomunicações**, em 20/11/2023, às 08:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11223229** código CRC **45509556**

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 11223229

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1> / pg. 114



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.062860/2016-25.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

ASSUNTO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DESONS E IMAGENS OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administrativo trata de pedido formulado pela Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao FISTEL nº 50411173308, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, *ex officio* por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então [Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).
3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo [Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017](#), e pelo [Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021](#). No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018 e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo [Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023](#)), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).
4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:
 - a) *Checklist* 10419139), que concluiu pelo envio do Ofício nº 24666/2022/MCOM (10419325), encaminhado via Correspondência Eletrônica (10423545);
 - b) *Checklist* 10839289), que concluiu pelo envio do Ofício nº 8767/2023/MCOM (10841764), encaminhado via Correspondência Eletrônica (10906602).
5. Por fim, emitiu-se o *Checklist* Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".
6. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

7. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 15 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por decreto, subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, posteriormente enviado ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 2º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
8. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 1963](#).
9. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 21991 (14266322)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 115



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

10. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31-A, § 12 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, **caput** [Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**

13. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 16/12/2017, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na [Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente o art. 3º, **caput** §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

de 1963.

17. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#). Acostou, também, certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

18. A Interessada e os seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), conforme consulta (11223473) realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), em 20/11/2023.

Pessoa Jurídica (Entidade)

Nome	CNPJ	Serviço	UF	Município	Quantidade no Siacco	Limite Legal Máximo	Base Legal	Status da Análise	Observação
Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	TV	CE	Jaguaribe	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

Pessoas Físicas (Diretores/Dirigentes)

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Glaucia Barbosa Pinheiro Maia	209.514.693-04	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretora Presidente	TV	CE	Aracati	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem
Glaucia Barbosa Pinheiro Maia	209.514.693-04	Rádio Sinal de Aracati Ltda	07.402.423/0001-87	Sócia Diretora Presidente	FM	CE	Aracati	1 (uma) FM	6 (seis) FM Local	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso I, alínea "a"	OK	Não Tem

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Guilherme Bismarck	618.825.853-72	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretor Vice Presidente	TV	CE	Aracati	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Germana Vasconcelos Pinheiro	002.002.753-41	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretora Tesoureira	TV	CE	Aracati	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

19. Observa-se, segundo dados extraídos do SIACCO, que a Interessada explora o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na seguinte localidade: Aracati, estado do Ceará.

20. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10916946, fls. 6 a 8), atendendo-se, dessa forma, à legislação.

21. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11223376), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Ademais, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11044281), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

22. Observa-se, ainda, que constam nos autos certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias (11223214 e 11224401). Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 21991 (11206322)

SEI 55500-662630/2016-25 / pg. 117

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

23. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

24. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

25. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

27. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (11223369), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

28. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

29. Oportunamente, destaca-se que, antes da assinatura do termo aditivo de renovação prevista pelo art. 115 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e o início dos efeitos legais decorrentes da deliberação do Congresso Nacional, deverá ocorrer a atualização dos documentos que certifiquem a situação regular da Interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

CONCLUSÃO

30. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) remessa dos autos à **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do art. 11 da [Lei](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 21991 (11266322)

SEI 55500.662800/2016-25 / pg. 118

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

[Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;](#)

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

c) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

31. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de R** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

32. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa** Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação de Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 13/05/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos**, **Engenheiro de Telecomunicações**, em 13/05/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 13/05/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11263922** e o código CRC **4829EDEA**

Minutas e Anexos

Checklist (11223229);

Minuta de Decreto Presidencial (11263897); e

Minuta de Exposição de Motivos (11263904).

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263922



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 21991 (11263922)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 119

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA DE DECRETO PRESIDENCIAL

DECRETO Nº _____, DE _____ DE 2023.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso IV, e o art. 223, **caput** da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16/12/2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T,, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, _____ de _____ de _____; _____º da Independência e _____º da República.

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Minuta de Decreto Presidencial (1128339)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 120

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos**
Telecomunicações em 18/12/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e
em 18/12/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**
Coordenadora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
em 18/12/2023, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11263897** código CRC **68B62950**

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263897



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Minuta de Decreto Presidencial (11263897)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 121

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº ____/____/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366 de 2002, publicado em 29/11/2002, e, conforme contrato firmado com a União publicado em 16/12/2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

@NOME DO MINISTRO@

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efd150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Minuta de Exposição de Motivos (11203504)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 122

efd150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miranda**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 18/12/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos**, **Engenheiro de Telecomunicações**, em 18/12/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/12/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/12/2023, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11263904** código CRC **E4BCEF29**

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263904



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Minuta de Exposição de Motivos (11263904)

SEI 53900:062860/2016-25 / pg. 123

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 000.062860/2016-25

Interessado: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

Assunto: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS PARA OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 21991 (11263922), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Remessa dos autos à **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do art. 11 da [Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993](#);

b) Posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

c) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para serem adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, e que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 24 de maio de 2016, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Despacho DEP-CD (1128/024)

SEI 00000.002860/2016-25 / pg. 124

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11287024** código CRC **14F04E30**

Minutas e Anexos

Minuta de Decreto Presidencial (11263897)

Minuta de Exposição de Motivos (11263904)

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11287024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Despacho DEFOB (11287024)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 125

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45854/2024/MCOM

Brasília, 02 de janeiro de 2024

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)

Senhor Consultor Jurídico,

De ordem, cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a qual trata de pedido formulado pela Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao FISTEL nº 50411173308, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos Assis** em 02/01/2024, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11297566** código CRC **FB5C483B**

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11297566



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício Interno 45854 (11297566)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 126

efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORAS exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

I – Renovação da outorga do **serviço de radiodifusão e imagens** fins exclusivamente **educativos** localidade de **Aracati**, estado do **Ceará**, referente ao período de **16/12/2017 a 16/12/2032** da **FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE**.

II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)** viu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **sem embargo de serem observadas as exigências constantes dos parágrafo deste parecer.**

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, ~~caput~~ §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado *ex officio* pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no ~~§ 1º do seu art. 48~~ **Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015**, entidade denominada **FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE** objetivando à renovação da outorga do **serviço de radiodifusão e imagens**, com fins exclusivamente **educativos** localidade de **Aracati**, estado do **Ceará**, e ao período de **16 de dezembro de 2017 de dezembro de 2032**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)**, da de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE

(...)

11. *No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O **Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002** (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, com a Lei nº 13.424/2017, de 2017, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de do início do prazo de validade da outorga.*

12. *Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação em 16/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de*



outorga foi apresentado **tempestivamente**;

3. Considerando a **tempestividade** do requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica **"pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga"**

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no **art. 11, inciso I, Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1965** e no **art. 11, inciso IV, Anexo II do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2020** (Opinião Consultiva Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da **Lei nº 9.784/99**, que regula o **processo administrativo** da **Administração Pública Federal**, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. **A duas**, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. **A três**, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União** assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspectos de ordem técnica deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opiniões e recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento"

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela **Lei nº 13.424/2017**, que alterou as **Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/2020**, e pelo **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão sonora e de sons e imagens** do **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A **Constituição Federal de 1988** prevê, na **alínea "a" do inciso XII** de seu **art. 21**, que **"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão de [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"**.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão** nos termos do **art. 22, IV, in fine** da **Constituição Federal**. Tendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto do **Lei nº 4.117/1962** Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu **art. 33**, que **"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"**.

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223**, **caput e parágrafos**, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, **"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"**.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII** da **Carta Republicana de 1988**. O Poder Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações**, em suas previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67º**, **"o direito a renovação decorre do cumprimento da empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das condições técnicas, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público"**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc/150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Protocolo nº 00045/2024/CONJUR/MC/M/CEJ/AGU (1133684)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 128



150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

15. A questão também é abordada no **art. 2º da Lei nº 5.785/1972**, preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão **"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Ra dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências leg bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"**.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º do art. 33** do diploma legal em questão, com a redação dada pela **Lei nº 13.424/2017** **prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, períodos sucessivos e iguais"**.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, **Lei nº 5.785/1972** determina que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo **durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga**. A redação, dada ao **art. 4º da Lei nº 13.424/2017** complementa, prevê o **§ 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972** **"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"**.

18. Já o **art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** **"instruídos com parecer do Departamento Nacional Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, ren declarando-a peremptória"**. A regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967**, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, qual, por força do **art. 23, II, da Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023** é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795/1963**, instituiu o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus **arts. 112 e 113 (II)**, **define dos pedidos de renovação de outorga**ará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023**, com a edição da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**, saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo **Título, Capítulo I**, por seu turno, relativo à **renovação da outorga** dispõe:

"TÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a **renovação do prazo da concessão ou da permissão** requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, o encaminhar o requerimento de **renovação** constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de **renovação** no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na **renovação** noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o r **renovação**, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de de prazos previstos no caput e no § 2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada, forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de t regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apura infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de **renovação**, com a manifestação conclusiva da Sec Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer p Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://inteligenciaautenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

DocId: 00045/2024/CONFER/MCOM/CEU/AGU (11336864)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 129

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, I)

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão sonora e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprova a renovação da entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos a outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, para observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências necessárias para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)** entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023** nas normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo **deferimento** presente processo de renovação da outorga do **serviço de radiodifusão sonora e imagens**, em fins exclusivamente **educativos** localidade de **Aracati**, Estado do **Ceará**, referente ao período de **16 de dezembro de 2016 a 16 de dezembro de 2032** interesse da **FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE**.

24. Segundo informou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922)** a outorga em questão foi conferida com a edição do **Decreto nº 11 de abril de 2002** publicado no DOU de 02/04/2002 (**11006320 pg. 6** e do **Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002** publicado no DOU de 29/11/2002 (**11006320 pg. 5**) e o **Extrato do Contrato** publicado no DOU de **16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4**

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do **prazo de validade da outorga de publicação** do **Extrato do Contrato** observância aos preceitos previstos no **art. 31-A, § 12[1] do Decreto nº 52.795, de 1963**

26. No que pertine à **recepção** do presente pleito, que abarca o período de **2017 a 2032** serviu a SECOE tratar-se de processo instaurado **ex officio** em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no **§ 1º** do seu **art. 48[2]** **Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015** e **34[3]** a mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em **15/12/2016 (11260031)** visando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no **art. 4º caput da Lei nº 5.785, de 1972** que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, **in casu**, entre **16/12/2016 e 16/12/2017**

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (**SUPER 11223229**

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113[4] Regulamento de Serviços de Radiodifusão** recentemente alterado pelo **Decreto nº 10.775/2021** entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021** estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório **[2]**.

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Uso: n. 0045/2024/CONFER-MCOM/CEU/AGU (1133664)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 130



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio da Portaria nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de junho de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento. "

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos pela autoridade competente em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e § 1º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do processo em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às partes. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério da Comunicação justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, do art. 186 do Decreto nº 52.795, de 1963

32. Com efeito, foi juntado o requerimento de renovação de 250031, acompanhado das declarações previstas no art. 11º, inciso XI do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 e 10.775/2021, também a certidão simplificada do documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067)

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12º do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473)

34. Em observância ao art. 134, caput, §§ 4º e 5º, Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376) formando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281)

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou:

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401)
- certidão da Receita Federal (11223214) Caixa Econômica Federal (11223214) Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214) comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214) atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Protocolo nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CEJ/AGU (1133684)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 131

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020** alterou o **Decreto nº 52.795/1963** de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023**.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (**art. 36, § 3º Lei nº 4.117/1962** como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme **art. 6º parágrafo único Lei nº 4.117, de 1962**, é comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (**11223369**), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em **09/03/2023** em validade até **02/04/2032**.

42. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer fato que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.**

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

44. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada, em conformidade com o que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, qual **"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao serviço objeto da renovação"**

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o **inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93** de **decorrência** do qual remanesce **"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"**.

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] **"Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão o formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo de vigência, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista no art. 112, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021)**

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estejam arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc/150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

CEI 53900.062860/2016-25 / pg. 132



IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada;
c) nenhuma das pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido pelo limite pela legislação;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, por crime de improbidade administrativa, conforme a Lei Complementar nº 64, de 1990.

[1] **Art. 31-A.** Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica contratada deverá:

(...)

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)

[2] **Art. 48.** Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria.

[3] **Art. 33.** O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Comissão de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ; e

III - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação e apresentar a documentação requerida e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga.

[4] **Art. 113.** O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, bem como de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação para a renovação da outorga. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada;
c) nenhuma das pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido pelo limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc/150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

BRASIL 2024/CONJUR-MC/M-CE/AGU (1133664)

BRASIL 53900.062860/2016-25 / pg. 133



(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema receptor; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto no inciso I e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente ao vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é obrigatória para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a necessidade de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Protocolo nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CEJ/AGU (1133684)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 134

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

ese/n: 00045/2024-CONJUR-MCOM/CEU/AGU (1133664)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 135



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.
4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Despacho n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11336664)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 136

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Despacho n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1133664)

Despacho 53900.062860/2016-25 / pg. 137

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 25 de janeiro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 2002, publicado em 29 de novembro de 2002, e, conforme contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso IV, e o art. 223, **caput** da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposição de Motivos 75 - Renovação TVE (1391350)

SEF53900.062860/2016-25 / pg. 138

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; º da Independência e º da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 02/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11331560** código CRC **4CCB23C8**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11331560



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposição de Motivos 75 Renovação TVE (11331560)

SEP 53900.062860/2016-25 / pg. 139

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46589/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 75/2024 (11331560)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11330864), encaminho a Exposição de Motivos nº 75/2024 (11331560), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 31/01/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11331572** código CRC **875D580E**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11331572



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício Interno 46589 (11331572)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 140

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46912/2024/MCOM

Brasília, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11331560)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Parecer nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11330864), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 75/2024(11331560), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos Assis** em 05/02/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11358786** código CRC **A2D7AC85**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11358786



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Ofício Interno 46912 (11331560)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 141

efe150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Brasília, 7 de Fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 2002, publicado em 29 de novembro de 2002, e, conforme contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposição de Motivos nº 00136/2024 MCOM (11384346)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 142

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

DECRETO DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto, de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; º da Independência e º da República.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposição de Motivos nº 00136/2024-MECOM (11384340) - SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 143

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2a2ac1>

Exposição de Motivos nº 00136/2024-MEOM (11384346) - SEI 99900.062860/2016-25 / pg. 144

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2a2ac1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO
SONORA, com fins exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

- I – Renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.
- II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.
- III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, conforme NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de serem observadas as exigências constantes dos parágrafos 44 e 45 deste parecer.
- V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2a2ac1>

Exposição de Motivos nº 00136/2024-MCOM (11384340)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 145

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2a2ac1

Trata-se de processo administrativo instaurado ex officio pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no § 1º do seu art. 48 da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, em nome da entidade denominada FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE (...)

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31- A, § 12 do Decreto nº 52.795, de 1963, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado tempestivamente." (destacamos)

3. Considerando a tempestividade do requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica "pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga" (grifamos).

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.



7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à



renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus arts. 112 e 113 [1], o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, republicada com a edição da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo Título I, Capítulo I, por seu turno, relativo à renovação da outorga, assim dispõe:

"TÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposição de Motivos nº 00136/2024-MCOM (11384340) - SEI 33900.062860/2016-25 / pg. 148

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo da concessão ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput) art. 34, I)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018,

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput) I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)



II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023, e demais normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do presente processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

24. Segundo informou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a outorga em questão foi conferida com a edição do Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5), tendo o Extrato do Contrato sido publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4).

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do prazo de validade da outorga a data de publicação do citado Extrato do Contrato, em observância aos preceitos previstos no art. 31-A, § 12[1], do Decreto nº 52.795, de 1963.

26. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o período de 2017 a 2032, observou a SECOE tratar-se de processo instaurado ex officio em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no § 1º do seu art. 48[2] da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, c/c os arts. 33 e 34[3] da mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em 15/12/2017 (2500311), visando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no art. 4º, caput da Lei nº



5.785, de 1972 , que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, in casu, entre 16/12/2016 e 16/12/2017.

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 11223229).

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 [4] do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n° 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório[2].

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:
" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica n° 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria n° 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício n° 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto n° 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto n° 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias n° 3.238, de 2018, e n° 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom n° 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica n° 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação ' está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.' ” (destacamos)

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei n° 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em



decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795, de 1963.”

32. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga (2500311), acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473).

34. Em observância ao art. 134, caput e §§ 4º e 5º, da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, instruindo o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8 .

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281).

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou :

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401);
- certidão da Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de



instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (11223369), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

42. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

44. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação".

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] “Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposição de Motivos nº 001/30/2024-MECOM (11384340)

SEI 93900.062860/2016-25 / pg. 153

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990."

[1] "Art. 31-A. Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica apta à contratação deverá:

(...)

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)" (destacamos)



[2] “Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria.”

[3] Art. 33. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ; e

III - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação do requerimento e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga.”

[4] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;(Incluído



pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b) III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)



§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposições de Motivos nº 00136/2024-MCOM (11384340)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 157

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.
4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Exposições de Motivos nº 00136/2024-MCOM (1364340)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 158

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4452/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.062860/2016-25

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 08/02/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11364907** código CRC **765D6E6B**

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11364907



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2861>

Ofício 4452 (11364907)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 160

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2861

EM nº 00136/2024 MCOM

Brasília, 7 de Fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto de 1º de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 2002, publicado em 29 de novembro de 2002, e, conforme contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

DECRETO DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no processo nº 53900.062860/2016-25 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto, de 1º de abril de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002 e, contrato firmado com a União publicado em 16 de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; ° da Independência e ° da República.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO
SONORA, com fins exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

I – Renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, conforme NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de serem observadas as exigências constantes dos parágrafos 44 e 45 deste parecer.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Trata-se de processo administrativo instaurado ex officio pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no § 1º do seu art. 48 da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, em nome da entidade denominada FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE (...)

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31- A, § 12 do Decreto nº 52.795, de 1963, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado tempestivamente." (destacamos)

3. Considerando a tempestividade do requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica "pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga" (grifamos).

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.



7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.



14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus arts. 112 e 113 [1], o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, republicada com a edição da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo Título I, Capítulo I, por seu turno, relativo à renovação da outorga, assim dispõe:

“TÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I
DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo da concessão ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput) art. 34, I)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018,

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de preempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A preempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023, e demais normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do presente processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

24. Segundo informou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a outorga em questão foi conferida com a edição do Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5), tendo o Extrato do Contrato sido publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4).

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do prazo de validade da outorga a data de publicação do citado Extrato do Contrato, em observância aos preceitos previstos no art. 31-A, § 12[1], do Decreto nº 52.795, de 1963.

26. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o período de 2017 a 2032, observou a SECOE tratar-se de processo instaurado ex officio em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no § 1º do seu art. 48[2] da Portaria nº



4.335, de 17 de setembro de 2015 , c/c os arts. 33 e 34[3] da mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em 15/12/2017 (2500311), visando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972 , que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, in casu, entre 16/12/2016 e 16/12/2017.

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 11223229).

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 [4] do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório[2].

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação ' está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.'
" (destacamos)

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).



15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795, de 1963.”

32. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga (2500311), acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473).

34. Em observância ao art. 134, caput e §§ 4º e 5º, da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, instruindo o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8 .

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281).

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou :

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401);
- certidão da Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por



outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (11223369), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

42. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

44. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação".

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] “Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.”



[1] “Art. 31-A. Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica apta à contratação deverá:

(...)

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)” (destacamos)

[2] “Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria.”

[3] Art. 33. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ; e

III - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação do requerimento e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga.”

[4] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b) III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e



(Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.
4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, com fins exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

I – Renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.

III- Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, conforme NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de serem observadas as exigências constantes dos parágrafos 44 e 45 deste parecer.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII- Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado *ex officio* pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no § 1º do seu art. 48 da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, em nome da entidade denominada FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE

(...)

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002 publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31-A, § 12 do Decreto nº 52.795, de 1963, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

outorga foi apresentada tempestivamente (destacamos)

3. Considerando a tempestividade do requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica “pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga” (grifamos).

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto no 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, q u e "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela res, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidadesacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua encia".



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus arts. 112 e 113 [1], o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, republicada com a edição da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo Título I, Capítulo I, por seu turno, relativo à renovação da outorga, assim dispõe:

“TÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I
DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo da concessão ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Sultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

art. 34, I) I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018,

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizados as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III- incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III- se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023, e demais normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do presente processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

24. Segundo informou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a outorga em questão foi conferida com a edição do Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5), tendo o Extrato do Contrato sido publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4).

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do prazo de validade da outorga a data de publicação do citado Extrato do Contrato, em observância aos preceitos previstos no art. 31-A, § 12[1], do Decreto nº 52.795, de 1963.

26. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o período de 2017 a 2032 observou a SECOE tratar-se de processo instaurado *ex officio* em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no § 1º do seu art. 48[2] da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, c/c os arts. 33 e 34[3] da mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em 15/12/2017 (2500311), visando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, *in casu*, entre 16/12/2016 e 16/12/2017.

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 11223229).

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 [4] do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório[2].

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epígrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação ‘ está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento. ’ ” (destacamos)

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795, de 1963."

32. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga (2500311), acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473).

34. Em observância ao art. 134, caput e §§ 4º e 5º, da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, instruindo o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8.

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281).

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou :

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401);

- certidão da Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.

37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.



38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (11223369), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

42. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

44. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "*Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação*".

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "*a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação*".

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] "Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III- (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII- prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII- prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI- declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990."

[1] "Art. 31-A. Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica apta à contratação deverá:

(...)

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)" (destacamos)

[2] "Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria."

[3] Art. 33. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;

II- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ; e

III- relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação do requerimento e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga."

[4] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III- (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII- prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII- prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI- declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;



(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.
4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR- MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.062860/2016-25.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

ASSUNTO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DESONS E IMAGENS OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administrativo trata de pedido formulado pela Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao FISTEL nº 50411173308, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, *ex officio* por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então [Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).
3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo [Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017](#), e pelo [Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021](#). No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018 e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo [Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023](#)), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).
4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:
 - a) *Checklist* 10419139), que concluiu pelo envio do Ofício nº 24666/2022/MCOM (10419325), encaminhado via Correspondência Eletrônica (10423545);
 - b) *Checklist* 10839289), que concluiu pelo envio do Ofício nº 8767/2023/MCOM (10841764), encaminhado via Correspondência Eletrônica (10906602).
5. Por fim, emitiu-se o *Checklist* Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".
6. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

7. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 15 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por decreto, subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, posteriormente enviado ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 2º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
8. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 1963](#).
9. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 21991/2023/SEI-MCOM

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 1



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

10. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31-A, § 12 do [Decreto nº 52.795, de de 1963](#), a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, **caput** [Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**

13. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 16/12/2017, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na [Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente o art. 3º, **caput** §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1> Nota Técnica 21991 (14263522) SEI 55506.062860/2016-25 / pg. 2



efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

de 1963.

17. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#). Acostou, também, certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

18. A Interessada e os seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), conforme consulta (11223473) realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), em 20/11/2023.

Pessoa Jurídica (Entidade)

Nome	CNPJ	Serviço	UF	Município	Quantidade no Siacco	Limite Legal Máximo	Base Legal	Status da Análise	Observação
Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	TV	CE	Jaguaribe	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

Pessoas Físicas (Diretores/Dirigentes)

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Glaucia Barbosa Pinheiro Maia	209.514.693-04	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretora Presidente	TV	CE	Aracati	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem
Glaucia Barbosa Pinheiro Maia	209.514.693-04	Rádio Sinal de Aracati Ltda	07.402.423/0001-87	Sócia Diretora Presidente	FM	CE	Aracati	1 (uma) FM	6 (seis) FM Local	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso I, alínea "a"	OK	Não Tem

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Guilherme Bismarck	618.825.853-72	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretor Vice Presidente	TV	CE	Aracati	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

Nome	CPF	Entidade	CNPJ	Cargo	Serviço	UF	Município	Quantidade	Limite Máximo	Base Legal	Status	Observação
Germana Vasconcelos Pinheiro	002.002.753-41	Fundação Vale do Jaguaribe	04.704.007/0001-45	Diretora Tesoureira	TV	CE	Aracati	1 (uma) TV	2 (duas) por Estado	Decreto-Lei nº 236, de 1967 , art. 12, inciso 2	OK	Não Tem

19. Observa-se, segundo dados extraídos do SIACCO, que a Interessada explora o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na seguinte localidade: Aracati, estado do Ceará.

20. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10916946, fls. 6 a 8), atendendo-se, dessa forma, à legislação.

21. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11223376), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Ademais, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11044281), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

22. Observa-se, ainda, que constam nos autos certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias (11223214 e 11224401). Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nova Técnica 21991 (14263522)

SEI 55906.062860/2016-25 / pg. 3

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

23. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

24. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

25. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

27. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (11223369), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

28. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

29. Oportunamente, destaca-se que, antes da assinatura do termo aditivo de renovação prevista pelo art. 115 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e o início dos efeitos legais decorrentes da deliberação do Congresso Nacional, deverá ocorrer a atualização dos documentos que certifiquem a situação regular da Interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

CONCLUSÃO

30. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) remessa dos autos à **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do art. 11 da [Lei](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota Técnica 21991 (14263522)

SEI 55506-062660/2016-25 / pg. 4

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

[Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;](#)

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

c) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

31. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de R** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

32. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa** Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação de Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 13/11/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos**, **Engenheiro de Telecomunicações**, em 13/11/2023, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 13/11/2023, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11263922** e o código CRC **4829EDEA**

Minutas e Anexos

Checklist (11223229);

Minuta de Decreto Presidencial (11263897); e

Minuta de Exposição de Motivos (11263904).

Referência: processo nº 53900.062860/2016-25

Documento nº 11263922



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efcd150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nóda Técnica 21991 (11263922)

SEI 53900.062860/2016-25 / pg. 5

efcd150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADAS: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA, com
fins exclusivamente educativos. VIABILIDADE

EMENTA:

I - Renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins
exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de
16/12/2017 a 16/12/2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

II - Possibilidade prevista no art. 223, caput e § 3º, da Constituição da República,
regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei
nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado
pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº
9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21, bem como o disposto no Decreto-Lei nº 236, de
28 de fevereiro de 1967, e, ainda, na Portaria nº 4.335/2015 e nas Portarias nº 3.238, de 2018,
e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, consolidadas pela Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1,
de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 5/6/2023.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE,
conforme NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), que concluiu pela presença
das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da
documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de serem
observadas as exigências constantes dos parágrafos 44 e 45 deste parecer.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

- V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações.
Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado ex officio pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, com base no disposto no § 1º do seu art. 48 da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, em nome da entidade denominada FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE (...)

11. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Vale do Jaguaribe a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de 28 de novembro de 2002, publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4). Oportuno registrar que, conforme art. 31- A, § 12 do Decreto nº 52.795, de 1963, a data de publicação do Extrato do Contrato é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

12. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 15/12/2017, acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o



correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 16/12/2016 e 16/12/2017. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado tempestivamente." (destacamos)

3. Considerando a tempestividade do requerimento de renovação em apreço, opinou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica "pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga" (grifamos).

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.



8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da



Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.



19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema, e, de acordo com seus arts. 112 e 113 [1], o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

20. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, republicada com a edição da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo Título I, Capítulo I, por seu turno, relativo à renovação da outorga, assim dispõe:

“TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA

(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

CAPÍTULO I

DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

Art. 152. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo da concessão ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XIII; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo XIV; e as fundações de direito privado, o do Anexo XV. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)



§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 153. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 154. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 155. Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput) art. 34, I)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018,

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 156. Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 157. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 158. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)



- II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)
- III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 159. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses:
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

- I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)
- II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)
- III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 158, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

21. Conforme informado pela SECOE em sua aludida NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a entidade interessada instruiu o presente pleito de conformidade com a novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023, e demais normas de regência da matéria.

22. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

23. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do presente processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16 de dezembro de 2017 a 16 de dezembro de 2032, de interesse da FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE.

24. Segundo informou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 21991/2023/SEI-MCOM (11263922), a outorga em questão foi conferida com a edição do Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no DOU de 02/04/2002 (11006320 pg. 6), e do Decreto Legislativo nº 366, de



28 de novembro de 2002 , publicado no DOU de 29/11/2002 (11006320 pg. 5), tendo o Extrato do Contrato sido publicado no DOU de 16/12/2002 (11006320 pg. 1 a 4).

25. Enfatizou a SECOE ter sido considerado como parâmetro para a contagem do início do prazo de validade da outorga a data de publicação do citado Extrato do Contrato, em observância aos preceitos previstos no art. 31-A, § 12[1], do Decreto nº 52.795, de 1963.

26. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o período de 2017 a 2032, observou a SECOE tratar-se de processo instaurado ex officio em 11/11/2016, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), em função do disposto no § 1º do seu art. 48[2] da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 , c/c os arts. 33 e 34[3] da mesma Portaria.

27. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), apresentando petição em 15/12/2017 (2500311), visando à instrução processual, atendendo à Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCOM, dentro, inclusive, do prazo previsto no art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972 , que determina a observância do período entre os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga para tal fim, ou seja, in casu, entre 16/12/2016 e 16/12/2017.

28. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 11223229).

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 [4] do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório[2].

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Os autos foram instaurados em 11/11/2016, ex officio por essa Pasta Ministerial, por meio da Nota Técnica nº 30419/2016/SEI-MCOM (1495032), tendo como referência a então Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, vigente à época, que dispunha sobre os procedimentos de permissão e concessão



para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. A Entidade foi comunicada por meio do Ofício nº 44312/2016/SEI-MCTIC (1495053), encaminhado via Correspondência Eletrônica (1515632).

3. Necessário destacar que, nesse ínterim, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), foi alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021. No mesmo sentido, com a edição das Portarias nº 3.238, de 2018, e nº 2.524, de 4 de maio de 2021, ambas atualmente consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), foi necessária nova instrução processual, que resultou na Nota Técnica nº 25643/2017/SEI-MCTIC (2367507).

4. Por meio de Checklist e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epigrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:

(...)

6. Por fim, emitiu-se o Checklist - Verificação (11223229), no qual se concluiu que a documentação 'está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.' " (destacamos)

31. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11223229).

15. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, especialmente o art. 3º, caput e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

(...)

16. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até



60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795, de de 1963.”

32. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga (2500311), acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10490067).

33. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, conforme consulta realizada em 20/11/2023 (11223473).

34. Em observância ao art. 134, caput e §§ 4º e 5º, da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, comprovou a requerente sua vinculação com instituição de ensino superior, instruindo o processo com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.), conforme doc. SEI nº 10916946, fls. 6 a 8 .

35. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (11223376), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (11044281).

36. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou :

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias (11223214 e 11224401);
- certidão da Receita Federal (11223214), Caixa Econômica Federal (11223214) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel - 11223214), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11223214), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor.



37. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

38. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16[5] da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

39. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

40. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

41. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico (11223369), que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 09/03/2023, com validade até 02/04/2032.

42. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

43. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.



44. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação".

45. Ainda, na oportunidade, deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

46. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] "Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes



que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
 - b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 - c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 - d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 - e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
 - f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990."

[1] "Art. 31-A. Para celebrar o contrato de concessão ou permissão com a União, a pessoa jurídica apta à contratação deverá:

(...)

§ 12. A contagem do prazo da concessão ou permissão será iniciada da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. (Incluído pelo Decreto nº 10.405, de 2020) (Vigência)" (destacamos)

[2] "Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data de publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria."

[3] Art. 33. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Parágrafo único. A SCE instruirá o processo com os seguintes documentos:

- I - contrato da entidade e demais documentos cadastrais;
- II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ; e
- III - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Art. 34. Instaurado o processo, a entidade será notificada para manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação do requerimento e documentos constantes dos Anexos V ou VI, conforme o caso.

§ 1º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, as entidades interessadas poderão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até três meses antes do vencimento da respectiva outorga."

[4] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



- I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
 - XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)”

[5] "Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b) III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)



V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)."

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1388596159 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-01-2024 15:52. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO n. 00131/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Aracati, estado do Ceará, referente ao período de 16/12/2017 a 16/12/2032.
3. Conforme os termos do Parecer, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

4. Já quanto à minuta de decreto proposta, verifico a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

5. Cabe enfatizar, ademais, a ressalva explicitada nos itens 44 e 45 do referido Parecer, no sentido de que se faz necessária a assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, oportunidade na qual deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

6. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO

Procurador da Fazenda Nacional

Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto

CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390488378 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-01-2024 10:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO n. 00138/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.062860/2016-25

INTERESSADOS: FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 45/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 131/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de janeiro de 2024.

Assinado eletronicamente

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900062860201625 e da chave de acesso e7218d6b

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1390999977 e chave de acesso e7218d6b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais:
Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br).
Data e Hora: 24-01-2024 17:18. Número de Série: 65437255745187764576406211080.
Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 15 de fevereiro de 2024

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, para executar, sem direito de exclusividade, de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 136 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique T. Botelho, em 15/02/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4968788 e o código de verificação https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_aceite=1.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SUPER nº 4968788

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2a1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2a1>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 511/2024/GM/CC/PR

Brasília, 15 de fevereiro de 2024, data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a exposição de motivos nº 136/2024-9687820, Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de quinze dias, de dezembro de 2017, da concessão outorgada à JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, nos termos do Decreto de 1º de abril de 2017, e, conforme contrato firmado em 1º de dezembro de 2002, vinculada ao FISTEL nº 50411173308, para executar, sem direito de exclusividade, programas e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão, canal 14, no município de Aracati, estado do Ceará.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete, em 15/02/2024, às 19:13, conforme o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 16/02/2024.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4969023 e o código de segurança https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.062860/2016-25 SUPER nº 4969023

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica

Referência: Exposição de Motivos nº 136/2024 (4968782), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmite do Processo:

Concluir o registro na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo encontra-se em análise na competência do assunto.

DUNCAN FRANK SEMPLÉ
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por Duncan Frank SEMPLÉ, Subsecretário(a), em 19/02/2024, às 20:16, conforme o art. 1º, III, b, da Lei 11.127/2008 e o art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2019, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4973727 e o código de verificação https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=136

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SUPER nº 4973727

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

Nota SAG nº 14/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SUPER Nº 53900.062860/2016-25.

INTERESSADO(A)/CC/PR.

REFERÊNCIA Exposição de Motivos nº 00136/2024 MCOM, de 7 de fevereiro de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO Proposta de Decreto que renova a outorga de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00136/2024 MCOM (4965926), que submete à Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.062860/2016-25, acompanhada da minuta de Decreto, que, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, outorga da concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, para a FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, no município de Aracati, estado do Ceará, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, na frequência de 473 MHz, FISTEL nº 5041117-3808, conforme disposto no art. 3º do art. 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2. A concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é de competência do Presidente da República, processual e fática pelo Ministério das Comunicações (MCOM) e sendo precedida de procedimentos legais e regulamentares, cujas propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os Regulamentos dos Serviços de Radiodifusão. No âmbito do MCOM, a Secretaria de Comunicação Eletrônica (SECOE) detém a competência de formular e avaliar a exequibilidade das propostas, bem como propor a regulamentação e a alteração normativa dos mencionados serviços.

3. Observa-se, ainda, que a concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, que se destina à transmissão de programas educativos-culturais que atuam em conjunto com a outorgada às pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei nº 10.406/2002 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018.

4. As fundamentações técnicas e jurídicas para a proposta estão descritas nos documentos indicados:

I - Parecer de Mérito I (4968786) - Nota Técnica nº 21991/2023 da SECOE/MCOM, que se posiciona sobre a viabilidade de deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 da Lei nº 4.704, de 1963.

Parecer Jurídico nº 00045/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4968787), de 22/01/2024, que analisa a viabilidade jurídica do pedido de renovação.

II - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto no art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972.

II - ANÁLISE

5. Inicialmente, cumpre esclarecer que à Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG) compete, nos termos do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 48, I, do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2020, analisar a oportunidade, da conveniência e da compatibilidade das propostas de atos normativos submetidos ao Presidente da República e as diretrizes governamentais.

6. Assim sendo, a presente manifestação analisa a proposta de Decreto referente à renovação da outorga de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens em destaque. Consoante já exposto, por meio da EM nº 00136/2024 MCOM, o proposto está organizado em três artigos:

Art. 1º Ficará renovada a concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, por quinze anos, a partir de 16 de dezembro de 2017, a concessão outorgada à Fundação Vale do Jaguaribe, inscrita no CNPJ nº 04.704.007/0001-45, no município de Aracati, estado do Ceará, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 14, na frequência de 473 MHz, FISTEL nº 5041117-3808, conforme disposto no art. 3º do art. 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Parágrafo único A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962 e pelas disposições dos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 67, III, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

7. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no SIACCO - Sistema Integrado de Gestão e Controle Societário;
- Registro administrativo do canal, conforme registrado no MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle Espectral, que disponibiliza acesso ao Relatório do Canal.

Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

[Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

[Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#)

CNPJ:	04.704.007/0001-45
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO VALE DO JAGUARIBE
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	GLAUCIA BARBOSA PINHEIRO MAIA
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	GERMANA VASCONCELOS PINHEIRO
Qualificação:	10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/09/2024 às 13:53 (data e hora de Brasília).

9. Nesse sentido, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do processo de renovação de outorga
- a) As manifestações dos órgãos técnico e jurídico são favoráveis à renovação da outorga
 - b) A documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o
 - c) Os registros administra vos sob a responsabilidade do MCOM podem ser atualizados en e
 - d) A documentação probatória de manutenção da situação de regularidade da en o ocasião da assinatura do instrumento de concessão do serviço de radiodifusão de sons e

10. Pelo exposto acima, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República ~~não tem óbice~~ ao prosseguimento do feito, e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, em conformidade com o art. 174, § 1º, da Constituição Federal, para os Serviços de Radiodifusão.

III - CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, conclui-se que a proposta é viável quanto ao mérito, à oportunidade e à conformidade com as diretrizes de Governo.

12. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 123, § 1º, da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR) para emitir manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro, nos termos do [Decreto nº 11.329, de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, ~~10~~ data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, ~~10~~ data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, ~~10~~ data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

- [1] [Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006](#), dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD, a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
- [2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).
- [3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).
- [4] Conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).
- [5] Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens.
- [6] O SIACCO é o sistema adotado pela Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção dos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. Atualmente, o SIACCO é utilizado exclusivamente para a manutenção dos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.
- [7] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. A Radiodifusão (SC R) é utilizada para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados são a Radiodifusão (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, Assessor(a), em 12/09/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Cavallho Dussan**, Secretário(a) Adjunto(a), em 12/09/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Cavallho Dussan**, Secretário(a) Especial, em 12/09/2024, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5713725 e o código CRC https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5713725.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.062860/2016

Nota SAJ - Radiodifusão nº 774 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

EM nº 0136/2024-MCOM

Anexos: II

Renovação de concessão de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos em favor de FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, na localidade de Aracati/CE.

Assunto: Decreto que renova a concessão para exercício de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos em favor de FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, na localidade de Aracati/CE. Pelo expedição do Decreto e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Processo: 53900.062860/2016-25

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.062860/2016-25, que apresenta minuta de Decreto de renovação por quinze anos, contados a partir de dezembro de 2017, da outorga de concessão para exercício de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos em favor de FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE, na localidade de Aracati/CE. A minuta foi inscrita no PJP sob nº 04.704.007/0001-45, na localidade de Aracati/CE.
- Tanto a área técnica competente (Nota Técnica nº 21991/2023/SEI-MCOM/SEI nº 4968782) quanto a Consultoria Jurídica (Parecer nº 0045/2024/CONJUR-MCOM/SEI nº 4968782) do Ministério das Comunicações analisaram o mérito e legalidade da outorga, com manifestações favoráveis.
- Em sua análise, a Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil - SAG/CC/PR (doc. SEI nº 5713725), sem oposição à proposta.

II - ASPECTOS TÉCNICOS DA RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

- Embora o principal instrumento regulador da atividade de radiodifusão de sons e imagens no Brasil seja o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT - Lei nº 4.117/1962), alterado ao longo de quase cinco décadas, a Constituição de 1988 estabeleceu competências, regras, procedimentos e princípios relativos à comunicação social, prevendo a atuação complementar entre o setor público, privado e estatal:

"A rt. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>



§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão."

5. De acordo com a legislação, o agente denominase serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos aquela radiodifusão de sons e imagens (rádio e televisão), transmissão de programas educativos, culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades pedagógicas e de orientação profissional [1].

6. O serviço de radiodifusão de sons e imagens é compreendido como o conjunto de atividades realizadas mediante "concessão" e realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação de oferta de conteúdos e obras audiovisuais em grades horárias específicas, por difusão linear ou não, ofertados ao consumidor final de forma gratuita. Nos termos da legislação, o prazo da outorga de sons e imagens é de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por períodos sucessivos e iguais (art. 33 § 3º do Decreto nº 52.795/1963).

7. As emissoras podem ser comerciais ou de finalidade educativa, estas últimas em seus serviços financiados predominantemente por venda de espaços publicitários. Já as emissoras educativas, cujos serviços financiados substancialmente por recursos públicos, prestação de tais serviços que pública outorga pode ser executada pela União, estados, municípios, universidades e fundações públicas. Finalidade educativa do serviço, as outorgas desta modalidade não podem possuir caráter lucrativo.

8. Aponta-se ainda que, para as emissoras educativas, a prestação dos serviços educativos culturais será integral, entendendo-se como tais aqueles que [2]:

- respeitam os princípios e objetivos de atuação com processos educacionais e de formação cidadã, exercício da cidadania e democracia, em especial mediante a transmissão de conferências, palestras e debates, promoção a cultura nacional e regional, bem como a produção independente e a produção independente aos direitos humanos e valores éticos e sociais da família; e
- não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero;
- atuam conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade superior, à educação permanente e formação para o trabalho;
- abrangem atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação;
- veiculam conteúdos de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, com sua apresentação elementos instrutivos ou enfoques educativos-culturais.

9. Como todo e qualquer serviço público, o serviço de radiodifusão de sons e imagens deve ser prestado pelo Poder Público – no caso, pela União – sem a sua respectiva prestação à coletividade. Da mesma forma, o serviço público prestado mediante concessão, uma vez concedida ao caso a União, a devida fiscalização e monitoramento de sua prestação pelo concessionário.

10. Cabe à União (Poder Executivo) o ato de outorga e renovação da concessão ou permissão (na sua apreciação) verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas concessionárias, das condições de programação, nos termos do art. 221 da Constituição.

III - ANÁLISE JURÍDICA

11. Examinados os autos, não se vislumbram ilegalidades que possam anulá-los. O ato tem fundamento no art. 223 da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, e com o art. 223 da Constituição Federal.

12. No que tange à competência, o Poder Executivo é competente para renovar a outorga [3]. O Decreto nº 52.795/1963, que regulamenta a Lei nº 4.117/1962, em seu art. 2º, inciso I, estabelece que a outorga e renovação dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, bem como a concessão e renovação das concessões, caberá ao Poder Executivo. Portanto, cabe à União (Poder Executivo) no ato de outorga e de renovação, bem como a concessão e renovação das concessões, verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas concessionárias, das condições de programação, nos termos do art. 221 da Constituição Federal.

13. Assim, do ponto de vista jurídico, a Lei nº 4.117/1962 criou uma sistemática diferenciada para a renovação dos serviços de radiodifusão, expressando um procedimento que pode ser entendido como uma conjugação de vontades diversas, na medida em que necessita, para a outorga, de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades. Com efeito, para que a outorga seja



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

concedida, renovada ou mesmo encerrada, tendo sido apresentada a documentação e dos requisitos exigidos para a concessão da outorga, sua renovação ou perempção, nos termos do art. 223 da Constituição.

14. Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga. No entanto, nos casos de execução dos serviços de som e imagens, com fins exclusivamente educacionais, a licitação é dispensável por força do §1º do artigo 13 do Decreto nº 52.795/1963.

15. O requerimento de renovação, devidamente subscrito pelos diretores da entidade, foi apresentado. Ademais, os autos do processo trazem os documentos exigidos para a renovação (conforme arts. 113 do mesmo Decreto nº 52.795/1963). Já havia, a completa análise e aceitação de referidos documentos em observância às normas vigentes, foi previamente realizada pelo Ministério, no uso de sua atribuição favorável à renovação conforme se verifica pelo Parecer de sua Consultoria Jurídica.

16. Desta forma, com relação à documentação apresentada, esta Subchefia de Assuntos Jurídicos juntada dos documentos previstos em normas vigentes à época do protocolo do pedido de renovação, mérito ou análise técnica da documentação, conforme check-list anexo à presente Nota SAJ.

17. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos exigidos não ocorreram ou tenham ocorrido durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação sobre a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da apresentação do requerimento de prestação do serviço de radiodifusão. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga (seja decorrente de avaria decorrente do prazo) acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado no âmbito do MCOM.

18. Por este motivo, será verificada apenas a entrega dos documentos exigidos à época do protocolo do requerimento da renovação, ou seja, em 15/12/2017.

19. Nesse sentido, conclui-se pela expedição de Decreto em favor de FUNDAÇÃO VANGUARDAS, com o consequente encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional para a adoção das providências previstas no § 2º do art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

IV - CONCLUSÃO

20. Diante de todo o exposto, cumpridas as exigências legais e regulamentares, não há impedimento para a proposição, razão pela qual se opina pela expedição de Decreto presidencial e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

21. Estão as considerações sobre a proposta encaminhadas ao MCOM nº 0136/2024-MCOM, processo nº 53900.062860/2016-25, objeto de apreciação, sujeitas à consideração superior.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Anexo II à Nota SAJ - Radiodifusão nº 0774 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

[lista de documentação]

Processo nº 53900.062860/2016-25

EM nº: 0136/2024-MCOM

Entidade: FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE

CNPJ nº: 04.704.007/0001-45

Localidade: Aracati/CE

Data do protocolo do pedido de renovação da outorga: 15/12/2017

OUTORGA: renovação de concessão de serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivos de caráter Educativo).

A lista de documentação a seguir considera o Decreto nº 52.795/1963 atualmente em vigência (atualizado em 23/08/2017, pelo Decreto nº 9.138/2017) como outras legislações aplicáveis à época do protocolo do pedido.

HABILITAÇÃO JURÍDICA DA ENTIDADE E DE SEUS SÓCIOS E DIRIGENTES

1. Formulário de requerimento de renovação da outorga, disponibilizado pelo Ministério da Justiça (arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Não ()
Não aplicável ()
2. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente entre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na convocação da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual consta a quantidade, o tipo de ações de cada sócio; Não aplicável ()
(art. 15, § 1º, II c/c art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; Ato Normativo nº 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)
3. Certidão simplificada (ou documento equivalente), emitida pelo órgão de registro competente e estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; Sim (X) Não ()
(art. 15, § 1º, III c/c art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Não aplicável ()
4. Declaração de que a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pretendido; Sim (X) Não ()
(art. 15, § 2º, I do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Não aplicável ()



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

5. Declaração de que nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade em que a concessão pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios, em excesso aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/1967;

Sim () Não (X)

(art. 15, § 2º, II do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 1º da Lei nº 236/1967)

7. Declaração de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure o foro parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, III do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 1º, alínea "a" da Constituição de 1988)

8. Declaração de que a entidade não está impedida de transacionar com a administração pública direta ou indireta;

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, IV do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 1º, alínea "b" e IV c/c art. 88 e art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993)

9. Declaração de que a entidade cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dez anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, V do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 7º, inciso XXXIII da Constituição de 1988)

10. Declaração de que a entidade não executa quaisquer serviços de radiodifusão sem outorga;

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, VI do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017)

11. Declaração de que a entidade autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver em faixa de fronteira (até 50 km de distância com outros países);

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, VII do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017)

12. Declaração de que a entidade está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais condições pertinentes;

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, VIII do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017)

13. Declaração de que nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa;

Sim (X) Não ()

(art. 15, § 2º, VIII do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 1º, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 64/1990)

14. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio de apresentação de certidão de nascimento ou (b) apresentação de rescritiva de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há (c) mais de dez anos; ou (e) Carteira de Trabalho e Previdência Social - (g) em suporte;

Sim (X) Não ()

A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF não podem ser usados para comprovar a nacionalidade

Sim (X) Não ()

(; art. 15, § 3º, incisos I ao VII do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 222, § 1º da Constituição de 1988)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ENTIDADE

15. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço provisório) (art. 15, § 4º, I c/c art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

16. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à publicação do edital; (art. 15, § 4º, II c/c art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

17. Comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital; (art. 15, § 4º, III do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Sim ☐ Não ☐ Não aplicável ☒

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, dos estabelecimentos (art. 15, § 7º, I c/c art. 113 inciso V do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 29, inciso I c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

19. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede (art. 15, § 7º, II c/c art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 29, inciso III c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo nº 01/2007, da Câmara dos Deputados) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

20. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL; (art. 15, § 7º, III c/c art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

21. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (art. 15, § 7º, IV c/c art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 27, "c" da Lei nº 8.036/90 - FGTS; art. 29, inciso IV c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo nº 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

22. Certidão negativa de débitos - Justiça do Trabalho; (art. 15, § 7º, V c/c art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795/1963 - redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017; art. 29, inciso V c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993) Sim ☒ Não ☐ Não aplicável ☐

Indicações constantes do sítio eletrônico do MCTIC, disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiofusao

Ato Normativo nº 01/2007, da Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legislacao/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/documentos/legislacao.html/Ato%20Normativo%2001%202007>





Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Neto**, Assessor, em 19/09/2024, às 19:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ferreira Marques**, Chefe Adjunto de Infraestrutura, em 19/09/2024, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Guimarães L. Silva**, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a), em 20/09/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6097788 e o código https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_aceite=6097788.

Referência: Processo nº 53900.062860/2016-25

SEI nº 6097788

efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/efc150e1-a803-4b2d-bf54-b6e8cf2e2ac1>